



I P X W Z S R O L Y F W H G I R Q T W
T S D B C R E D Q L P C H H P X P J K
L X E P A X S G H T J S S I Y T G R S
F D D Y W G P Q U Q G W X D D H P V P
R G S D I V E R S I D A D E E V Z Y X
V I Y Q F D I V F N U P N N M Q T L V
E H X T D O T G B Z D G N T O V X W W
U U L H N D O Z O G J B C I C J O E J
O S U G Y M Q X E M B A K D R Z P D W
R E S I S T E N C I A A R A A K U U M
D O I G D X R D Z O H C E D C T Q C G
A K F U V K E I C B I V P E I D I A P
G Y V A Z Y E F X A Z Q O J A I J C M
S K L L Y H P E T A Q W N B U C I A X
T W C D I E Z R S F E M I N I S M O S
L U T A U T H E X G K Q Y L R A T U P
Q L E D F J M N A A X G L O P M Q X N
T A D E I A X C T Q C I V F O F A V P
N C Z E U C J A V Y D F V R D A Y W A
D E D K W T E G E N E R O S M Y P G Z
U P U M C L I B E R D A D E T T N K Z
P Q I D F R R A C W B O E C L B E U C

A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na seção Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado catarinense.

Sobre a capa:

Caça-palavras. Desenvolvida por Fernanda Arno, especialmente para compor esta edição.

Correspondência

Revista Santa Catarina em História
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
CEP 88040-970 Florianópolis-SC, Brasil

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018
v. 12, n.1-2, pp. 158. ISSN 1984-3968

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Tamy Amorim da Silva

ARTIGOS

Possibilidades de uso da obra de Franklin Cascaes como recurso didático para o ensino de História sobre Florianópolis-SC

Janaína de Fátima Zdebskyi

9 - 20

As Correspondências de Dom Afonso Nihues no Arquivo Histórico na Arquidiocese de Florianópolis: Sociabilidades e História da Igreja Católica de Santa Catarina

Gustavo Pontes

21 - 36

Cruz e Souza, Promotor Público: um biografema velado

Thiago Maio, Carla Cristine Teixeira, Guilherme Da Conceição de Lima, Ian Bicudo Lippi,

Isa Maria Moreira Liz

37 - 57

ESTUDOS

Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis

Raísa Adrienne Gomes

59 - 69

Antes reinar em Desterro do que servir na Europa: Possíveis aproximações entre magia e bruxaria na Europa moderna e na atual Florianópolis

Santiago Colombo Reghin

70 - 82



Balço das narrativas historiográficas catarinenses sobre a história da escravidão e a
possibilidade da História Global, 1960-2017

Victor Vilmar Alexandre

83 - 96

We know you won't like it, but who cares?: impressões da cena de rock underground na
Grande Florianópolis (1992-1999)

Gustavo Steinmacher

97 - 113

Memória e Identidade: Os monumentos maçônicos de Florianópolis

Gabriel Simon Machado

114 - 134

Gênero e classe: a historiografia da Nova História catarinense a partir das produções do
PPGH-UFSC nos anos 90

Juliana Panchiniak Fernandes

135 - 144

A utilização da Spatial History no estudo da transformação da paisagem no Alto Vale do Rio
do Peixe (SC)

Ana Peron

145 - 158



Editorial

Fernanda Arno

Tamy Amorim da Silva

No ano de 2007 iniciamos essa revista de produção experimental, dizemos que ela é um experimento, pois a maioria dos textos que compõem esse periódico são resultado de trabalhos escritos durante a disciplina de História de Santa Catarina, ministrada no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, que passaram por todo processo de leitura e revisão. Essa experiência se dá numa associação entre a professora Dra. Cristina Scheibe Wolff que ministra a disciplina, as/os estagiárias/os de cursos de Pós-Graduação em História ou do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina, as/os estudantes que durante o semestre acadêmico desenvolveram temáticas, questões e métodos para inquirir suas fontes e produzir conhecimento histórico, e pareceristas que nos auxiliam na lapidação dos textos. Desde sua criação foram publicadas 22 edições, normalmente semestrais, contando com 244 trabalhos, mais de 86 mil acessos ao site e mais de 85 mil downloads¹.

Nesses doze anos de existência a Revista Santa Catarina em História tem se comprometido com a divulgação de trabalhos originais que têm questionado a historiografia catarinense. Como é próprio do conhecimento histórico, sabemos que nenhuma história tem um fim, podendo ser (re)lida e repensada por meio de documentos e outros problemas trazidos pelo presente. Nesse sentido, em consonância com o trabalho realizado neste periódico e diante do avanço de discursos e projetos políticos que visam invisibilizar temas pertinentes à educação democrática e emancipadora, e de nosso comprometimento com o conhecimento que liberta e possibilita a mudança da realidade social, trouxemos na capa dessa edição um caça-palavras².

Entendemos que a história é construída a partir de relações de poder, de luta, de resistência e de silêncios, e que nosso ofício, enquanto professoras e professores, é trazer a tona o que insistentemente se buscar esconder e esquecer. As palavras colocadas nessa capa, misturadas a uma série de letras, podem ser encontradas através de um olhar atento e fazem jus ao presente, nesse jogo de forças que tenta limitar o conhecimento, amordaçar

1 Dados extraídos do Relatório de acessos e downloads da Revista Santa Catarina em História, de fevereiro/2018.

2 As palavras que podem ser encontradas no caça-palavras são: Democracia, Liberdade, Gênero, Educação, Resistência, Diversidade, Igualdade, Luta, Feminismos, Respeito, Identidade, Diferença.



professoras/es e padronizar pessoas, representando nosso desafio atual de não perder de vista a liberdade como prerrogativa para a educação.

Por tanto, dando continuidade ao trabalho proposto há mais de uma década, é com satisfação que apresentamos os dez trabalhos que compõem a 23ª edição da **Revista Santa Catarina em História**, um número especial, que conta com os dois volumes do ano de 2018 em uma única edição, e desejamos que esse experimento de produção continue ativo e servindo de instrumento para reflexão e produção de novos conhecimentos por diversos segmentos da sociedade.

Na seção **Artigos**, o primeiro trabalho apresentado é de Janaína de Fátima Zdebskyi, intitulado “Possibilidades de uso da obra de Franklin Cascaes como recurso didático para o ensino de História sobre Florianópolis-SC”. O artigo procura analisar trechos de obras de Franklin Cascaes pensando a construção de mitos sobre Florianópolis-SC e como estes podem ser utilizados como recursos didáticos em sala de aula, auxiliando na compreensão de diferentes perspectivas de mundo e de organização social dos grupos que deles compartilham.

No trabalho de Gustavo Pontes, intitulado “As correspondências de Dom Afonso Nihues no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis: notas de pesquisa”, adentramos ao Arquivo para conhecer algumas possibilidades de análise e pesquisa sobre um conjunto de cartas. O autor analisa as correspondências do arcebispo entre os anos 1965 a 1991 e procura compreender uma construção de si e da História da Igreja em Santa Catarina, problematizando o uso deste tipo de fonte e a atuação do arcebispo neste período.

O terceiro artigo apresentado é o de Thiago Maio, Carla Cristine Teixeira, Guilherme Da Conceição de Lima, Ian Bicudo Lippi, Isa Maria Moreira Liz, intitulado “Cruz e Souza, Promotor Público: um biografema velado”, e procura apresentar uma análise sobre o episódio de um possível convite feito a Cruz e Souza à Promotoria de Laguna. Explorando diversas fontes históricas, de acervos públicos e privados, e abarcando história e literatura o trabalho busca refletir sobre a veracidade deste fato e como se deu esta construção ao longo da vida do poeta e de suas biografias.

Na seção **Estudos**, o primeiro trabalho é “Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis”, de autoria de Raísa Gomes, e problematiza o desenvolvimento da região em meados do século XX, nas proximidades da atual avenida Hercílio Luz, local com passagem de rios, onde mulheres realizavam o ofício de lavadeiras. A autora nos mostra como esse espaço de sociabilidade foi sendo alvo de políticas sanitaristas em favor de reformas urbanas, onde as mulheres apareciam com destaque nos discursos de médicos e políticos por



não se adequarem ao ideal esperado pela elite florianopolitana e como isso teve impacto no trabalho das lavadeiras.

Santiago Colombo Regis em “Antes reinar em Desterro do que servir na Europa: Possíveis aproximações entre magia e bruxaria na Europa moderna e na atual Florianópolis”, nos convida a refletir sobre “os principais traços” da bruxaria no imaginário florianopolitano a partir da história comparada, propondo uma “viagem temporal” através de documentos inquisitoriais e estudos recentes.

Em “Balanço da historiografia catarinense sobre a escravidão e a História Global”, Victor Vilmar Alexandre apresenta um estado da arte acerca das diferentes narrativas sobre a escravidão em terras catarinenses. O autor exhibe análise de trabalhos que desde a década de 1970 até o ano de 2017 vem se debruçando sobre o tema. Apresentando os trabalhos escritos nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade do Estado de Santa Catarina, o autor procura perceber como a historiografia vem narrando essa história e como a História Global pode ser um campo importante para o estudo do “escravismo”.

“*We know you won't like it, but who cares?*”: impressões da cena de rock underground na Grande Florianópolis (1992-1999)” é o título do estudo de Gustavo Steinmacher. Nele o autor apresenta um “mapeamento” das bandas do cenário musical alternativo, as fontes para tal análise são as fitas-demo, em seus elementos gráfico-textuais-sonoros, e os *sites* das mesmas, buscando com isso apresentar as relações entre bandas locais e as influências estéticas globais.

O texto “Memória e Identidade: Os monumentos maçônicos de Florianópolis” de Gabriel Simon Machado, é um tema marcado por especulações, mas pouco trabalhado pela historiografia catarinense. O autor revela uma importante discussão acerca dos códigos morais e éticos que permeiam a maçonaria, explorando sua imagem e sua identidade pública através da análise de seus monumentos, enfocando, principalmente na Praça da Fraternidade, na Praça Jacques Schweidson, e na rua Jerônimo Coelho, notável personalidade da história da maçonaria catarinense.

O estudo de Juliana Panchiniak Fernandes, intitulado “Gênero e classe: a historiografia da Nova História catarinense a partir das produções do PPGH-UFSC nos anos 90”, nos apresenta um balanço historiográfico que identifica a escassez de investigações que articulem essas duas categorias de análise nas dissertações do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto investiga as influências



historiográficas do período, problematizando os currículos dos cursos de graduação e Pós-Graduação em História, bem como sua composição docente.

Para finalizar essa edição, trouxemos o texto de Ana Peron: “A utilização da *Spatial History* no estudo da transformação da paisagem no Alto Vale do Rio do Peixe (SC)”. Nele a autora exibe os resultados de sua pesquisa de Iniciação Científica, trabalho vinculado às investigações do Laboratório de História Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina. Em seu estudo evidencia as reconfigurações de paisagens nos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, após a chegada de imigrantes, entre as décadas de 1930 a 2000, através da História Ambiental e *Spatial History* ou SIG Histórico como metodologias de pesquisa.

Em mais uma edição, a **Revista Santa Catarina em História** convida a todas e todos a conhecer trabalhos que contribuem para novos olhares em relação à história catarinense. Análises de fontes históricas diversas, partindo de diferentes percepções sobre variadas temáticas, ampliando e aprofundando a história e a historiografia sobre nosso Estado. Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

As editoras.



ARTIGOS

Possibilidades de uso da obra de Franklin Cascaes como recurso didático para o ensino de História sobre Florianópolis-SC

Possibilities of using the work of Franklin Cascaes as didactic resource for the teaching of History about Florianópolis-SC

Janaína de Fátima Zdebskyi¹

janazdebskyi@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Os mitos não podem ser vistos como sinônimos de mentira, pois são narrativas que estão articuladas com a história e, quando encarados como fontes, auxiliam na compreensão das perspectivas de mundo e organização social dos grupos que compartilham deles. Assim, busco apresentar nesse artigo uma discussão por meio de revisão teórica a respeito do que são e para que servem os mitos e posteriormente apresentar e analisar brevemente alguns trechos da obra de Franklin Cascaes, “O fantástico na Ilha de Santa Catarina”, objetivando compreender como os mitos sobre Florianópolis podem ser utilizados como materiais didáticos no ensino de história local.

Palavras-Chave: Franklin Cascaes; Ensino de História; Florianópolis-SC.

Abstract: Myths cannot be seen as synonyms of lies, because they are narratives that are articulated with history and, when viewed as sources, help to understand the world perspectives and social organization of the groups that share them. Thus, I try to present in this paper a discussion about what are the myths and for what they do serve. For that, I present and analyze briefly some excerpts from the work of Franklin Cascaes, "O fantástico na Ilha de Santa Catarina" (The fantastic on the Santa Catarina Island), aiming to understand as the myths about Florianópolis can be used as didactic materials in the teaching of local history.

Keywords: Franklin Cascaes; History Teaching; Florianópolis-SC.

Introdução

Os mitos não podem ser encarados como um sinônimo de mentira ou de história falsa, pois são narrativas que estão articuladas com a história e, quando encarados como documentos e fontes, podem auxiliar na compreensão das perspectivas de mundo e organização social dos grupos que compartilham dessas narrativas. Sob esse viés, tenho por objetivo pensar de que forma as narrativas escritas por Franklin Cascaes (2104) podem ser utilizados como recursos didáticos no ensino de história.

1 Doutoranda em história pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em história pela Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsa CNPq; psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí; graduanda em história pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: janazdebskyi@gmail.com.



Para construir essa discussão, o presente artigo apresentará, primeiramente, uma revisão teórica sobre para que servem os mitos e o que seriam narrativas míticas, principalmente no sentido de sua utilização como fontes para a história; em seguida serão apresentados e analisados trechos da obra “O fantástico na Ilha de Santa Catarina”, bem como aspectos importantes acerca da vida do autor Franklin Cascaes; a partir disso passarei a discutir como essas narrativas míticas podem vir a ser utilizadas como um recurso para o ensino de história, com foco na história de Florianópolis e de personagens ligados com a cultura popular da Ilha catarinense.

Afinal, para que servem os mitos?

Para iniciar a discussão sobre a função dos mitos, gostaria de discordar das noções que já apresentei anteriormente: de que os mitos são sinônimos de mentiras e histórias falsas. Para isso, podemos tecer um diálogo com Lévi-Strauss² e construir uma ideia de mito como perspectiva de mundo. O autor constrói importantes discussões a respeito do que chama de "pensamento selvagem", a partir das quais também podemos considerar que o pensamento e o conjunto de crenças e, por conseguinte, os mitos dos povos que deles compartilham não são nem inferiores e nem superiores à “racionalidade” sociedade contemporânea ocidental, diferente disso, essa organização social possui uma lógica própria, e os ritos e crenças que podem nos soar estranhos ou sem sentido estão totalmente de acordo com as convicções e necessidades das sociedades que os vivenciam.

Ainda sobre essas discussões de mitos como forma de percepção de mundo e ferramenta organizadora da vida, podemos entender que os mitos têm uma “constituição histórica de sentido”, ou seja, podem ser considerados históricos pelo sentido que possuem nas situações de comunicação da vida humana prática que emerge “na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperando mediante essa mesma interpretação”³.

Além disso, mitologia não tem somente relação com o que chamamos e entendemos por “teologia” [explica isso melhor], mas sim com toda a experiência humana⁴. A esse

2 LÉVI-STRAUSS. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989. 320 p.

3 RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: Teoria da história: Fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. pp. 160.

4 ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



respeito, também podemos recorrer às contribuições de Mircea Eliade⁵, quando o autor afirma que os mitos seriam fenômenos humanos que falam sobre âmbitos da vida humana e, assim, são fenômenos de cultura que não se configuram como estáticos e inertes, pois são reinterpretados e reelaborados nas diferentes formas em que são contados oralmente, depois escritos, traduzidos e reatualizados com sua utilização ritualística. Nesse sentido, é importante destacar que ao estudar os mitos não se percebe somente a religião ou as crenças religiosas de um povo, visto que a mitologia permite conhecer diversos outros aspectos que vão desde a forma de organização social e hierarquias de poder existentes entre aquele povo até mesmo suas leis, valores morais e as mais abrangentes perspectivas de mundo e formas como se relacionam com o universo.

Claude Lévi-Strauss⁶ também tece outras contribuições para essas discussões a respeito das repercussões da presença dos mitos na vida humana, afirmando que, o sistema mítico, além de ser um elo de conexão entre natureza e cultura, não pode ser resumido a um conjunto de crenças que permeia exclusivamente o âmbito religioso, visto que sua lógica está presente nos mais diversos planos do pensamento humano e em diferentes âmbitos da vida das pessoas que compartilham dele e da forma como interpretam o mundo e vivenciam seu cotidiano.

Nessa perspectiva, podemos discutir também a respeito dos mitos de origem, narrativas que funcionam como enunciados fundantes e mesmo tempo que fundamentam a construção de um grupo social, constituem os sujeitos desses grupos. Esses sujeitos que se identificam com um grupo social, encontram nessas narrativas míticas uma resposta sobre “a origem do seu mundo, da linguagem e da lei à qual se encontra submetido, respondendo assim à pergunta acerca da sua própria origem”⁷. Dentro dessa perspectiva, entendo que esses discursos fundadores constituem também a subjetividade e a identidade desses sujeitos inseridos no coletivo do grupo social.

Essa ideia de mitos de origem enquanto enunciados fundadores dialoga com a perspectiva de Maria Bernadete Ramos Flores⁸ a respeito da “autoridade do passado”, quando a autora discute como a utilização do passado e os discursos que promovem a “invenção de tradições” passam a constituir as identidades étnicas das pessoas que adotam os ritos – ou

5 ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972. pp. 9-17.

6 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978. 81 p.

7 SOUZA, Mériti de. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-64, 2002. pp. 60.

8 FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Autoridade do Passado. In: **A farra do boi**. Palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. pp. 113-141.



práticas de cultura popular – e as narrativas dessas culturas que são sempre inventadas e reinventadas. Da mesma forma, as narrativas míticas não são estáticas, são transformadas sempre que são ritualizadas e construídas de acordo com a demanda das sociedades que as constroem, sendo que muitas vezes a demanda está relacionada com construir identidades de povo, manter unidade popular e diferenciar-se do “outro”. Sendo assim, as narrativas míticas e elementos da tradição e da cultura contribuem para que possamos entender a história de um grupo social, suas formas de organização, regras e perspectivas de mundo.

O fantástico na Ilha de Santa Catarina de Franklin Cascaes

Considerando que por meio de narrativas míticas podemos compreender questões que tangem à organização social e perspectiva de mundo de um grupo de pessoas, adoto a obra “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina”, de autoria de Franklin Cascaes, como documento que torna possível abordar aspectos sobre a história de Santa Catarina, mais especificamente de Florianópolis.

Antes de abordar o livro em questão, gostaria de trazer algumas questões a respeito do autor. “Franklin Joaquim Cascaes nasceu na primavera, em 16 de outubro de 1908, na praia de Itaguaçu, no continente” em Florianópolis⁹, ele cresceu em uma família com mais doze irmãos e desde pequeno costumava participar das tarefas da propriedade de seus pais, como a lida no engenho de açúcar e de farinha de mandioca, além disso, também desde criança Cascaes já demonstrava interesse por desenhar, rabiscava com carvão, moldava bonecos com cerâmica e também se interessava muito por histórias sobre bruxas¹⁰.

Franklin Cascaes iniciou seus estudos já beirando os 20 anos de idade e em 1941 tornou-se professor da antiga Escola Industrial de Florianópolis; durante toda sua vida, dedicou-se à arte e a pesquisa, por 40 anos, ele pesquisou sobre as comunidades pesqueiras da Ilha de Santa Catarina, recolheu histórias e mitologias e desenhou formas e figuras artísticas¹¹. Atualmente, suas obras e pensamentos estão presentes na cultura material de Florianópolis, em obras públicas, como o livro “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina”, esculturas espalhadas por importantes pontos da cidade, em exposições e até mesmo na própria Fundação Cultural de Florianópolis que leva o nome Franklin Cascaes como uma homenagem ao autor.

9 PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, S/A.

10 Ibidem.

11 Ibidem.



No caso do livro em questão, “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina”, compila 24 narrativas sobre temas que envolvem principalmente as bruxas na ilha de Desterro¹² ou Florianópolis. Essas narrativas nos permitem compreender diversas questões a respeito do folclore regional e da cultura local, pois articulam essas bruxas com elementos como a pescaria, as armações baleeiras. Além disso, as narrativas falam sobre espaços da cidade, como o trecho do texto “Baile das Bruxas dentro de uma tarrafa de pescaria”:

A Luísa morava no Cacupé; a irmã dela, na Ponta do Sambaqui de Santo Antônio de Lisboa. Depois de recomendar mil vezes que a filha cumprisse à risca todas as recomendações, botou um xale na cabeça, calçou as chinelas de couro, segurou as alças de uma cesta de taboa e partiu rumo à Ponta do Sambaqui. Quando chegou em Santo Antônio de Lisboa, na Praia das Flores, sentiu-se um pouco meio cansada e procurou a casa de uma parente para descansar um pouco e tomar um gole de café corrido ou acompanhado, caso lhe fosse oferecido¹³.

Além de evocar a presença de bairros e praias locais, os textos também evocam, em sua narrativa, o elemento da linguagem local, escrevendo os diálogos entre os personagens com um formato que traz à tona expressões e sotaques atribuídos à população florianopolitana, como podemos observar no trecho do texto intitulado “Bruxa metamorfoseou o sapato do Sabiano”:

- Antão, sinhá Aniana, como vai passando vosso neto?
 - Máli, munto máli, minha fiia, o pobrezinho tá é sendo aperseguido por uma chusma de muieres bruxa, munto das semvregonha e discarada, que tão morando nesse lugá. Eu, se fosse otoridade, mandava prindê essas mula sem cabeça, amarrá elas nua numa foguera e mandá chicotiá o coró delas inté vê o sangue se sortá. Essas canaias, bandaias não passo é de sê umas égua do demonho. É com ele que essas canaias se afino pro mo'de só fazê o máli pros inocente que têm a desdita de nascer neste mundo, onde só se passa trabaio¹⁴.

Nesse sentido, é importante destacar que meio das obras de Franklin Cascaes é possível abordar uma diversidade de questões que vão muito para além da cultura açoriana e do açorianismo, as discussões e produções do autor não estão restritas a esse tema. Observando os trechos supracitados, podemos observar que Franklin Cascaes trabalha

12 Florianópolis, como é conhecida hoje a capital de Santa Catarina, levava o nome de “Nossa Senhora do Desterro” e, posteriormente, chamada apenas de Desterro, até o ano de 1894 quando, em meio a protestos e conflitos, passou a chamar-se Florianópolis em homenagem ao então Presidente da República Floriano Peixoto.

13 CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC. 2014. pp. 68.

14 Ibidem, pp. 165.



diretamente com questões relacionadas a manifestações culturais das comunidades pesqueiras da Ilha de Santa Catarina¹⁵, ou seja, traz elementos que dialogam com a ideia de cultura popular e de como essa cultura pode auxiliar na construção de uma história a contrapelo¹⁶, ou vista de baixo, como já discutiam Carlo Ginzburg nas obras “História Noturna¹⁷” e “Mitos Emblemas e Sinais¹⁸”, principalmente considerando que nos textos de Cascaes se abordam sujeitos geralmente invisibilizados e marginalizados, como mulheres (bruxas) e pescadores.

Mitos como recurso didático para o ensino de história

Para entender de que forma os mitos podem ser utilizados no ensino de história, gostaria de conectar os mitos com a escrita da história, ou seja, entender os mitos e épicos no lugar de uma escrita da história – e como performatização oralizada dessa história – para povos antigos, mas também para povos modernos que não tinha uma tradição de escrita difundida e por isso mantinham o registro e a disseminação de informações por meio da oralidade. Com essa perspectiva é possível compreender que quando os antigos registravam e narravam sua história misturando o mito e a realidade, os desejos e os fatos e as deusas(es) e humanos isso não se tratava de uma “incapacidade de representar seu passado apropriadamente”¹⁹, mas sim de uma forma própria de narrar sua história por meio de suas perspectivas de mundo e da forma como se relacionavam com o universo, tendo nos mitos, não só uma maneira para registrar e narrar, mas também para experienciar seu passado.

Nesse caso, sobre as possibilidades de usos da mitologia na história, diversos autores e autoras fazem essa discussão. Mesmo Le Goff²⁰ já reconhecia essa possibilidade, ao afirmar que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar

15 SOUZA, Evandro André. **Franklin Cascaes**: Uma cultura em Transe. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós Graduação em História. 2000. 115 p.

16 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

17 GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

18 GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

19 SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 22, n. 1, 2013. pp. 174.

20 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ----- . **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.



para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem²¹.

Nesse sentido é que podemos considerar que o autor reconhece a possibilidade de utilização dos mitos como documento, sendo que essa concepção foi construída em um processo de revolução documental que se opôs à perspectiva positivista sobre os documentos para a história. Essa nova concepção ampliada sobre os documentos para a história passou a considerar possível, como já mencionado acima, a utilização de qualquer vestígio humano:

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história²².

Ou seja, a história está nos mitos e épicos, bem como nos documentos não escritos, como iconografias e esculturas produzidas.

Considerando essas questões e também que por meio de narrativas míticas, como os textos de Franklin Cascaes, podemos perceber e aprender sobre diversos elementos da cultura e história local, é que proponho a utilização dessas narrativas como material didático para ensino de história de Santa Catarina. Para isso, adoto uma perspectiva ampla de material didático que pode englobar a utilização de documentos, como aquele

conjunto de signos visuais e textuais que são produzidos sem uma finalidade escolar e que posteriormente passa a ser utilizado didaticamente. São objetos produzidos para um público amplo que, pela mediação pedagógica do professor, se transformam em materiais didáticos. Esses materiais não são necessariamente produzidos pela indústria cultural e são selecionados de diferenciadas formas, de acordo com a opção pedagógica do professor ou projetos pedagógicos da escola. São diversos materiais como contos, lendas, filmes, documentários, músicas, poemas, pinturas, revistas, jornais, leis, cartas, romances e outros²³.

21 ANNALES D'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET SOCIALE, 1929 apud LE GOFF, 1992, p. 466.

22 COULANGES, 1901 apud LE GOFF, 1991, p. 465

23 SILVA, Elvis Roberto Lima da. Materiais Didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. 2013. pp. 3. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152_ARQUIVO_TEXTOANPUH2013MateriaisdidaticoseasmultiplaslinguagensnoensinodeHistoriadosanosiniciais.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.



Esses materiais didáticos são justamente o que Selva Guimarães Fonseca²⁴ considera como sendo diferentes fontes e linguagens no processo de ensino e aprendizagem, como o cinema, as canções, a literatura, a imprensa, as fontes orais e iconográficas, as tecnologias digitais e os museus e a cultura material. No caso dos mitos, eles constituem minimamente a categoria de literatura, sendo que muitas vezes estão no formato de poemas e épicos, além de serem considerados narrativas de tradição oral e que inspiram e constituem patrimônios materiais e iconografias.

No caso das obras de Franklin Cascaes inseridas nesse contexto da mitologia, uma das ilustrações feitas pelo autor veio a inspirar a escultura do Boitatá Incandescente, feita pelo artista plástico Laércio Luiz, a qual encontra-se no espaço da Universidade Federal de Santa Catarina, constituindo um patrimônio material de Florianópolis:

Imagem 1: Escultura do Boitatá Incandescente



Fonte: Disponível em

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=notpagina¬i=1337>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

24 FONSECA. Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2003. pp. 257.

Essa escultura traz justamente um personagem mitológico bastante conhecido na cultura local e também abordado nas narrativas de Cascaes: o Boitatá, personagem proveniente da cultura indígena que seria uma grande cobra com olhos que emanam uma luz muito intensa, capaz de segar quem o encarar²⁵. Em seu mito, o Boitatá teria sido responsável por uma grande matança de animais que ele comia e por isso, como ele foi incumbido de proteger os campos e animais²⁶, mas suas narrativas também o relacionam com a proteção de tesouros. Na escultura da foto acima, que foi inspirada na figura do Boitatá de Franklin Cascaes, o personagem mitológico carrega justamente essas características, um ser gigante, com uma bola vermelha e esbugalhada no lugar dos olhos, ele avança sobre o lago que se localiza em uma das partes mais movimentadas da Universidade Federal de Santa Catarina, justamente por ser em frente ao Restaurante Universitário, sendo assim, uma imagem vista cotidianamente por centenas de pessoas.

As narrativas de Franklin Cascaes trazem diversos elementos da cultura e da história de Florianópolis, patrimônios materiais, como a menção à espaços da cidade, praias, bairros e regiões, além de esculturas e desenhos, mas também patrimônios imateriais, como a linguagem e os personagens e narrativas mitológicas. Mesmo esses patrimônios da cultura imaterial, ganham materialidade nos textos de Franklin Cascaes, pois eles trazem ilustrações, como pudemos ver acima com o Boitatá. Nesse sentido, as produções de Cascaes trazem uma riqueza de elementos que podem ser trabalhados em sala de aula, como recurso didático para abordar essa cultura material e imaterial de Florianópolis.

Por fim, concordo com a perspectiva de Elvis Roberto Lima da Silva de que “os materiais didáticos são destinados a proporcionar um aprendizado significativo, organizando tempos e espaços educativos para a construção de saberes escolares de forma prazerosa²⁷” e dessa forma, as narrativas míticas, ainda mais quando estão articuladas com o contexto e a cultura da cidade, podem se constituir como interessantes possibilidades de materiais didáticos para o ensino de história de forma significativa e criativa.

²⁵ FERNANDEZ, 2014, p. 29

²⁶ Ibidem, p. 29.

²⁷ SILVA, Elvis Roberto Lima da. Materiais Didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social.** 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152_ARQUIVO_TEXTOANPUH2013MateriaisdidaticoseasmultiplaslinguagensnoensinodeHistoriadosanosiniciais.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017. pp. 5.

Considerações finais

Por meio destas reflexões a respeito de mitos e ensino de história, penso que a utilização de narrativas míticas pode se constituir de uma importante ferramenta enquanto material didático, capaz de cumprir distintas funções, desde possibilitar conhecimentos acerca da cultura e do folclore local, até mesmo possibilitar o conhecimento de novas perspectivas de mundo e a vivência de novas experiências com espaços da cidade, além de trabalhar a questão da leitura e da escrita criativa.

A utilização de narrativas míticas como recurso didático também pode possibilitar a execução de diversas atividades em sala de aula, como a prática de contagem de histórias, a produção de teatros ou mesmo ser articulada com visitas de campo aos espaços mencionados no contexto dos mitos.

Apesar de já não se tratar de um debate novo, a utilização de mitos no ensino de história ainda necessita de novas e mais profundas contribuições e aportes teóricos metodológicos para sustentar sua utilização em sala de aula, principalmente quando se trata do campo de ensino voltado para a história de um estado, como é o caso do tema “História de Santa Catarina”, por entender o quanto os mitos de origem ou fundadores, estão arraigados nas identidades da população de alguma forma.

As diversas produções de Franklin Cascaes, entre narrativas e obras literárias e também obras artísticas, como esculturas e figuras, abordam uma diversidade de temas que estão ligados à história e à cultura de Florianópolis: personagens mitológicos conhecidos na região, como as bruxas, mas também pessoas que habitam ou habitaram os diferentes espaços e bairros da cidade que são mencionados nos contos do autor, como os pescadores, pessoas escravizadas e colonos. Assim, essas obras são tanto uma fonte para a história quanto uma possibilidade de recurso didático a ser utilizado em sala de aula ao abordar-se questões sobre Florianópolis em história de Santa Catarina.

Referências

ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.



CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERNANDEZ, Bárbara Martinez. **Contribuições a uma reflexão acerca do trabalho com lendas do folclore brasileiro na educação formal de crianças pequenas**. 2013. 74 p., Monografia (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. In: **A farra do boi**. Palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. pp. 113-141.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ----- . **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

LÉVI-STRAUSS. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS / FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS
FRANKLIN CASCAES. **Franklin Cascaes**. S/A. Disponível em:
<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=franklin+cascaes&menu=1&submenuid=sobre>>. Acesso em 23 nov. 2018.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: Teoria da história: Fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 22, n. 1, 2013. pp. 173-189.

SILVA, Elvis Roberto Lima da. Materiais Didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. 2013. Disponível em:
<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152_ARQUIVO_TEXTOANPUH2013MateriaisdidaticoseasmultiplaslinguagensnoensinodeHistoriadosanosiniciais.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.



SOUZA, Evandro André. **Franklin Cascaes**: Uma cultura em Transe. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em História. 2000. 115 p.

SOUZA, Mériti de. Discurso fundador, história e subjetividades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 57-64, 2002.

Recebido em 12 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 11 de dezembro de 2018.



As correspondências de Dom Afonso Niehues no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis: notas de pesquisa

Dom Afonso Niehues's letters in the Historical Archive of the Archdiocese of Florianópolis: research notes

Gustavo Tiengo Pontes

gustavotpontes@gmail.com

Doutorando em História - UFSC / Bolsista CNPq

Resumo: O objetivo deste texto é, a partir do estudo das correspondências do Arcebispo Dom Afonso Niehues de Florianópolis de 1965 a 1991 que estão presentes no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis, compreender uma construção de si e da História da Igreja em Santa Catarina a partir do acúmulo desses documentos e as sociabilidades efetuadas pelo mesmo que foram importantes para sua atuação nesse período.

Palavras chave: Dom Afonso Niehues; Correspondências; Sociabilidades; História da Igreja.

Abstract: This article's objective is to study the letters that were produced by the Archbishop Dom Afonso Niehues in the city of Florianópolis from 1965 to 1991. These letters are part of the Historical Archive of the Archdiocese of Florianópolis. Through the examination of these documents and its accumulation in that Institution, we intend to raise research possibilities and comprehend the construction of Niehues and the Church History in Santa Catarina. It is also our propose to study the sociability that were conducted by Niehues that were important for his actions in this period.

Key-words: Dom Afonso Niehues; Letters; Sociability; Church History.

Introdução

O objetivo desse texto é levantar possibilidades de análise e pesquisa sobre o conjunto de correspondências do arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis Dom Afonso Niehues¹

1 Afonso Niehues (1914-1993) nasceu em São Ludgero SC frequentou de 1922 a 1926 o Colégio Paroquial Sant'Ana, em 1927 iniciou os estudos no Seminário Menor de Azambuja em Brusque SC, nesse lugar estudou filosofia e iniciou o Curso de Teologia. Em Roma, a partir de 1935 concluiu Teologia e diplomou-se bacharel em Direito Canônico em 1939 na mesma cidade. Dentre outras atribuições, foi designado em 1943 para o cargo de 1º reitor do Seminário Mínimo Dom Joaquim em São Ludgero, em 1947 é nomeado reitor do Seminário de Azambuja e Cura do Santuário Nossa Senhora de Azambuja. De 1962 a 1965 participou das Sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II e em agosto de 1965 Paulo VI transfere Dom Afonso Niehues para Florianópolis como Arcebispo Coadjutor com direito à sucessão, com o título de Arcebispo Titular de Aptuca e Administrador apostólico. Dom Afonso também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina IHGSC. Para essas informações e outras cf. obra do pesquisador e padre José Artulino Besen: BESEN, José Artulino. **História na Igreja em Santa Catarina:** Dom Joaquim Domingues de Oliveira e Dom Afonso Niehues. Florianópolis: Academia Catarinense de letras, 2014.. Agradeço José Artulino Besen pela conversa sobre Dom Afonso Niehues e outras informações sobre o período e sua pessoa.



que se encontram no Arquivo Histórico da Arquidiocese² da mesma cidade, com ênfase para as contribuições do mesmo para a História de Santa Catarina e as sociabilidades que podem ser visualizadas com base nesses documentos. O mesmo assumiu como Arcebispo Coadjutor e Administrador apostólico de Florianópolis em dezembro de 1965 até 1991 sucedendo Dom Joaquim Domingues de Oliveira³.

Pretende-se evidenciar caminhos possíveis de pesquisa dessas correspondências e seu conjunto tendo em vista que existe um crescente debate sobre arquivos, acervos e correspondências na qual essa proposta de análise é tributária. Esses debates teóricos e historiográficos serão levantados a fim de ampliar e forçar limites de análise e entendimento do acervo em questão e temáticas presentes em algumas de suas correspondências. Entende-se, para esse texto, arquivo como uma “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”⁴, nesse sentido, inicialmente é preciso apontar que lida-se nesse texto com um arquivo eclesiástico que faz parte da Igreja Católica.

Com relação aos arquivos eclesiásticos, segundo o que aponta João Paulo Berto⁵, José Paulo Abreu⁶ e Eduardo Fournier García⁷, existe uma longa história da Igreja Católica com a publicação de decretos, concílios ou bulas Papais que orientam a guarda de seus documentos. Nas palavras de García, desde os primeiros anos de sua história, a Igreja sentiu a necessidade, assim como outros povos da antiguidade, de reunir e conservar cuidadosamente os documentos que se produzem em seu governo das almas, a administração de seus bens e que facilitaram um conhecimento de seus atos⁸.

O reconhecimento que a acumulação, guarda e disponibilidade para a pesquisa de documentos em arquivos é uma atividade com algum grau de orientação e intencionalidades caminha para o questionamento de uma visão de que existe uma “naturalidade” no modo em que essas instituições produziram e acumularam documentos, conforme Luciana Heymann

2 Sobre o Arquivo cf **Arquidiocese de Florianópolis**. Arquivo Histórico. S/data. Disponível em: <<http://arquivfn.org.br/arquivo-historico/>>. Acesso em: 20 de ago, 2017.

3 Sobre Dom Joaquim Domingues de Oliveira cf. BESEN, Op. Cit., 2014.

4 ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

5 BERTO, João Paulo. As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada. In: **História e-história**, março de 2012.

6 ABREU, José Paulo. Arquivos Eclesiásticos. Orientações e normas. In: **Theologica**, 2. Série 35:1, Lisboa, p.201-225, 2000.

7 GARCÍA, Eduardo Fournier. Los archivos de la iglesia católica, pasado y futuro: el caso de Costa Rica. In: **Revista História**, nº49-50, enero-diciembre, p.221-242, 2004.

8 Ibidem., p.222.



assevera. Deve-se “desnaturalizar” os arquivos e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, isto é, ressaltar o caráter construído dos arquivos⁹.

Esse é um debate que ainda é recente, pois, entre muitos ainda se percebe o arquivo como uma janela para o passado, conforme Kathryn Burns aponta, apesar de nós historiadores cada vez mais olharmos para os arquivos como janelas obscuras e turvas¹⁰. Ao encontro dessa discussão, Arlette Farge escreve sobre diversas “armadilhas” que existem durante a pesquisa em arquivos, leituras que se deixam seduzir pelos seus documentos e tomam as palavras ali presentes como um retrato ou que permitiriam desvelar uma outra época. De encontro com essa ideia, a autora expõe:

Nem mais nem menos real que outras fontes, ele [o arquivo] sugere destinos de homens e mulheres com gesticulações surpreendentes e sombrias cruzando poderes com múltiplos discursos. A emergência de vidas se entrecrocando com os dispositivos de poder estabelecidos conduz uma narrativa histórica que busca estar à altura dessa irrupção e desse peso, ou seja, que leva em conta esses retalhos de realidades exibidas, que desvenda estratégias individuais e sociais para além dos não ditos e dos silêncios, coloca-os em ordem, e depois propõe uma inteligibilidade própria sobre a qual é possível refletir¹¹.

Esses referenciais teóricos são importantes para se melhor compreender aspectos da natureza do arquivo em análise e os documentos acumulados por Dom Afonso Niehues. Inicialmente, pode-se destacar que há um movimento para guarda de documentos por parte da Igreja Católica, assim, quando se aborda orientações do século XX sobre Arquivos Eclesiásticos, segundo Berto, esse tema sobre os arquivos está inserido desde 1917 no Código de Direito Canônico, que regulamenta a Igreja¹². Esse código também mantém a tese de que os arquivos podem ser utilizados nos processos de investigação histórica¹³ e no código promulgado em 1983 assim está escrito: “§ 2. Procure também o Bispo diocesano que haja na diocese um arquivo histórico e que sejam diligentemente guardados no mesmo e sistematicamente ordenados os documentos com valor histórico”¹⁴.

9 HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro: Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2012. p.13-17.

10 BURNS, Kathryn, **Into the Archive**: Writing and Power in Colonial Peru. Durham: Duke University Press, 2010. p.124.

11 FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo, EDUSP, 2009. p.94.

12 BERTO, Op. Cit., p.2.

13 GARCÍA, Op. Cit., p.227.

14 IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado [pelo] Papa João Paulo II. 2. ed. Versão portuguesa de A. Leite S. I.; revista por Serafim Ferreira e Silva, Samuel S. Rodrigues, V. Melícias Lopes e Manuel Luís Marques. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. p.89.

É possível perceber nesse código que existem diferentes tipos de arquivos, sendo que, no caso desse texto lida-se com um Arquivo Histórico, criado em 1949 pelo bispo encarregado à época, Dom Joaquim Domingues de Oliveira¹⁵. De acordo com o que os autores citados afirmam, existiram outras resoluções que tratam também de arquivos eclesiásticos, como em 1997 em um texto elaborado pela Pontifícia Comissão em que assume-se a importância dos arquivos eclesiásticos como centros custodidores de um patrimônio incalculável para a constituição histórica¹⁶.

Conforme está escrito no próprio site do Arquivo Histórico, um dos principais objetivos dessa instituição é: “reunir, catalogar e sistematizar os documentos e objetos de real valor relativos principalmente à vida religiosa do Estado, os quais correm sérios riscos de se desviarem ou desaparecerem”¹⁷ e que, além de registros de nascimentos, casamentos e óbitos, “o acervo é integrado por inúmeros e valiosos documentos que contam a história da Igreja em Santa Catarina, principalmente a partir da criação do Bispado de Florianópolis que data de 1908”.

Sua fundação ocorreu através de um decreto datado de 25 de novembro de 1949 por Dom Joaquim Domingues de Oliveira¹⁸, mas na história dessa Instituição, o pesquisador Artulino Besen – que conviveu com Dom Afonso Niehues – escreve que houve uma reorganização¹⁹ do Arquivo por Niehues em que as seguintes ações foram realizadas:

restauração de centenas de Livros de Batizados, Óbitos e Casamentos dos séculos XVIII e XIX, deteriorados pela ação do cupim; [D. Afonso] determinou a classificação e sistematização, em arquivos de aço, de inúmeros documentos, deixados por Dom Joaquim. (...) A iniciativa revela uma das facetas do Arcebispo: o valor da história como mestra e remédio contra improvisações, marca de sua vida²⁰.

Sobre Dom A. Niehues, destaca-se também seu pedido ao historiador catarinense Walter Piazza para que escrevesse uma história da Igreja Católica em Santa Catarina no

15 Arquidiocese de Florianópolis, Op. Cit., s/data.

16 BERTO, Op. Cit., p.4.

17 Arquidiocese de Florianópolis, Op. Cit., s/data.

18 Idem.

19 BESEN, Op. Cit., p.161-162. No livro não está escrito, mas em conversa José A. Besen informou que a reorganização foi de 1967 a 1970.

20 Nessa mesma página, Besen destaca que Dom Afonso Niehues lhe contava sobre seu interesse de ampliar o arquivo para melhor atender estudiosos e pesquisadores, mas o seu sucessor Dom Eusébio Oscar Scheid reduziu mais ainda os espaços disponíveis depositando tudo em uma modesta sala

momento de comemoração de 50 anos de fundação da Arquidiocese de Florianópolis²¹. Assim, no prefácio da obra encomendada está escrito por Piazza:

(...) para chegar-se ao bom termo, foi possível graças à bondade de Dom Afonso Niehues, esclarecido ARCEBISPO, que, ao nos convidar para a elaboração desta obra, colocou-se, com seus auxiliares mais imediatos, à nossa disposição, quer solicitando de várias fontes informações, que franqueando, mais uma vez, os arquivos arquiocesanos²².

Pelo que está disponível no texto de apresentação da obra, a comemoração incentivou o pedido de escrita da história das ações da Igreja Católica no Estado de Santa Catarina, além de que parece ter propiciado uma certa reavaliação de ações da Igreja no Estado²³. De qualquer maneira, o pedido para a escrita dessa obra, a reorganização do Arquivo e a publicação em 1978 sobre uma outra obra, mas sobre a história de Dom Joaquim Domingues de Oliveira²⁴ sinalizam para um investimento de propagação da importância da participação da Igreja Católica na história do Estado. É um movimento que também pode ser compreendido como de viés pedagógico, pois, “quem difunde livros difunde ideias e valores, decide o que é permitido e o que é proibido existir, intervém na íntima estrutura das emoções formando sensibilidades”²⁵, segundo Andréa Borges Leão.

Não é novidade para historiadores o reconhecimento de que a escrita da História está sempre em disputa, e no caso proposto convém questionar o sentido desse passado²⁶

21 PIAZZA, Walter F. **A Igreja em Santa Catarina**: notas para sua História. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

22 PIAZZA, Op. Cit., p.10.

23 NIEHUES, Dom Afonso. Apresentação. In: PIAZZA, Op. Cit., 1977a, p.3-4. Walter F.

24 Apesar da ausência de documentos que apontem a articulação ou movimento de Dom Afonso para a publicação dessa obra, pode-se sugerir que o mesmo deve ter sido um dos principais articuladores para essa pesquisa. Haja visto, por exemplo, a presença em seu arquivo de uma correspondência de Mario Cesar Moraes (Secretário da Educação e Cultura) para Marcos Henrique Buechler (Governador do Estado em exercício) sobre a publicação dessa obra. Em seu primeiro parágrafo está escrito: “Senhor Governador, Com os meus respeitosos cumprimentos, tenho a satisfação de vir à presença de Vossa Excelência para tratar de assunto relativo à Nota nº4.064/AA, em que o Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Carlos Konder Reis solicita do livro ‘Dom Joaquim – Sermões e Resumo Biográfico’ sendo que o lançamento dessa obra está prevista em data a ser marcada entre os dias 26 e 30 do corrente, juntamente com a assinatura de decreto de doação de áreas que fará o Governo do Estado à Mitra Metropolitana”. MORAES, Mario Cesar. Carta enviada por Mario Cesar Moraes (Secretário da Educação e Cultura) para Marcos Henrique Buechler (Governador do Estado em exercício). Florianópolis, 12 de dezembro de 1978. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 61, Plástico “Dom Afonso: Correspondências Diversas (recebidas). De qualquer forma, agora retoma-se a expressão presente no Código de Direito Canônico, a presença desse documento no Arquivo deve ser compreendida também pela perspectiva de que alguém responsável pelo seu arquivamento o considerou dotado como de “valor histórico”, igualmente, para a guarda por Dom Afonso Niehues.

25 LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.61.

26 Cf. HOBBSAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.25-43.



abordado, pois, ao que parece pretende-se colocar em evidência a tradição e as ações efetuadas pela Igreja Católica no Estado ao longo do tempo. Em suma, deve-se frisar que, na escrita de um trabalho de história, ou o pedido para a escrita/publicação de algum, existem intencionalidades de legar para o futuro certa representação do que ocorreu, e no caso, frisa-se, a importância da Igreja Católica na história de Santa Catarina, o que parece ir ao encontro de sua iniciativa para reorganizar o Arquivo.

Sobre a comemoração ter incentivado a encomenda da obra, é possível perceber essa intencionalidade no texto de apresentação no livro, aliás esse mesmo texto em uma versão talvez de rascunho com data 17 de janeiro de 1977 está presente na pasta de correspondências expedidas de nº80, pode-se sugerir que esse texto foi uma primeira versão da Apresentação enviada a alguém do governo para comunicar sobre essa obra, ou foi um rascunho que foi arquivado (tendo em vista os vários riscos presentes). De qualquer maneira, acredita-se que não foi por acaso que esse texto se encontrou presente no conjunto de documentos sobre Dom Afonso Niehues, assim, foi-se considerado relevante a sua presença e, principalmente, pelo mesmo ter sido guardado por Niehues sugere um investimento de preservação de algo que lhe foi considerado como importante para a história da Igreja em Santa Catarina ou sua história também.

No texto presente no arquivo está escrito:

Por diferentes razões nunca fora pesquisada sistematicamente, até o dia de hoje, a história da Igreja em Santa Catarina. Existe, sem dúvida, um certo número de estudos esparsos em revistas e livros, ou pequenas monografias em geral de cunho local; nada, porém, de mais profundo e sistemático. Com a aproximação da data jubilar da elevação do Bispado de Florianópolis à categoria de Arcebispado e Sé Metropolitana (...) pareceu-nos oportuno mandar pesquisar e divulgar algo sobre Evangelização e Estruturação da Igreja em Santa Catarina. (...) Consideramos este trabalho um excelente ponto de partida para novos mergulhos nos arquivos, à procura de outros fatos e maiores detalhes, sobretudo com relação à dimensão pastoral da Igreja, e sua influência na formação da mentalidade da inteira população de um Estado. (...) Fazemos votos de que essa iniciativa suscite outras e outras semelhantes que o imenso labor apostólico de tantos homens e mulheres venha a luz e sirva de incentivo a novas lideranças [escrito à mão acima da palavra riscada 'vocações'], fortes e heroicas, capazes de dar continuidade à obra de evangelização em nosso querido Estado de Santa Catarina²⁷.

27 NIEHUES, Dom Afonso. Texto de título "Apresentação", 16 de janeiro de 1977c. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, s/data. pasta 80.

Quando se coloca em evidência o vocabulário utilizado e os motivos apontados, tais como “influência na formação da mentalidade”, que “sirva de incentivo a novas lideranças” e “ponto de partida para novos mergulhos nos arquivos”, algumas questões podem ser levantadas, primeiramente, conforme já enunciado por J. A. Besen e já citado, parece existir uma certa concepção de história em Dom Afonso que se aproxima do que entendemos como a História como a mestra da vida²⁸, isto é, que as ações fossem exemplos para não se repetir erros ou que as pessoas mencionadas sirvam como influências por suas virtudes etc. De qualquer forma, mantém-se a proposição de que há ou houve um interesse educativo na publicização de boas ações e uma tradição da Igreja Católica em Santa Catarina. É uma ação que caminha em um sentido semelhante para a reorganização e valorização do Arquivo.

Sobre o pedido de escrita da obra e outras ações que envolvem publicizar a História da Igreja, convém notar como a partir das correspondências citadas, e outras que estão presentes em seu acervo pode-se perceber que Dom Afonso conseguia mobilizar um extenso capital social²⁹ que lhe fornecia meios de conseguir a publicação dessas obras através de contatos importantes, sendo que ao menos uma delas sabe-se que houve participação do poder público em nível estadual. Tal questão será retomada nesse texto.

O Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis e suas correspondências

Nesse momento, volta-se ao Arquivo, apesar desse interesse por conservar documentos por parte da Igreja Católica, conforme García e outros autores ressaltam “nem sempre tem sido assim, [pois], nem todas as dioceses possuem um arquivo diocesano e lamentavelmente, muitos tem desaparecido por ação do tempo, ou por negligência das próprias autoridades”³⁰.

Sobre o acesso a pesquisa nesses locais, segundo Ana Aparecida Gonzaga da Silva e Jussara Borges (2009), Arquivos Eclesiásticos são de caráter privado, apesar de possuírem documentação classificada como de interesse público e social, desse modo, são patrimônio cultural da nação. No entanto, a classificação de um arquivo privado como de interesse

28 Não entraremos nesse debate, sobre a vigência desse topos ou sua permanência. Para um autor que debate sobre esse assunto cf. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006.

29 BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In, NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.73-79.

30 GARCÍA, Op. Cit., p.229. No original: “(...) no siempre ha sido así, no todas las diócesis tienen un archivo diocesano y lamentablemente, muchos han desaparecido por la acción del tiempo, o por la negligencia de las propias autoridades”.



público e social não assegura o direito ao acesso a esse arquivo, pois a legislação delega aos seus detentores a decisão de liberá-los à pesquisa, segundo as autoras escrevem. Com relação a experiência de pesquisa no Arquivo de Florianópolis, em momento algum foi-se questionada a proposta de pesquisa ou barrado o acesso a determinada pasta ou documento.

Sobre o Arquivo, ao que foi possível constatar, não há ou houve um profissional formado em arquivologia encarregado de gerir ou organizar os documentos ali presentes³¹, o que não diminui o esforço das pessoas que ali trabalham e com muito empenho organizam os documentos e atendem a quem precisa. Com relação ao Catálogo do Arquivo, existem cerca de 400 Pastas disponíveis para a pesquisa com diversas temáticas. Para a proposta desse texto optou-se por centrar a análise em 3 das 20 pastas do catálogo com o nome D. Afonso Niehues. São as pastas de número 60 e 61 (“Correspondências Recebidas”) e 80 (“Correspondências Expedidas por D. Afonso – 1966 a 1991”).

Não foi possível contabilizar quantas correspondências estavam ali presentes durante a pesquisa, acredito que mais de 200 documentos em cada uma das pastas, que eram compostas de correspondências escritas ou datilografadas, cartões postais, fotografias ou outros documentos diversos que devem ter acompanhado as correspondências recebidas ou expedidas. Não há uma numeração das cartas e as formas de classificação dentro das pastas são diversas, por temáticas, pessoas correspondentes, instituições etc., com exceção das correspondências expedidas, em que os documentos somente estão organizados por ordem cronológica.

Vale destacar que foi acumulada e guardada uma extensa massa documental por D. Afonso Niehues, conforme pode ser visto no catálogo. Segundo o que está exposto do conteúdo das pastas, foram acumuladas e arquivadas fotografias, recortes de jornais, textos de conferências, certidões, mensagens de natal etc. Além disso, em algumas dessas, junto de outras temáticas anunciadas no catálogo, é dito que existem mais correspondências, o que aponta para limites do modo em que foi realizada a classificação e que nem todas as correspondências estão presentes nas pastas para esse fim. Sobre correspondências das pastas 60, 61 e 80, é possível afirmar que existem documentos em que Dom Afonso assina a partir de seu cargo, mas também correspondências com familiares ou amigos, dessa maneira, existem documentos pessoais e profissionais em seu fundo documental.

31 Conforme já exposto, membros do clero que reorganizaram os documentos e muito provavelmente foram encarregados de suas classificações.

Para se compreender significados desse conjunto de documentos, parte-se do pressuposto que houve alguma seleção e descarte para compor esse acervo, além de interesses para sua preservação, pois, nas palavras de Ana Chrystina Venancio Mignot e Maria Teresa Santos Cunha sobre arquivos pessoais, guardar é diferente de esconder e também:

Os arquivos pessoais, via de regra, contêm documentos de naturezas diversas que resultam de diferentes estações da vida expressando tanto a vontade de forjar uma glória como um desejo de guardar os momentos mais significativos. Uns tratam de momentos solenes, ocasiões especiais, fatos públicos, militância política. Outros trazem os laços de afeto, o processo de construção de trajetórias, o refinamento de uma ideia ao longo de rascunhos e textos. Os documentos que permanecem nos arquivos pessoais são aqueles que resistiram ao tempo, à censura de seus titulares e à triagem das famílias³².

Sobre o descarte de documentos, são diversos os motivos que podem levar para que se exclua algo, assim, a exclusão pode ocorrer no momento em que se recebeu a correspondência, algumas podem ter sido perdidas ao acaso e outras podem ter sido retiradas durante o processo de arquivamento, por exemplo. Sobre esse tema, destaca-se um trecho de uma carta de 1960 de sua irmã chamada Alice que estava em viagem na Alemanha, ao mencionar que muitos bispos e sacerdotes contaram coisas da Alemanha que não gostaram e também dos insistentes pedidos de alguns para trazerem coisas Alemanha também está escrito:

(...) mas gostaria de lhe contar mais coisas que ouvi, para você estar a par. Porém, não quero escrever tudo, qualquer dia teremos oportunidade para isso. Dou mil graças a Deus que não gosta de estar pedindo coisas, aparelhos, etc. como outros fizeram, e a Madre Egydia nem sabia mais como arranjar tudo. Afinal, também ela não tem dinheiro para todo o mundo. Bem, isso só oralmente... Por favor, ponha logo esta carta no fogo. De você só ouvi coisas boas. Padre Diretor me escreveu, vou lhe mandar a carta para ver como ficou contente. Ponha também a carta dele no fogo, sim?³³

Talvez não ter colocado essa carta de sua irmã no fogo, apesar do pedido, explique, de certa maneira, a extensa massa documental acumulada por Dom Afonso, pois, pode ter havido

32 MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. In: **Revista Educação em Questão**, v.25, n.11, jan/abr., Natal, p.40-61, 2006. p.55.

33 NIEHUES, Alice. Carta enviada por Alice Niehues a Dom Afonso Niehues, Florianópolis, 6 de outubro de 1960. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 60, plástico: "Correspondências de familiares...", Maço: 1. Correspondências da Irmã Alice (irmã de D. Afonso) 1959-1971).

menos exclusão ou seleção do que se imagina, ou fosse importante para o mesmo preservar cartas familiares ou de amigos por laços de afeto. Como o mesmo ainda não era Arcebispo nem havia reorganizado o arquivo, e que em alguns anos posteriores iria viajar para Roma e esteve na Alemanha para um Congresso Eucarístico anteriormente no mesmo ano³⁴ – o que pode explicar a menção a Alemanha na carta de sua irmã-, é possível que ter guardado a correspondência por todos esse período teve também motivos de afeto, pois, poderia significar estar mais próximo de familiares.

Convém notar, nesse sentido, que apesar de haver correspondências recebidas anteriores a 1965, no caso das Correspondências expedidas, a etiqueta da pasta já sinaliza que esta contém: “Correspondências de Dom Afonso / 01.03.1966 a 24.01.1991”, ou seja, não há correspondências expedidas antes de se tornar Arcebispo. Algumas razões podem explicar isso, de modo institucional talvez existisse a necessidade de que se arquivasse uma cópia das correspondências quando se enviava como Arcebispo (o que parece provável) ou não houve o interesse na preservação das correspondências expedidas antes de assumir esse cargo, com a intenção de preservar a partir do que se encontra nessa pasta uma memória de sua atuação quando sucedeu Dom Joaquim.

Tendo em vista os limites desta pesquisa e texto, não será possível apresentar de maneira esquematizada quem foram os seus principais correspondentes ou assuntos abordados, além disso, no caso das correspondências recebidas e expedidas em seu conjunto, os assuntos são muito variados e torna-se difícil expor quais lógicas orientaram a acumulação das correspondências e seu arquivamento, isto é, quais ou qual intenção autobiográfica³⁵ pode ter guiado a constituição e organização desse acervo.

Como não dispõe-se de dados sobre a constituição desse acervo, parece provável que, no caso das correspondências, o que parece ser algumas das intenções de legado pelo seu conjunto é uma representação de Dom Afonso Niehues como alguém engajado nas ações da Igreja e suas necessidades diversas, com diálogo constante para auxílio ou outros assuntos com paróquias, padres e bispos, em contato com o governo ou instituições, acessível para pessoas que precisavam de determinada intercessão, em diálogo com diversas organizações e congregações, atento a diversos acontecimentos políticos recentes além de uma pessoa presente para familiares e amigos,

34 BESEN, Op. Cit., p.153-154.

35 Cf. ARIÈS, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. V.11, n.21, p. 9-34, 1998. Passim.



São documentos que, em uma leitura que os tome em seu sentido literal, parecem apontar para a construção de uma biografia edificante de Dom Afonso. De qualquer maneira, sugere-se que a acumulação e guarda por Dom Afonso Niehues deve ter se acentuado quando se tornou Arcebispo e que havia interesses de preservação desses documentos a fim de legar momentos ou diálogos que considerava relevante para a história da Igreja em Santa Catarina, haja visto seu investimento junto ao Arquivo.

Pode-se perceber um pouco do diálogo entre membros da Igreja através de uma mensagem de agradecimento recebida por Niehues em uma correspondência de 1973 que foi enviada de Salvador e escrita por Dom Avelar Brandão Vilela (Cardeal Arcebispo de São Salvador da Bahia / Primaz do Brasil), presente na pasta 60:

Paz! Acuso o recebimento de sua carta de 26 de abril p.p. / Agradeço e louvo seu gesto amigo. Quero científicá-lo de minha imensa alegria em ver a Região da Bahia contemplada com tão preciosa ajuda. / Na próxima reunião da Comissão Regional, o assunto será tratado com o devido carinho. / Fraternalmente, / No Cristo Jesus³⁶.

Tal correspondência parece sinalizar que Niehues era também solícito e atencioso a pedidos de membros do Clero de outras regiões. Em um outro exemplo que pode auxiliar a compreender um pouco mais da interação do Bispo com a sociedade de SC, em uma correspondência escrita à mão por Eletto Giovanella de Rio do Sul no dia 5 de fevereiro de 1981 está assim escrito:

Saudações; / Venho comunicar-lhes que o julgamento dos estudantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional por causa do “incidente de Florianópolis”, entre eles minha filha Ligia será no dia 7 de fevereiro próximo em Curitiba, solicito a V. Excia e Rev.ma. o favor de rezar e pedir a outras pessoas nas paróquias que rezem muito para que todos os estudantes sejam absolvidos, pois são inocentes. / Grato desde já por tudo o que puder fazer por eles e pela sua valiosa solidariedade subscreva-me com a maior estima e consideração. / Saudações/ Eletto Giovanella³⁷.

A presença dessas correspondências, portanto, podem sinalizar para um investimento na preservação de documentos que valorizem a atuação de D. Afonso Niehues e sua boa

36 VILELA, Dom Avelar Brandão. Carta enviada por Dom Avelar Brandão Vilela a Dom Afonso Niehues, Salvador, 18 de maio de 1973. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 60, plástico “Dom Afonso: Correspondências de Bispos ou referentes a Bispos”.

37 GIOVANELLA, Eletto. Carta enviada por Eletto Giovanella a Dom Afonso Niehues, Rio do Sul, fevereiro de 1981. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 61, plástico: “Dom Afonso: Correspondências Diversas (recebidas).”

relação com a sociedade catarinense. Por conseguinte, também se trata de uma boa relação da Igreja de Santa Catarina com os seus demais fiéis ou contatos com outras regiões. No caso que envolve aspectos da Ditadura, ressalta-se como esta não é a única correspondência que envolve esse período da História Brasileira e atuação de membros do Clero.

Além disso, ao encontro do que a autora Arlette Farge escreve e o que foi mencionado acima, outra abordagem já apresentada no decorrer desse texto que pode propiciar novas reflexões seria considerar esse conjunto de correspondências como arquivos pessoais, isto é, que através de sua análise seria possível perceber “gostos, hábitos e valores de quem os guardou”³⁸. Nesse caminho, retorna-se às correspondências em uma perspectiva que dialoga com considerações da História Intelectual ao valorizar as sociabilidades³⁹.

Retoma-se a obra encomendada a Walter Piazza, em correspondência de 28 de janeiro de 1977 enviada ao Secretário do Governo Deputado Albino Zeni, nesse documento Dom Afonso Niehues escreve uma carta de resposta dizendo que está

aguardando os originais de ‘História da Igreja em Santa Catarina’ (...) Tão logo me chegarem às mãos os referidos originais, entrarei novamente em contato com V. Excia. Ao agradecer a gentileza de V. Excia, aproveito o ensejo para expressar-lhe minha grande estima e toda a consideração⁴⁰.

Em outra correspondência, sobre a obra já mencionada de Dom Joaquim, Dom Afonso Niehues comunica-se com o Presidente da Academia Catarinense de Letras Dr. Theobaldo Costa Jamundá. Na carta, que é uma resposta sobre uma possibilidade de realização de uma “Solene Sessão da Academia Catarinense de Letras, conjuntamente com a Arquidiocese, como um dos eventos de dezembro do corrente ano comemorativos do transcurso do centenário de nascimento de D. Joaquim Domingues de Oliveira”, é confirmada a participação e a indicação, por Dom Afonso, de Pe. José Artulino Besen para ser orador da Sessão⁴¹. A partir dessas trocas de correspondências é possível tanto perceber um interesse na

38 **DOCUMENTOS DE ARQUIVOS PESSOAIS, FGV CPDOC**: O que são Arquivos Pessoais. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em: 19 ago, 2017.

39 Existem muitos estudos e debates sobre o que se entende por História Intelectual, para esse texto tomamos a perspectiva de Jean F. Sirinelli sobre esse campo de estudo. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 231-271.

40 NIEHUES, Dom Afonso. Carta de Dom Afonso Niehues ao Deputado Albino Zeni, Secretário do Governo de Santa Catarina, Florianópolis, 28 de janeiro de 1977b. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 80. Importante lembrar que o livro foi editado governo do Estado de Santa Catarina.

41 NIEHUES, Dom Afonso. Carta enviada por Dom Afonso Niehues para Theobaldo Costa Jamundá (Presidente da Academia Catarinense de Letras), Florianópolis, 22 de agosto de 1978. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, Pasta 80.

divulgação da História da Igreja quanto alguns dos contatos ou instituições que Niehues conseguia mobilizar para efetivar suas ações.

Considerações Finais

Ainda com relação a essas últimas correspondências mencionadas, algumas considerações podem ser levantadas sobre essas e a presença no arquivo, pois, se as ações sinalizam um investimento na divulgação da história da Igreja em Santa Catarina, a presença dos documentos no acervo pode significar que foram considerados dotados de alguma importância para serem arquivados e também propiciam compreender caminhos para a publicação e difusão, através do estudo de quais contatos foram efetuados. Pode-se sugerir, dessa maneira, que foi através de uma rede de contatos mobilizada a partir de afinidades ou por seu cargo que se operaram essas ações. Assim, esses contatos institucionais ou não lhe auxiliaram nesses objetivos.

Antes de finalizar esse texto, deve-se ressaltar que, como se sabe, ideias e valores fazem parte de um contexto e são social e culturalmente construídos, nesse sentido, uma outra via que poderia render boas considerações seria analisar melhor em conjunto a formação de Dom Afonso Niehues com esse seu interesse pela história, por exemplo. Apesar de não ser possível debater essa questão no momento, algumas considerações gerais sobre o estudo desse arquivo podem ser tecidas.

Inicialmente, talvez a questão maior para compreender tal arquivo e suas correspondências não seja o processo de arquivamento, pois, pode ser possível que seus documentos tenham sido provavelmente lidos e arquivados sem maiores preocupações – o que não descarta que deve ter havido documentos que não fizeram parte de seu fundo documental -, desse modo, acredita-se que a acumulação de documentos por Dom Afonso Niehues é que deve entrar no centro do debate, além de com quais pessoas o mesmo entrou em contato e as principais temáticas abordadas ao longo de suas correspondências.

Se é possível afirmar que havia um interesse seu pela História da Igreja e o Arquivo local, o mesmo sabia que suas correspondências iriam parar no Arquivo e que poderiam ser objeto de estudos. Se isso foi um processo consciente para preservar uma glória sua não parece tanto ser a questão, de qualquer maneira, o que parece estar em jogo é muito mais uma preservação da história das ações da Igreja Católica em Santa Catarina com a sua presença, pois, Niehues sabia que fez parte desta e teria um espaço no arquivo dedicado a si.



Ao final desse estudo, percebe-se que a análise e leitura das correspondências possibilitam sublinhar diversas perspectivas de estudo em que, dentre elas, as sociabilidades entraram em maior evidência. Assim, evidencia-se o contato de Niehues com várias pessoas do período que lhe possibilitaram meios de ação para alcançar, dentre algumas das finalidades, a divulgação da presença da Igreja Católica em Santa Catarina. Sobre o conjunto documental guardado, talvez não houvesse um desejo de forjar uma glória para si por Dom Afonso, parece muito mais provável sugerir que sua guarda esteja relacionada com uma valorização da história da Igreja Católica nesse Estado.

Referências

ABREU, José Paulo. Arquivos Eclesiásticos. Orientações e normas. In: **Theologica**, 2. Série 35:1, Lisboa, p.201-225, 2000.

ARIÈS, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. V.11, n.21, p. 9-34, 1998.

Arquidiocese de Florianópolis. Arquivo Histórico. S/data. Disponível em: <<http://arquiFln.org.br/arquivo-historico/>>. Acesso em: 20 de ago, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BERTO, João Paulo. As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiais no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada. In: **História e-história**, março de 2012.

BESEN, José Artulino. **História na Igreja em Santa Catarina**: Dom Joaquim Domingues de Oliveira e Dom Afonso Niehues. Florianópolis: Academia Catarinense de letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In, NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.73-79.

BURNS, Kathryn, **Into the Archive**: Writing and Power in Colonial Peru. Durham: Duke University Press, 2010.

DOCUMENTOS DE ARQUIVOS PESSOAIS, FGV CPDOC: O que são Arquivos Pessoais. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em: 19 ago, 2017.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo, EDUSP, 2009



GARCÍA, Eduardo Fournier. Los archivos de la iglesia católica, pasado y futuro: el caso de Costa Rica. In: **Revista História**, nº49-50, enero-diciembre, p.221-242, 2004.

GIOVANELLA, Eletto. Carta enviada por Eletto Giovanella a Dom Afonso Nihues, Rio do Sul, fevereiro de 1981. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 61, plástico: “Dom Afonso: Correspondências Diversas (recebidas).

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro: Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.**

HOBBSAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.25-43.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado [pelo] Papa João Paulo II. 2. ed. Versão portuguesa de A. Leite S. I.; revista por Serafim Ferreira e Silva, Samuel S. Rodrigues, V. Melícias Lopes e Manuel Luís Marques. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2006.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. In: **Revista Educação em Questão**, v.25, n.11, jan/abr., Natal, p.40-61, 2006.

MORAES, Mario Cesar. Carta enviada por Mario Cesar Moraes (Secretário da Educação e Cultura) para Marcos Henrique Buechler (Governador do Estado em exercício. Florianópolis, 12 de dezembro de 1978. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 61, Plástico “Dom Afonso: Correspondências Diversas (recebidas).

NIEHUES, Alice. Carta enviada por Alice Nihues a Dom Afonso Nihues, Florianópolis, 6 de outubro de 1960. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 60, plástico: “Correspondências de familiares...”, Maço: 1. Correspondências da Irmã Alice (irmã de D. Afonso) 1959-1971).

NIEHUES, Dom Afonso. Apresentação. In: PIAZZA, Walter F. **A Igreja em Santa Catarina: notas para sua História**. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977a. p.7-8.

_____. Carta de Dom Afonso Nihues ao Deputado Albino Zeni, Secretário do Governo de Santa Catarina, Florianópolis, 28 de janeiro de 1977b. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 80.

_____. Carta enviada por Dom Afonso Nihues para Theobaldo Costa Jamundá (Presidente da Academia Catarinense de Letras), Florianópolis, 22 de agosto de 1978. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, Pasta 80.



_____. Texto de título “Apresentação”, 16 de janeiro de 1977c. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, s/data. pasta 80.

PIAZZA, Walter F. **A Igreja em Santa Catarina**: notas para sua História. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador. In: **Informação e Informação.**, v. 14, n. 2, jul./dez. Londrina, p. 38 - 61, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 231-271.

VILELA, Dom Avelar Brandão. Carta enviada por Dom Avelar Brandão Viela a Dom Afonso Niehues, Salvador, 18 de maio de 1973. In: **Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis**, pasta 60, plástico “Dom Afonso: Correspondências de Bispos ou referentes a Bispos”.

Recebido em 03 de outubro de 2018.

Aceito para publicação em 29 de novembro de 2018.



Cruz e Souza, Promotor Público: um biografema velado¹*Cruz e Souza, Public Prosecutor: a veiled biographeme*Thiago Maio²Carla Cristine Teixeira³Guilherme Da Conceição de Lima⁴Ian Bicudo Lippi⁵Isa Maria Moreira Liz⁶

Resumo: O presente artigo apresenta um biografema enigmático do poeta catarinense Cruz e Souza. Para tal, tomamos para análise, o episódio de um possível convite à Promotoria de Laguna, reproduzido por grande contingente dos memorialistas do poeta. Através dos clássicos revisitados e de extensa documentação levantada, contando com acervos públicos e privado, tecemos uma historiografia a respeito deste enigma, no intuito de lançar luzes ao acontecimento perpetuado. Em nossa análise, abarcamos o campo da história e a literatura e nos valem mais de constatações que respostas concretas.

Palavras-chave: História; Cruz e Souza; Santa Catarina; Biografema; Promotoria.

Abstract: This article propose to solve an enigmatic biographeme of Cruz e Souza, notorious poet from Santa Catarina state. To this end, we analyze the possible invitation to assume the Laguna Prosecutor's Office, fact that is reproduced by a large contingent of the poet's memorialists. Through the revisited classics and extensive documentation raised, with public and private collections, we weave historiography about this enigma, in order to bring light to the event perpetuated. In our analysis we cover the field of history and literature and we use extensive evidence research in search of concrete answers.

Keywords: History; Cruz e Souza; Santa Catarina; Biografema; Prosecution Service.

1. Um Biografema do jovem Cruz e Souza em Desterro

Um dos mais próximos amigos e mantenedor da obra do poeta João da Cruz e Souza, Nestor Vitor, afirmava: “Quando mesmo Cruz e Souza não deixasse escrita uma linha sequer, bastava unicamente a sua vida para fornecer uma das mais curiosas monografias humanas”⁷, assim qualquer tentativa de traçar a biografia completa do poeta desterrense é tarefa de extrema complexidade, porém apaixonante e recompensadora, motivos pelos quais diversos biógrafos se lançaram nesta arriscada empreitada. O presente artigo não tem como escopo

1 Artigo elaborado pela equipe do Setor do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina.

2 Coordenador da Pesquisa. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pelo PPGD/UFSC. Chefe do Setor do Memorial do MPSC. E-mail: tmaio@mpsc.mp.br

3 Acadêmica de História pela UFSC. E-mail: moratelli-ca@hotmail.com

4 Acadêmico de História pela UFSC. E-mail: guilherme.2lima@gmail.com

5 Acadêmico de História pela UFSC. E-mail: ianlippi@ymail.com

6 Acadêmica de História pela UFSC. E-mail: isamariamliz@gmail.com

7 VÍTOR, Nestor. **Obra crítica de Nestor Vitor**. V. 5, Parte 1. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969, p. 30.



compreender toda a trajetória de vida do poeta, tampouco realizar análise literária de sua obra, nem pretende exaurir o tema pesquisado, mas despertar novamente o interesse acadêmico sobre alguns pontos e passagens da biografia de Cruz e Souza que permanecem enigmáticos— vez que continuam sendo reproduzidos, carentes de análises científicas, tendo como base fatos não comprovados. Ao analisar e pesquisar metodologicamente, o estudo salienta um biografema específico: a afirmação de que Cruz e Souza teria sido, entre 1883 e 1884, nomeado Promotor da Comarca de Laguna, pelo então Presidente da Província de Santa Catarina, impedido de assumir o cargo em razão de sua cor.

Para iniciarmos o estudo e apurar a veracidade dessa afirmação, é fundamental compreender o conceito de biografema, neologismo criado por Roland Barthes:

(...) Se fosse escritor, e morto, como gostaria que a minha vida se reduzisse, pelos cuidados de um amigável e desvolto biógrafo, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: ‘biografemas’, em que a distinção e a mobilidade poderiam deambular fora de qualquer destino e virem contagiar, como átomos voluptuosos, algum corpo futuro, destinado à mesma dispersão!⁸

O neologismo “biografema” passou a constituir elemento da teoria literária como aquele significante que, tomando um único fato da vida do biografado, transforma-o em signo, repleto de significados, reconstituindo o gênero autobiográfico em razão de construir uma memória, cuja origem advém de uma imagem fragmentária da totalidade da vida do sujeito. Na obra *A câmara clara*, de 1980, o semiólogo francês define o neologismo:

(...) Gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia⁹.

A noção de biografema, proposta por Roland Barthes, pode constituir-se como estratégia a ser utilizada para se pensar a releitura de uma vida ou história pessoal, permitindo a criação de novas possibilidades, para se dizer e retratar uma passagem, trazendo a essa nova abordagem aspectos que ainda não haviam sido devidamente esmiuçados. O estudo específico de biografemas mostra a mudança de abordagem em relação às próprias vidas retratadas,

8 BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 16.

9 BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 51

decorrente de um novo viés de análise dado à pesquisa biográfica. Em vez de narrar grandes linhas da historiografia, a prática biografemática volta-se ao detalhe, determinado pelo pesquisador que prioriza um *momentum* e *locus* específicos. Como analogia, um biografema pode ser entendido como um slide, um quadro retirado de um filme, abordando um fato pontual isolado da biografia. O pesquisador, dessa forma, percebe minuciosamente os detalhes que, até então, estavam encobertos pela velocidade e complexidade da narrativa.

2. A Historiografia da Biografia: os estudos sobre a vida de Cruz e Souza

Pode-se divergir sobre quem primeiro conseguiu descrever Cruz e Souza: Virgílio Várzea, Nestor Vitor ou Andrade Muricy. Os dois primeiros, amigos muito próximos do poeta que ainda durante a vida do artista o biografaram, quiçá, únicos biógrafos que com ele trataram diretamente¹⁰. Várzea o fez em 1907, ao publicar alguns dados no jornal *Correio da Manhã*, como aponta Nestor Vitor, ao realizar biografia mais completa, na introdução das obras publicadas em 1923. Podemos incluir outros perfis elaborados à sua época, como o de Gama Rosa ou de Tasso da Silveira, mas é indiscutível que o escritor e crítico José Cândido de Andrade Muricy foi quem mais fez pelo conhecimento da vida e da obra do poeta. Mais tarde, Andrade Muricy, herdeiro direto de Nestor Vitor, consolidou Cruz e Souza no lugar que lhe é atribuído no panteão dos literatos nacionais, destacando sua genialidade e ampliando sua obra ao trazer a lume escritos inéditos do poeta, em 1961. Sem desmerecer outros, Andrade Muricy é uma das fontes na qual beberam todos os estudiosos que vieram *a posteriori* e base de partida para qualquer estudo aprofundado da vida e obra do poeta catarinense.

No artigo *Retratos de Cruz e Souza*¹¹, Muricy nos brinda com um apanhado de imagens, descrições e percepções daqueles que conheceram e conviveram com Cruz e Souza, fomentando a construção de um arquétipo conceitual e imagético do retratado. O artigo compõe um quadro ao enunciar as características físicas e o temperamento do poeta desterrense. Entretanto, não se trata de um biografema, vez que não aprofunda a relação com um fato ou momento específico da breve vida do poeta. Entre as pesquisas acadêmicas que

10 VITOR, Nestor. **Obras completas de Cruz e Souza**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1923. MURICY, José Cândido de Andrade. **Cruz e Sousa obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1961. VÁRZEA, Virgílio. **Impressões da Província (1882 - 1889): A "Tribuna Popular" e A guerrilha literaria catarinense**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 1-4. fev. 1907.

11 REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, v. 17, jul./set.1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002997.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.



tratam do aspecto biográfico e histórico da vida de Cruz e Souza, poucas são as que especificamente tratam do biografema referente a nomeação para o cargo de promotor. Exceção de um único texto conhecido comentado neste artigo. O presente estudo tem como ponto de partida a juventude do poeta e mais do que descrever sua trajetória biográfica, exigiu o transpor de fronteiras, indo além da simples reprodução da biografia conhecida, com o propósito de analisar o biografema que constitui o objeto de análise da pesquisa.

As obras que abordam a vida pessoal e pública de Cruz e Souza, em sua grande maioria, constituem-se de análises literárias que privilegiam sua produção cultural, estabelecendo uma correlação destas com sua biografia conhecida. Através do levantamento bibliográfico efetuado para esta pesquisa, percebeu-se que desde Virgílio Várzea, Nestor Vitor, passando por Andrade Muricy, Tasso da Silveira, com ápice em Raimundo Magalhães Junior (1961) e daí refletindo nas obras de outros biógrafos, ocorreram “derivações biográficas” que se transformaram em traços característicos e efemérides duradouras na biografia de João da Cruz e Souza. Nesse contexto, a impressão que se depreende das memórias deixadas pelos autores citados dá o tom a muitas reproduções posteriores. Depreende-se que as biografias apresentam a conturbada vida de Cruz e Souza sobrepondo-se à sua obra, como se sua trajetória pessoal fosse uma "profecia auto-realizável", no sentido do desenvolvimento de uma *persona* a qual o destino manifesto é tornar-se o poeta da dor, cuja vida sofrida foi o único motivo gerador de sua poesia. Retrata-se a saga do Dante Negro, do poeta sísifo, do bardo trovador desterrado e oprimido. Na análise biografemática, ao não sobrepesarmos todo o arcabouço emocional que acompanha a vida e obra, apuramos a reflexão crítica destacando o foco em relação ao objeto retratado.

3. A Sociedade Catarinense nos Tempos do Poeta

Enunciadas as bases conceituais e metodológicas da pesquisa, faz-se fundamental delimitar o período histórico da mesma, bem como o cenário sociopolítico, orientado com relações institucionais, partidárias e atores particulares, durante o Segundo Reinado. A partir daqui esse estudo trata da configuração política que embasou a possibilidade de João da Cruz e Souza ter sido indicado ao cargo de Promotor Público da Comarca de Laguna. Deste modo, ao direcionar nosso olhar para a Província de Santa Catarina, no ano de 1883, percebemos que o período corresponde ao auge das forças liberais na política catarinense. O debate ideológico entre liberais e conservadores era recorrente na sociedade desterrense, considerando-se o



crescimento da imprensa e o desenvolvimento de variados pensamentos filosóficos e movimentos literários, fomentados pela efervescência do cenário político.

Em meados de 1880, no panorama institucional da Província catarinense, os liberais haviam obtido a maioria no Gabinete do Império, bem como na Assembleia Legislativa. Exemplo de como a disputa política se dava pôde ser atestado com a Lei de 9 de Janeiro¹², que estabeleceu dois distritos provinciais: o de Laguna, sendo eleito para chefiá-lo o liberal Manoel da Silva Mafra; e no de Desterro, o conservador Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, futuro Visconde Taunay — figura de destaque e principal político do partido na Província¹³. Em 1883, o médico Francisco Luís da Gama Rosa Júnior foi indicado para presidir a província catarinense, passando então, a ser um personagem de destaque neste estudo, visto que incumbiria a ele nomear os promotores durante o período em que presidiu a Província, ou seja, entre 29 de agosto de 1883 e 09 de setembro de 1884.

A transformação do cenário político catarinense acontece concomitante com o surgimento do grupo *Idéia Nova*, reunião de literatos que buscavam romper com os padrões estabelecidos, expressando novos ares nas letras e artes catarinenses, oxigenando as ideias estéticas e filosóficas estabelecidas. No Grupo, eram destaques os jovens periodistas Cruz e Souza, Santos Lostada e Virgílio Várzea.¹⁴ O círculo das novidades em Desterro, observado no último quartel do século XIX, incrementou o caldeirão das ideias; a literatura expressada nos jornais e folhetins¹⁵ revigorou os saberes produzidos na Província, polarizando a discussão entre aqueles que miravam o progresso da sociedade, inspirado nas ideias recém-chegadas da Europa, tais como o naturalismo, evolucionismo, positivismo e o higienismo; e aqueles mais conservadores que ainda desfrutavam do romantismo e do naturalismo.

Amparado na figura de Gama Rosa, o presidente da Província de Santa Catarina, o grupo *Idéia Nova* clamava pela mudança na misoneísta Desterro. Foi através de Gama Rosa que os membros do grupo vislumbraram a possibilidade de ascender socialmente mediante o exercício nesta área e com a possibilidade de nomeação para exercer cargos públicos. O *Idéia Nova*, constituído por Cruz e Souza, Virgílio Várzea, Araújo Figueiredo, Santos Lostada, Oscar Rosas e Carlos de Faria, encontrou na figura do Presidente Gama Rosa um modelo,

12 BRASIL. **Decreto nº 3.029, de 1881**. Reforma a legislação eleitoral. Lei Saraiva: Decreto n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Rio de Janeiro, 09 jan. 1881. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 17 out. 2017.

13 CABRAL, Oswaldo R. REIS, Sara Regina Poyares dos (org.). **História da política em Santa Catarina durante o império**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 4v.

14 PAULI, Evaldo. **Crus e Sousa: Poeta e pensador**. São Paulo: Edição do Escritor, 1973. 3 v.

15 MUZART, Zahidé. **O folhetim no desterro em relação ao modelo francês, 1989**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17454/16025>



personagem letrado que estava a par das produções contemporâneas do mundo científico e que já havia conhecido os ares da Capital do Império. O Grupo surge neste ambiente, quando o declínio do Império no Brasil, provocava nos jovens escritores severos descontentamentos, manifestados através das publicações contrárias à monarquia. O abolicionismo era tido como urgente em uma sociedade cada vez mais influenciada pelos ideais iluministas e liberais- alguns dos pilares fundamentais deste grupo eram o naturalismo e o evolucionismo de Darwin, ideias também muito trabalhadas por Gama Rosa em suas obras.

Já neste período, as críticas sociais são perceptíveis na obra de Cruz e Souza, com destaque para os comentários em favor da abolição da escravidão, presentes nos folhetins e jornais como o *Folha Popular*, *A Regeneração*, *O Moleque* e *O Colombo*, nos quais colaborou diretamente. O “moderno” posicionamento do grupo *Idéia Nova* acabou repercutindo e gerando reflexos que foram para além das páginas dos folhetins, ocasionando a chamada "Guerrilha literária". Souza, na página 72 de sua dissertação de 2012¹⁶, destaca o conturbado período: "Para além das discussões político-partidárias, a violência verbal, e por vezes física, era um elemento também constituinte da vida literária desterrense. As ofensas mútuas trocadas pelas páginas dos jornais, ou até mesmo a franca troca de socos nas ruas da capital, era algo relativamente corriqueiro nas relações entre os escritores da cidade".

Ocorre que o movimento do grupo *Idéia Nova* e sua "Guerrilha literária" tiveram reflexos além do campo cultural, vez que os mesmos escritores, além de fazerem oposição às escolas tradicionais da literatura, também disseminavam novos valores políticos. Esta afinidade acabou por aproximar ainda mais os jovens literatos ao Presidente Gama Rosa, que compartilhando do ideário do Grupo, cercou-se de seus colaboradores, fosse organizando saraus literários, fosse nomeando-os para cargos da administração pública. Ressaltamos que nesse contexto, os cargos públicos eram totalmente vinculados ao que entendemos hoje por rede de contatos. Portanto, durante o Governo de Gama Rosa, os embates políticos mereceram destaques nos jornais e folhetins, fossem nos elogios portentosos às ações do Presidente da Província, ou nas críticas viscerais de seus opositoristas.

O partido conservador fazia ferrenha oposição ao Governo de Gama Rosa, tendo inclusive forte representação na imprensa, contando com a publicação dos chamados *órgão*

16 SOUZA, Luiz Alberto de. **A cor e a forma: história e literatura na obra do jovem Cruz e Souza (1861-1888)**. 2012. 370 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96401/310709.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 out. 2017.

oficial do partido, entre estes *O Conservador*, periódico distribuído na capital Desterro, também o periódico *A Tarde* circulava na Capital, bem como o jornal *A Verdade*, com distribuição em Laguna, que se intitulava como *Folha Conservadora*. Já os representantes da imprensa que tendiam para a ala liberal da política eram sobretudo o jornal *A Regeneração* e *O Despertador*, ambos de Desterro. Fundamental destacar a atuação e a importância de ambos ao dar espaço aos periodistas da *Idéia Nova* e retratar as escaramuças envolvendo liberais *versus* conservadores¹⁷. Se os elogios eram advindos da ala liberal da imprensa, o mesmo não se podia dizer dos jornais que representavam o pensamento do partido Conservador. As nomeações de Gama Rosa, bem como a designação dos jovens literatos para cargos públicos, foram questionadas e criticadas pela imprensa conservadora¹⁸. As notas da imprensa chegavam a ir para o campo de ofensas pessoais a pessoa de Gama Rosa, como trazia o *Jornal Correio da Tarde* circulado no sábado de 29 de março de 1884:

Toda a gente, porem, sabe que o sr. Gama Rosa era um rapaz desempregado, medico novato, sem clinica, sem tenção de a conquistar por algum dos modos conhecidos, visto ser um <<enfant gaté>>, com a perspectiva de segura independencia, garantida pela sua qualidade de herdeiro forçado¹⁹.

Dentre os diversos excertos de jornais coletados pela pesquisa que permitiram verificar as notícias divulgadas na imprensa desterrense naqueles anos, destacam-se duas que atacam as nomeações dos membros do *Idéia Nova* para os cargos de promotor. Estas críticas, até onde foi possível constatar, não foram reproduzidas ou referidas em outro estudo ou biografia de Cruz e Souza ou de seus contemporâneos. Ainda que extensas, dado o ineditismo e contribuição à pesquisa, são aqui transcritas na íntegra.

Graças a Deos que já o sr, dr. Gama Rosa actual presidente da província, encontrem sua secretaria um empregado para servir de seu official de gabinete! Pela<<Regeneração>> foi transmitida a noticia de estar o 2.º escriptuario Chrysanto Eloy de Medeiros, nomeado para aquelle cargo. E porque s, ex. não procedeu d'essemmodo desde que julgou necessário munir-se de official de gabinete? Porque rasão não cumpriu a lei, designando desde logo o sr.Chrysanto para Esse cargo? Não lhe pode negar confiança, visto que, alem de o nomeado pertencer á parcialidade politica de s. ex., é

17 Todos os periódicos mencionados serviram de fonte de pesquisa para o presente estudo e foram consultados em meio digital e nos acervos das bibliotecas e arquivos pesquisados.

18 Vide as publicações do jornal *Correio da Tarde* que citadas em sequência.

17CORREIO DA TARDE. Desterro, 29 mar. 1884. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correiodatarde%20desterro/1884/COR1884073.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2017. As transcrições das fontes seguem conforme a ortografia da época.

empregado a muitos annos, e portanto estava no caso de servir. S. ex., porem, como procedeu? Primeiramente nomeou o protegido do sr. Ministro do Império que veio em sua companhia, depois nomeou o sr. Virgilio Varzea ultimamente o sr. Lostada, E' uma mania de s.ex, fazer tirocínio para os poetas seus protegidos no gabinete da presidencia, e depois lá vão para promotores publicos! Assim é que, o sr. Varzea foi nomeado para a comarca de S. José, e agora lá foi o sr. Lostada para a de Itajahy. Como tudo isto é bonito?! Antigamente e na forma da lei, só podião ser promotores publicos os Bachareis, e advogados, como cidadãos instruidos nas leis, e tinhão preferencia, mas hoje basta ter a habilitação adquerida no gainete de s.ex. E a maior recommendação é saber fazer <<trioletes>> talvez porque os libellos e as accusações no jury devem passar a ser feitos em versos!!! Ah! sr. Gama Rosa, basta de mangar com o povo. Porque rasão deixou a nomeação do sr, Carlos de Faria tambem poeta, que já tinha sido indigitado? Assim, obraria de accordo com o seu procedimento anterior, mas alguém o escumungaria. Nada, nada, seja governado em vez de governar²⁰.

Cabe ressaltar que durante o período de embate da "Guerrilha" e governo de Gama Rosa, nenhuma das notícias encontradas faz menção à nomeação de Cruz e Souza, ou sequer menciona a vinda de uma comitiva para invalidar o ato de nomeação. O embate político entre forças opostas em território catarinense, se por um lado demonstrava um ambiente com liberdade de imprensa para comentar o que ocorria dentro do governo provincial, por outro, demonstravam claramente as dificuldades que o governo de Gama Rosa tinha para angariar apoio e ter estabilidade para que todas as atribuições de seu cargo executivo. O período conturbado, ainda que breve, deixou claro que existiam antagonismos evidentes, que ressoavam questões sociais mais profundas, tais como a campanha pela abolição da escravatura, a forma e a necessidade de modernização do governo.

4. As Promotorias da Província de Santa Catarina durante o Governo de Gama Rosa

A chegada em Desterro, em 22 de dezembro de 1882²¹, da Companhia Teatral de Moreira Vasconcelos, foi alardeada para a população local com versos de Cruz e Souza, Santos Lostada e Virgílio Várzea. A Companhia viajava pelas cidades brasileiras apresentando a jovem Julieta Santos, prodígio da atuação que conduzia multidões ao teatro. Percebe-se neste momento a aproximação do poeta com a dramaturgia, o que acabou afastando-o do convívio dos familiares e amigos quando escolheu viajar pelo país no início do ano seguinte. O jovem Cruz e Souza, ainda compromissado ao noivado com Pedra Antioquia,

20 CORREIO DA TARDE. Desterro, 28 maio 1884; CORREIO DA TARDE. Desterro, 18 jun. 1884.

21 O DESPERTADOR. Desterro, 22 dez. 1882.



junta-se à Companhia na função de ponto²², e acompanha a trupe teatral durante um longo período, percorrendo o Brasil. Este fato é marcante na vida e obra de Cruz, fundamental quando da análise do biografema em tela, vez que situa o poeta longe de Desterro, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 1883, data de sua partida²³ e 24 de abril de 1884, data em que Cruz e Souza retorna a Desterro²⁴. Desta forma, é necessário questionarmos: estando Cruz e Souza ausente de Desterro durante 1883 e parte de 1884, teria Gama Rosa o nomeado para atuar como promotor?

Supondo que a distância não impusesse impedimento, cabe ainda verificar como estavam definidas as instituições jurídicas, quais eram os requisitos para a investidura no cargo e se ele os preenchia. Naquela época, a Província de Santa Catarina, durante o Governo de Gama Rosa, possuía onze Comarcas estabelecidas. Eram estas: Capital (Desterro), São José, Laguna, Itajaí, São Miguel, Blumenau, Joinville, Lajes, Tubarão, São Francisco e Curitibanos. O Ministério Público durante o período imperial estava sob as ordens do poder Executivo e sob a tutela do Judiciário. O cargo de Promotor se constituía de uma posição instável, pois eram nomeados ou demitidos de acordo com as vontades e interesses do Imperador, dos Presidentes de Província e na ausência destes, do Juiz da Comarca. Aos Promotores cabiam diversas atribuições próprias do cargo, ainda que a atuação fosse limitada. A função de Promotor Público à época do Império advinha de uma legislação insipiente e não havia uma clara distinção sobre a atuação ministerial nas diferentes áreas do Direito, destacando-se apenas as incumbências relativas aos processos civil, criminal e comercial²⁵.

Contudo, com o aperfeiçoamento do judiciário e o desenvolvimento da administração pública, a necessidade de normatizar as atividades jurídicas e a função do promotor acabaram ocorrendo. O Decreto 5.618 de 02/05/1874 (art. 18) é tido como o primeiro documento legal que empregou a expressão “Ministério Público”.²⁶ Outro diploma legal relevante à época é o Código de Processo Criminal de 1832, o qual estabelecia a base legal da atividade, ao instituir que para cada município haveria em seu corpo do funcionalismo público um promotor, encarregado assim de denunciar os crimes, solicitar prisões e punições, promover e executar

22 PAULI, Evaldo. **Cruz e Sousa**: Poeta e pensador. São Paulo: Edição do Escritor, 1973. 3 v. p. 45.

23 A REGENERAÇÃO. Desterro, 18 fev. 1883.

24 A REGENERAÇÃO. Desterro, 24 abr. 1885.

25 BRÜNNING, Raulino Jacó. **História do Ministério Público Catarinense**. Florianópolis: Habitus, 2001. p. 94.

26 MIRANDA, Sandra de Mello Carneiro; FONSECA, Adriano Moura. O Ministério Público no Império. **Confluências**: Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 1, p. 96-116, nov. 2012. Disponível em: <www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/download/166/102>. Acesso em: 19 out. 2017.

sentenças e mandados judiciais, além de dar guarida aos africanos livres quando não houvesse quem defendê-los. Eram requisitos para exercer a função de promotor a “*sapiência, boa educação e prezar pelos bons costumes*”, não existindo outras obrigatoriedades. Já existia à época a necessidade de assunção na posse no cargo em até 30 dias após a nomeação, para efetivá-la. Do mesmo modo, era obrigatório por parte do promotor, residir na comarca designada para a atuação. O Ministério Público neste período, ainda não detinha a atual constituição, ausente de um corpo institucional estabelecido, sem autonomia, sendo os cargos de livre nomeação e destituição. O Promotor era o agente do judiciário encarregado de fazer com que a lei fosse cumprida, atuando também, por vezes, como agente de segurança pública e mantenedor da ordem social. Mesmo com a instabilidade da permanência no cargo, os vencimentos oferecidos ao exercício da promotoria eram razoáveis, e este, por sua vez, acarretava em um prestígio social ao seu ocupante.

A Lei vigente de 29 de novembro de 1832, promulgando o Código do Processo Criminal, determinava as atribuições do promotor e delimitava sua atuação. Durante o Império, sua atuação fora definida pelos termos do capítulo III da Lei de 3 de dezembro de 1841, onde se instituíam:

Art. 22. Os Promotores Públicos serão nomeados e demittidos pelo Imperador, ou pelos Presidentes das Provincias, preferindo sempre os Bachareis formados, que forem idoneos, e servirão pelo tempo que convier. Na falta ou impedimento serão nomeados interinamente pelos Juizes de Direito.

Art. 23. Haverá pelo menos em cada Comarca um Promotor, que acompanhará o Juiz de Direito: quando porém as circunstancias exigirem, poderão ser nomeados mais de um. Os Promotores vencerão o ordenado, que lhes fór arbitrado, o qual, na Côrte, será de um conto e duzentos mil réis por anno, além de mil e seiscentos por cada offerecimento de libello, tres mil e duzentos réis por cada sustentação no Jury, e dous mil quatrocentos réis por arrazoados escriptos²⁷.

A posse no cargo de promotor, como já visto, decorria da nomeação feita pelo Presidente da Província, ato este que não possuía rito específico instituído em diploma legal, bastando que fosse dado conhecimento do ato de nomeação e então, fossem expedidos ofícios comunicando ao Juiz da Comarca sobre a nomeação e ao tesoureiro da Provedoria da

27 BRASIL. Lei nº 261, de 03 de outubro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Lei n. 261, de 3 de Dezembro de 1841. Rio de Janeiro, 1841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em: 17 out. 2017. As transcrições das fontes seguem conforme a ortografia da época.

Província, para que este procedesse a inscrição do nomeado em folha de pagamento. Entretanto, como bem ressaltado por Miranda e Pinto²⁸ o exercício de vários cargos não se dava em razão do mérito, mas à base do patronato, sendo comum que fossem acordadas com os Desembargadores do Tribunal, com os Chefes de Polícia e com os políticos das comarcas. Inúmeros são os relatos, à época, de problemas relacionados com nomeações e com o exercício da função de promotor público, vez que os cargos não possuíam autonomia, estavam subordinados ao Judiciário e dependiam do apoio político. Desta forma, a atuação e independência do promotor estavam sempre sujeitas a considerações políticas.

Eram promotores aqueles que apresentavam características específicas relacionadas à unidade de formação, à ocupação, à carreira, ao status próprios da elite jurídica, alinhados ao interesse do Presidente da Província. Ao observarmos as nomeações e os limites da atuação dos promotores neste período, percebe-se que a influência política existente era invulgar e que visava a coesão do sistema jurídico-político no Império, ainda que as mudanças no sistema judiciário comessem a serem percebidas, decorrentes de um avanço do campo científico, do aumento do urbanismo e dos questionamentos sociais. Porém, é perceptível também que boa parte das nomeações, nos mais diversos cargos públicos, eram majoritariamente de bacharéis formados em Faculdades de Direito. A nomeação de leigos ou rábulas já não era mais vista como tolerável. A exemplo desta afirmação, destacamos as críticas feitas a Gama Rosa por nomear Várzea e Lostada para o cargo de promotores. Portanto, ressaltamos que houve fortes críticas não somente à administração de Gama Rosa e ao seu posicionamento político, mas também às nomeações de promotores feitas por ele enquanto Presidente da Província de Santa Catarina. Era de se esperar que uma eventual nomeação de Cruz e Souza, por ser leigo nas letras jurídicas e negro, causasse uma forte repercussão e oposição dos conservadores²⁹.

5. Cruz e Souza, Promotor Público?

Retomando ao cerne da pesquisa, faz-se necessário buscar a origem da afirmativa de que Cruz e Souza teria sido nomeado promotor público em Laguna e que não teria assumido o cargo em decorrência da oposição de políticos em virtude de sua etnia. Dentre as diversas obras consultadas sobre a vida do poeta, verificamos que todos(as) os biógrafos(as) ou pesquisadores(as) que relataram ou fizeram esta afirmativa, não apresentaram fontes. A

28 MIRANDA, op. cit.

29 Contudo, nenhum registro de manifestações nesse sentido foi encontrado durante a pesquisa.



grande maioria dos autores sequer faz referência à fonte ou obra de onde extraiu esta informação, uma vez que este não era seu enfoque. Portanto, a pesquisa teve que elaborar uma linha do tempo das obras, estudos e biografias sobre Cruz e Souza. No mesmo sentido, foram pesquisadas diversas fontes primárias com o intuito de encontrar informação a respeito da assertiva.

Nos jornais e folhetins que circulavam em Desterro e Laguna, durante o período 1883-1884, consultados em hemerotecas digitais e arquivos públicos, foram encontradas inúmeras referências às nomeações de cargos feitas pelo Presidente Gama Rosa, bem como os atos de nomeação dos amigos de Cruz e Souza, Virgílio Várzea e Santos Lostada. Não foi encontrada nenhuma referência à nomeação de Cruz e Souza para o exercício da função de promotor público em Laguna, divergindo do que ocorreu com aqueles que foram anteriormente nomeados, tampouco encontramos referência à manifestação de políticos ou oposição ao ato ou intenção de nomeação por parte de uma comissão. A situação política e as notícias do período estão documentadas em diferentes fontes e ainda podem ser consultadas atualmente. Nos textos selecionados em obras bibliográficas e outros periódicos consultados que trazem depoimentos dos personagens que vivenciaram o período, entre eles, Várzea, Figueiredo, Lostada e Gama Rosa, tampouco existe referência à nomeação de Cruz e Souza para a comarca de Laguna. Durante a pesquisa, verificou-se que a primeira ocorrência da afirmativa surge na biografia elaborada por Nestor Vitor, quando da introdução das obras de Cruz e Souza publicadas em 1923. Na obra rara, disponível para consulta no Memorial do MPSC, está expresso:

Gama Rosa deixava a presidência da Província já em 1884, mas enquanto lá esteve influiu poderosamente para o prestígio social do grupo a que Cruz e Souza pertencia. Basta dizer-se que ao fazer seu testamento de administrador nomeava ao futuro autor de "Broqueis", contra todos os preconceitos do meio, promotor público de Laguna, para ver-se com que decisão, até imprudente, protegeu seus jovens amigos intellectuaes. Cruz nem chegou a tomar posse do cargo, pois a isso, porque elle era preto, resolutamente oppuzeram-se os chefes políticos, que já se não arreceiavam do presidente, quasidemissionarionaquelle instante³⁰.

Nestor Vitor relata que Cruz e Souza não toma posse do cargo de promotor em Laguna pela rejeição dos chefes políticos locais a sua nomeação por ser ele negro. Ocorre que

30 VITOR, Nestor. **Obras completas de Cruz e Souza**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1923. p.12. As transcrições das fontes seguem conforme a ortografia da época.



autor, em seu relato não apresenta maiores informações, talvez por não poder comprová-las, ou porque não as dispusesse. Posteriormente, ao analisarmos a elaboração desta biografia inicial, verificamos que para conhecer o início da carreira do poeta em Desterro, Nestor Vitor teve como base um questionário aplicado por Tibúrcio de Freitas a Virgílio Várzea, cujos assentos foram compilados por Nestor, o que pode explicar eventual equívoco ou a falta de detalhes. Seguindo a cronologia de publicações de obras e perfis do poeta, destacam-se as publicações de Andrade Muricy, discípulo direto de Nestor Vitor, herdeiro de seu acervo. Muricy, estudioso do Simbolismo, decidiu empreender uma extensa pesquisa recolhendo informações sobre o movimento simbolista, decorrendo daí a publicação em 1972, do livro com as *Obras Completas de Cruz e Souza*, cujos manuscritos originais das cartas e poemas encontravam-se em sua guarda, recebidos diretamente de Nestor Vitor.

A pesquisa de Andrade Muricy durou mais de vinte anos, resultando na obra *Panorama do Movimento Simbolista no Brasil*, que em sua primeira edição, datada de 1952, trazia a afirmativa:

Cruz e Souza, já gozando de largo prestígio pelo seu talento de jornalista, professor e poeta, Gama Rosa fê-lo adido ao gabinete, nomeando-o, logo após promotor da Cidade de Laguna. Essa nomeação não foi efetivada. Daquela cidade, veio ao Desterro uma comissão de notáveis exigir fosse tornada sem efeito, no que foi amparada pelo Sr. Eliseu Guilherme, chefe da política dominante³¹.

Percebe-se que Andrade Muricy reproduz a afirmativa de Nestor, não citando a origem da mesma. Muricy, na tentativa de embasar os fatos, equivocadamente provoca mais confusão; primeiro, ao colocar Cruz e Souza como oficial de gabinete, depois, reproduzindo a afirmativa e atribuindo-lhe a nomeação para o cargo de promotor em Laguna, e por último, acrescenta o nome de Eliseu Guilherme como apoiador da rejeição capitaneada por uma comissão denotáveis. Causa mais estranheza ainda a menção a Eliseu Guilherme, político abolicionista, partidário do *Idéia Nova* e apoiador político de Gama Rosa. Por constituir-se da obra mais bem elaborada até então, *Panorama* tornou-se referência para os futuros pesquisadores, dando sequência à reprodução da afirmativa. Posteriormente, a partir da 3ª edição, como percebido e destacado por Capobianco³² a afirmativa é alterada, deixando de

31 MURICY, José Cândido de Andrade. **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro**. Brasília: INL, 1952.

32 CAPOBIANCO, Juan Marcello. **As múltiplas dimensões de Cruz e Sousa: uma leitura crítico-biográfica interdisciplinar e fragmentada**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.p. 25-28.



constar o nome de Eliseu Guilherme, como se verifica:

Andrade Muricy, na 3ª edição de seu *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro* (1987), considera, cuidadosamente, que o Dr. Gama Rosa “pensou em nomeá-lo [a Cruz e Souza] promotor público de Laguna, não o fazendo, porém, devido à oposição dos políticos profissionais, que não toleravam a ideia de um promotor negro”³³.

Sobre a questão, Espíndola ao abordar o assunto tece considerações importantes, sem apresentar fatos que as comprovem. Quanto a Cruz e Souza, encontramos registros entre seus principais memorialistas que o poeta chegou a receber indicação para promotor público em Laguna, mas foi impedido de assumir o cargo diante das manifestações contrárias daquela cidade. Segundo seus biógrafos, uma comissão representando os interesses lagunenses se dirigiu ao presidente Gama Rosa contestando sua escolha. O motivo do protesto, de acordo com os memorialistas, não estava na questão do mérito, mas sim na cor da pele deste. Se realmente chegou a receber a indicação, ela deve ter ocorrido entre os anos 1883 e 1884, aproximadamente quatro anos antes da abolição da escravidão em solo brasileiro. Embora Cruz e Souza fosse um homem livre, para aquela sociedade e naqueles anos, era inconcebível ter entre seus promotores um homem livre de cor – ainda que este gozasse de privilégios intelectuais, em comparação com outros homens livres negros. Diversos outros memorialistas apresentam a assertiva e a reproduzem, mas não acrescentam informação referente à fonte, entre estes destacamos: Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Evaldo Pauli, Fernando Góes, Celso Luiz de Medeiros, Eduardo de Oliveira, Humberto Milhomem, Paola Prandini, Dirceu Hermes, Paulo Pereira, Luciana Picchio e Artur Tôrres.³⁴ Entretanto, um fato que parece ter passado despercebido a grande maioria dos biógrafos e pesquisadores é a pesquisa de Henrique da Silva Fontes. Em relação a Cruz e Souza, foi colaborador direto da pesquisa de

33 ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa**: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.p. 64.

34 COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.13. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4); BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p.271; PAULI, Evaldo. **Cruz e Sousa**: poeta e pensador. Florianópolis: Edição do Escritor, 1973, p.33; GÓES, Fernando. Os Mestres da língua. In:_____. **Obras**. São Paulo: Edições Cultura, 1943, p.14; MEDEIROS, Celso Luiz Ramos de. **100 anos sem Cruz e Sousa**. Cidade: Brasília: Congresso Nacional, 1998, p.249; OLIVEIRA, Eduardo de. Quem é quem na negritude brasileira. São Paulo: **Congresso Nacional Afro-Brasileiro**, 1998, p.18; MILHOMEM, Humberto. **Literatura para UEG, UCG E Unievangélica**. Goiânia: Kelps, 2007, p.17; PRANDINI, Paola. **Cruz e Sousa**: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011, p. 21; HERMES, Dirceu. **Mídia, educação e cultura**: múltiplos olhares sobre a comunicação regional. Chapecó: Argos, 2006, p.122; PEREIRA, Paulo. **O Negro e a abolição**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, p.24; PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Nova Aguilar, 2004, p. 336; TÔRRES, Artur de Almeida. **Cruz e Sousa** (aspectos estilísticos). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p.69.



Andrade Muricy, sendo responsável pela obtenção de diversos poemas inéditos e da certidão de batismo de Cruz e Souza. Durante os anos 1950-60, Fontes procedeu a minuciosa pesquisa nos arquivos públicos do Estado e do Município coletando todas as informações disponíveis sobre o poeta. Os resultados das pesquisas eram enviados a Muricy através de cartas, muitas das quais o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina teve acesso e possibilitaram compreender a relação amistosa entre os intelectuais.

Vale ressaltar que a questão da nomeação foi notadamente importante para Fontes, vez que ele trata da mesma em suas correspondências com Muricy, que a considera como um dos “enigmas” da vida do poeta. Como resultado da pesquisa, Fontes publicou, às próprias despesas, poucos exemplares de libreto intitulado *O nosso Cruz e Souza*. Fontes foi o primeiro pesquisador em reportar referência clara e expressa de um convite, feito via telegrama, para exercer a função de promotor público na comarca de Itajaí. Este fato relevante e pouco noticiado nas biografias é mencionado expressamente em dois momentos nos jornais da época; o primeiro, em uma notícia extraída do jornal *Correio da Tarde* que cita a informação e dá sua origem em um periódico da Bahia, local onde estava o poeta. O segundo, em uma entrevista de Várzea, para o jornal *A República*, em 1923. Ambas as fontes foram conferidas pelos pesquisadores do Memorial que correspondem aos estudos de Henrique Fontes. Assim relata Fontes, na rara obra:

Encontramos as nomeações de Virgílio Várzea e de Manuel dos Santos Lostada –unha e carne que eram com Cruz e Souza – de Virgílio para promotor em São José a 15 de fevereiro de 1884, e de Lostada para Itajaí, a 21 de maio do mesmo ano; mas nenhuma nomeação se nos deparou relativa a Cruz e Souza. É, entretanto, bem possível que, mesmo ausente, o tivessem os seus dois Amigos lembrado para alguma promotoria, porque, numa escaramuça literária que então agitou o Desterro, em que são zurzidos Varsóvia, Costada e também o amigo ausente, e em que se alude a Goma Rósea ou Capa Rosa, surge uma referência a Cruz e Souza como promotor *in petto*, isto é, já secretamente escolhido, não para Laguna, mas para a Comarca de Itajaí. Mas nenhuma notícia há de resistência à problemática nomeação, nem notícia há de movimentação de chefes políticos³⁵.

O que se depreende da pesquisa de Fontes, é a possibilidade de uma escolha do poeta como promotor *in petto*, ou seja, secretamente convidado por seu grupo, mas para a comarca de Itajaí, como noticiado no fato do telegrama e da aludida entrevista. Destaca-se que tendo sido sondado ou convidado a manifestar seu interesse ao cargo, o poeta declinou sem

35 FONTES, Henrique da Silva. **O nosso Cruz e Souza**. Publicação do Autor, 1961.



apresentar maiores justificativas.³⁶ Ao refutar a hipótese de Laguna, também destaca que durante todo o mandato de Gama Rosa, Cruz e Souza acompanhava a companhia dramática de Moreira de Vasconcelos, estando distante do território catarinense. Assim, o pesquisador, ainda que ignorado pela maioria dos estudiosos, é o primeiro a fazer contraponto à afirmativa e lança seus questionamentos a partir de sua proximidade com os arquivos, do tempo e dos locais dos alegados fatos, tendo sido o primeiro a consultar o acervo histórico disponível.

Posteriormente, outros pesquisadores ao relatarem a questão, tomam o mesmo posicionamento, ainda que não perfizessem estudos complexos, deixando apenas observações técnicas. O biógrafo Magalhães Jr. pontua: "nenhuma prova concreta existe, no entanto, de que lhe tivesse sido realmente oferecido, por telegrama ou por carta, o cargo de promotor, fosse em Laguna, fosse em Itajaí"³⁷. Outro ponto que não foi levantado em nenhuma pesquisa observada pelo presente estudo diz respeito às discussões políticas tratadas na Assembléia da Província naqueles tempos. Quem melhor retrata o panorama do período é o historiador Oswaldo Cabral, em sua obra *A História da Política em Santa Catarina durante o Império*³⁸. Nesta, Cabral relata que Gama Rosa, em fevereiro de 1884 oferece o cargo de Promotor de Laguna como "moeda de troca" para Augusto Frederico de Sousa Pinto, com o propósito de retirar este da Assembléia, vez que os demais membros não reconheciam sua diplomação. Segundo o autor, a proposta foi rejeitada por Souza Pinto, que preferiu permanecer no Legislativo.

Este relato reforça a disponibilidade do cargo, em decorrência da situação política, quer da doença que então acometia Carneiro dos Santos, Promotor titular. Da mesma maneira, reforça que a vaga não estava reservada para Cruz e Souza. Em relação ao convite para o cargo de promotor da comarca de Itajaí, colacionamos a notícia publicada no jornal *Correio da Tarde* de Desterro, citando um telegrama enviado para o poeta oferecendo-lhe o cargo, recusado por Cruz e Souza:

Chamamos a atenção dos nossos leitores para a seguinte notícia que encontramos na <<Gazeta da Tarde>> da Bahia. Quando outros títulos não houvesse pelos quaes se podesse aferir da <<força>> da actual

36 FONTES, apud CAPOBIANCO, Juan Marcello. **As múltiplas dimensões de Cruz e Sousa**: uma leitura crítico-biográfica interdisciplinar e fragmentada. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

37 MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Poesia e vida de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 45.

38 CABRAL, Oswaldo R. REIS, Sara Regina Poyares dos (org.). **História da política em Santa Catarina durante o império**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 4v.

administração, per si era esse sufficiente para aquilatar-se d'ella. Lei-a, pois, o punlico e pasme! Por telegrammahontem recebido, sabemos que ao nosso amigo Cruz e Souza foi oferecido o cargo de promotor publico da comarca de Itajahy, na provincia de Santa Catharina, sua terra Natal. Cruz e souza é o ponto da companhia dramática Julieta dos Santos. Até Hoje companhia dramática alguma mereceu taes honras, o que denota que todo o pessoal da companhia que se acha entre nós, é de tal ordem que o seu <<ponto>> merece a honra de uma nomeação de alta responsabilidade e importância. Consta-nos que a nomeação não foi aceita³⁹.

Analisando a notícia, não foi difícil aos pesquisadores deste biografema perceber que à ocasião da nota veiculada no *Gazeta da Tarde* e reproduzida pelo *Correio da Tarde* (ainda que em tom de deboche), Cruz e Souza encontrava-se acompanhando à Companhia teatral, em Salvador, atuando também como editor do referido periódico soteropolitano. Futuramente, Cruz chegaria a apresentar-se como correspondente deste jornal no Rio de Janeiro.⁴⁰

Assim, percebe-se que outros fatos existentes naquele momento não foram colacionados a alegada passagem biográfica de Cruz e Souza pela maioria dos biógrafos, o que, de certa maneira, contribuiu para a narrativa de sua não efetivação no cargo de Promotor.

6. Considerações finais

Após 150 anos de seu nascimento, a vida de João da Cruz e Sousa nos proporciona a oportunidade de rememorar e redimensionar o seu papel como um dos mais célebres poetas nacionais, como protagonista do movimento abolicionista brasileiro, como jornalista desterrense e figura histórica emblemática. Assim, inúmeras são as leituras que decorrem de diferentes olhares sobre Cruz e Souza. Seja o poeta ativista na luta contra a escravidão, seja o jornalista precursor de novos movimentos literários, seja o arauto do sofrimento simbolista.

Qualquer que seja a leitura adotada, é possível encontrar elementos que sirvam de base para a construção narrativa em busca de desmistificar este personagem tão rico e interessante. Daí a justificativa do presente estudo, que se dispõe a pesquisar sobre um biografema do caminho percorrido pela pessoa João da Cruz e Souza. Por óbvio, não pretendemos esgotar a pesquisa, mas deixar a base referencial para os pesquisadores do futuro.

39 CORREIO DA TARDE. Desterro, 14 mar. 1884. Disponível em: </hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/correioidatarde_ desterro/1884/COR1884061.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017. As transcrições das fontes seguem conforme a ortografia da época.

40 Como representante da *Gazeta da Tarde*, da Bahia, congratulo-me com o Clube dos Jornalistas, aplaudindo, no maior grau das minhas convicções sociais, essa brilhante idéia regeneradora (SOUZA, apud Magalhães Jr., 1975, p. 67).



Após a leitura de obras, pesquisa em acervos documentais e consulta em bancos de dados, não foram encontradas documentos ou informações que comprovem a nomeação de Cruz e Souza para exercer a função de promotor de justiça. A dificuldade em localizar uma evidência concreta, ou a inexistência de um documento da nomeação para o exercício da função de promotor, não torna a afirmativa falsa. Em sentido oposto, a falta de prova que corrobore a alegada nota biográfica não permite afirmar que o fato seja verdadeiro.

Tal qual a obra literária do poeta, evitada de simbolismos particulares, a pesquisa dos fatos sobre sua vida merece ainda novos ângulos e novos olhares, para que no futuro o legado de Cruz e Souza cresça ainda mais, quiçá superando sua vida e sua obra.

Referências

- ALVES, Uelinton Farias. **Cruz e Sousa**: Dante negro do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BASTIDE, Roger. Quatro estudos sobre Cruz e Sousa. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).
- BRÜNNING, Raulino Jacó. **História do Ministério Público Catarinense**. Florianópolis: Habitus, 2001. p. 94.
- BRÜNING, Raulino Jacó. **O Controle dos Atos Administrativos pelo Ministério Público**. Blumenau: Editora da Furb, 1989. 144 p.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p.271.
- CABRAL, Oswaldo R. REIS, Sara Regina Poyares dos (Org.). **História da política em Santa Catarina durante o império**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 4v.
- CAPOBIANCO, Juan Marcello. **As múltiplas dimensões de Cruz e Sousa**: uma leitura crítico-biográfica interdisciplinar e fragmentada. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.13. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).
- ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa**: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FERNANDES NETO, TychoBrahe. **História do Judiciário Catarinense**. Florianópolis:



Diploma Legal, 2000. 482 p.

FONTES, Henrique. **Cruz e Sousa em a Companhia Dramática Julieta dos Santos e o meio intelectual desterrense**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1997.

FONTES, Henrique da Silva. O nosso Cruz e Souza. Florianópolis: Edição do Autor, 1961.

GÓES, Fernando. Os Mestres da língua. In: _____. **Obras**. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

HERMES, Dirceu. **Mídia, educação e cultura: múltiplos olhares sobre a comunicação regional**. Chapecó: Argos, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Poesia e vida de Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARTINS, Wilson. O cisnenegro. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).

MEDEIROS, Celso Luiz Ramos de. **100 anos sem Cruz e Sousa**. Cidade: Brasília: Congresso Nacional, 1998.

MILHOMEM, Humberto. **Literatura para UEG, UCG E Unievangélica**. Goiânia: Kelps, 2007.

MIRANDA, Sandra de Mello Carneiro; FONSECA, Adriano Moura. O Ministério Público no Império. **Confluências**: Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 1, p. 96-116, nov. 2012. Disponível em :<encurtador.com.br/cvQU3>Acesso em: 19 out. 2017.

MOELLMANN, Leatrice. **A obra inédita de Carlos de Faria e a Guerrilha literária em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

MURICY, José Cândido de Andrade. **Cruz e Sousa obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1961.

_____, José Cândido de Andrade. Cruz e Sousa. In: SOARES, Iaponan e CARDOSO, Flávio José (Orgs.). **Escritores catarinenses**. Florianópolis: FCC, 1991.

_____, José Cândido de Andrade. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).

_____, José Cândido de Andrade. **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro**. Brasília: INL, 1952.

_____, José Cândido de Andrade. **Para conhecer melhor Cruz e Souza**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

MUZART, Zahidé. **O folhetim no desterro em relação ao modelo francês**. Travessia, Florianópolis, n. 16, p. 56-66, 1989. Disponível em: <encurtador.com.br/xMU08>Acesso em:



19 out. 2017.

OLIVEIRA, Eduardo de. **Quem é quem na negritude brasileira**. São Paulo: Congresso Nacional Afro-Brasileiro, 1998.

PAULI, Evaldo. **Cruz e Sousa: poeta e pensador**. São Paulo: Edição do Escritor, 1973. 3 v.

PEREIRA, Paulo. **O Negro e a abolição**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Nova Aguilar, 2004.

PÓLVORA, Hélio. Cruz e Sousa. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).

PRANDINI, Paola. **Cruz e Sousa: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, v. 17, jul./set. 1973. Disponível em: <encurtador.com.br/yFY27>. Acesso em: 17 out. 2017.

SILVEIRA, Tasso da. Cruz e Sousa: O Desterro do corpo. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Cruz e Sousa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Fortuna Crítica; v. 4).

SOARES, Iaponan. **Ao redor de Cruz e Sousa**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

TÔRRES, Artur de Almeida. **Cruz e Sousa** (aspectos estilísticos). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

VÁRZEA, Virgílio. **Impressões da Província (1882 - 1889): A "Tribuna Popular" e A guerrilha literaria catharinense**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 1-4. fev. 1907.

_____. **Impressões da Província (1882 - 1889): A "Tribuna Popular" e A guerrilha literaria catharinense**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 1-2. mar. 1907.

VITOR, Nestor. Cruz e Sousa. In: **Obra Crítica**. Coleção de Textos da Língua Portuguesa. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1969.

_____. **Obras completas de Cruz e Souza**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1923.

Fontes

BRASIL. **Decreto nº 3.029, de 1881**. Reforma a legislação eleitoral. Lei Saraiva: Decreto n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Rio de Janeiro, 09 jan. 1881. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 261, de 03 de outubro de 1841**. Reformando o Código do Processo Criminal. Lei n. 261, de 3 de Dezembro de 1841. Rio de Janeiro, 1841. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em: 17 out. 2017. As transcrições das fontes seguem conforme a ortografia da época.

Periódicos

A REGENERAÇÃO. Desterro, 18 fev. 1883.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 24 abr. 1885.

CORREIO DA TARDE. Desterro, 14 mar. 1884.

CORREIO DA TARDE. Desterro, 1884.

CORREIO DA TARDE. Desterro, 28 maio 1884.

CORREIO DA TARDE. Desterro, 18 jun. 1884.

O DESPERTADOR. Desterro, 22 dez. 1882.

Recebido em 06 de julho 2017.

Aceito para publicação em 13 de dezembro de 2018.



ESTUDOS

Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis*Laundresses in the process of modernization of Florianópolis*

Raísa Adrienne Gomes

gomes.raisa05@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente texto aponta impactos da modernização de Florianópolis no início do século XX sobre o trabalho das lavadeiras. Nesse período, as classes mais abastadas se esforçavam para por em prática um projeto modernizador na cidade, no qual o discurso médico teve papel central para políticas sanitárias que buscavam a higienização dos espaços e pessoas. As lavadeiras constituíram um grupo alvo para tais reformas urbanas pois eram em sua maioria mulheres pobres e trabalhadoras que não seguiam os padrões idealizados de mulheres como mães e esposas.

Palavras-chave: Lavadeiras; Florianópolis; Modernização; Reforma Urbana.

Abstract: The present paper shows the impacts of the modernization of Florianópolis at the beginning of the 20th century on the work of the laundresses. During this period, the wealthier classes strove to put into practice a modernizing project in the city, in which medical discourse played a central role in sanitary policies that sought to sanitize spaces and people. Laundresses were a target group for such urban reforms as they were mostly poor working women who did not follow the idealized patterns of women as mothers and wives.

Keywords: Laundresses; Florianópolis; modernization; urban reform.

Introdução

Com o advento da proclamação da República no Brasil em 1889, reformas sociais e urbanas foram operadas de modo a reordenar os principais centros urbanos do país no intento de encaixá-los nos modelos de civilização e progresso importados da Europa. Em Florianópolis isso não foi diferente, ainda que um tanto mais tardiamente das outras capitais. Uma elite formada principalmente de comerciantes prósperos ansiava por reformas que promovessem um reajustamento de sua população segundo os ditames burgueses de organização social¹. Nessas reformas, na medida que as camadas privilegiadas procuravam delinear um modelo ideal de civilidade, foi também constituído a imagem do “outro”, aqueles que não se enquadravam nos padrões burgueses. Construiu-se, assim, perfis de gente indesejada, espaços foram delimitados e toda uma série de medidas segregatórias tomadas afim da remodelação social.

Na Europa, o desenvolvimento técnico e científico do século XIX deram ensejo a uma profunda crença no progresso e na ciência. Essas noções chegam ao Brasil e aqui em Santa

1 ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral:** reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989. p. 11.



Catarina podiam ser percebidas nas ideias do Partido Republicano Catarinense, o qual tinha forte influência do positivismo de Augusto Comte pelas concepções organicistas do funcionamento social e também nas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer². Desse modo, o conhecimento científico passa a ter cada vez mais espaço nas políticas para a população no final do século XIX e início do XX. Foucault explica esse processo com o conceito de biopoder, o qual visaria a governabilidade não mais do indivíduo, mas da população como um todo através de uma série de práticas disciplinares a serem exercidas sob uma justificativa racional. Práticas como saúde, cuidados com o corpo, alimentação, higiene, sexualidade e outros costumes, passam a ser alvo dos biopoderes e expressas numa política de medicalização social afim, em última instância, do controle da população como um todo³.

Assim, o discurso médico aparece como componente essencial na articulação das reformas operadas em Florianópolis. Num processo descontínuo e que se inicia já no final do século XIX, médicos e sanitaristas aparecem como novos atores sociais decisivos para a política da época. Segundo Hermetes Reis de Araújo, esse tipo de controle foi exercido especialmente aos setores populares, invariavelmente considerados como a degenerescência da sociedade.

Neste trabalho, eu procuro mostrar como esse processo de modernização em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX impactou especificamente o trabalho das lavadeiras. O texto está dividido em duas seções: a primeira “Quem eram as lavadeiras?” que discute o perfil das mulheres, o trabalho e suas maneiras de sociabilidade; e a segunda “As lavadeiras ‘em reforma’” que aponta impactos das reformas operadas na cidade no trabalho das mulheres lavadeiras. O trabalho foi escrito através de revisão bibliográfica e registros policias do início do século XX.

Quem eram as lavadeiras?

Entre as profissões que se perderam no tempo na cidade de Florianópolis, e em muitas outras, uma delas é a das lavadeiras. O trabalho, que hoje é feito dentro de casa e comumente com a utilização das máquinas de lavar, até o início do século XX era feito em córregos e rios, locais fora de casa, posto que não havia água encanada. Geralmente, era realizado por mulheres das classes populares, muitas delas escravas ou ex-escravas. Oswaldo Rodrigues Cabral nos

2 Ibidem, p. 134.

3 FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. Em FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. (1978). p. 277-293.



mostra como era valorizada a prática de uma boa lavagem de roupas no trabalho escravo, já que era uma atividade especificada nos anúncios de compra e venda:

Precisa-se comprar uma escrava que saiba cosinhar, lavar e engomar, quem a tiver, dirija-se a esta tipografia que se dira quem a compra⁴.
Vende-se uma escrava parda, de 23 a 24 anos, muito sadia, excelente cosinheira, própria para uma casa de trato, boa lavadeira, superior engomadeira, muito fiel, carinhosa, calada e de bom genio⁵.

Com a abolição da escravidão em 1889, sem nenhuma política de assistência ou remanejamento do contingente de trabalho escravo no Brasil, muitos ex-escravos se viram numa situação de ter de improvisar sua sobrevivência. Assim, presume-se que muitas ex-escravas continuaram a ser as lavadeiras das roupas das famílias mais abastadas.

Um ponto interessante a se notar no trabalho do médico-historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, é que mesmo produzindo uma dita “história tradicional”⁶, para a qual comumente as mulheres não eram objetos da história, são relatadas muitas cenas da vida cotidiana em Desterro/Florianópolis⁷ e, dentre elas, incluem-se as atividades feitas por mulheres. Desse modo, sobre as lavadeiras ele nos conta:

Por todo o trajeto dos riachos e cursos apontados, agrupavam-se as lavadeiras, às primeiras horas da manhã, chalreando, batendo a roupa nas pedras e cantando, enquanto esfregavam entre os dedos as peças, espumantes de sabão. Para que as águas não fugissem, correntosas, com pressa além da razoável, provocavam as lavadeiras, a custa de pedras e lama, tranquilos remansos, ficando neles as águas represadas, limosas, cobertas por uma nata de sabão e detritos. Assim podiam ensaboá-las, deixando para a corrente mais rápida o enxaguamento final⁸.

Além de contar sobre o cotidiano das lavadeiras, com esse trecho percebemos a importância que tinham os cursos d’água na vida de tais mulheres. Muitas delas moravam ao redor das fontes e córregos, caso do Rio da Bulha, conhecido por ser local apinhado de gente

4 Jornal “O Despertador”, 27/10/1865 apud CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro, Memórias II**. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972. p. 97.

5 O Mercantil, 01/10/1865, apud Oswaldo Rodrigues Cabral, 1972, p. 97.

6 Segundo o esquema para classificar a historiografia de Cristina Wolff em: WOLFF, Cristina S. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. Florianópolis: **Revista Catarinense de História**, n 3, 1994.

7 A troca do nome da cidade se dá com o fim da Revolução Federalista, quando os federalistas são derrotados, Hercílio Luz vence as eleições para governador e muda o nome da cidade para Florianópolis em homenagem ao presidente republicano de então, Floriano Peixoto. Ver: PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 72-73.

8 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro, Memórias I**. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971. p. 190.



humilde que morava em casas do tipo porta e janela ou cortiços e que utilizavam o rio tanto como local de trabalho como ponto de despejo dos seus dejetos e dos animais que morriam e que criavam à solta⁹.

Falando sempre em lavadeiras, palavra no gênero feminino, é fácil associarmos a lavagem de roupas, atividades que são do espaço privado, às mulheres. E realmente, nos registros que existem sobre lavadeiras, os poucos que têm só dizem sobre mulheres. Contudo, não podemos fazer essa ligação de modo instantâneo, pois não é um trabalho que prescinde de algo que só as mulheres possuem. Por falar nisso, em “O Cortiço”, ainda que seja uma obra de literatura, Aluisio de Azevedo nos fala de Albino, homem “afeminado”, que morava no cortiço e era lavadeiro:

Fechava a fila das primeiras lavadeiras, o Albino, um sujeito afeminado, fraco, cor de espargo cozido e com um cabelinho castanho, deslavado e pobre, que lhe caía, numa só linha, até ao pescocinho mole e fino. Era lavadeiro e vivia sempre entre as mulheres, com quem já estava tão familiarizado que elas o tratavam como a uma pessoa do mesmo sexo¹⁰.

O personagem de Aluisio de Azevedo é intrigante para pensarmos essa questão dos sujeitos que tinham por profissão a lavagem de roupas. Mesmo sendo um homem, o autor nos descreve Albino como um “sujeito afeminado”, tratado por outras mulheres como alguém do mesmo sexo, sabendo dos segredos que as mulheres “não exporiam em presença de outro homem”¹¹. A partir disso, podemos pensar que a lógica desse tipo de trabalho estava mais atrelada a uma prática dita feminina, do que exclusivamente de mulheres. Também percebemos como essa profissão é historicamente construída baseada na divisão sexual do trabalho e aí nos deparamos com a importância da inserção do gênero como categoria da análise histórica. Em fontes e bibliografia sobre Florianópolis e regiões ao redor, não foi encontrado nenhum “lavadeiro”, ainda que possam ter existido.

A historiadora Michelle Perrot, ao falar dos “excluídos da história”, nos conta sobre o trabalhadas mulheres nos lavadouros no século XIX na França, espaço que, segundo ela, desempenhava papel muito grande na vida dos bairros e era ponto alto para a sociabilidade feminina¹². Tanto quanto um espaço funcional, os lavadouros eram centros de encontro onde

9 Ibidem, p. 166.

10 AZEVEDO, Aluisio. **O cortiço**. 28. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 21.

11 Idem.

12 PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 202 e 203.



se trocavam informações de todo tipo, receitas e remédios, endereços, novidades. Assim, apesar das possibilidades de conflito, Perrot afirma que eram “uma sociedade aberta de assistência mútua”, classificando inclusive os lavadouros como palco para um “feminismo prático”.

Se estendermos as considerações de Perrot sobre os lavadouros da França para os rios e córregos onde as lavadeiras de Florianópolis realizavam seu trabalho, podemos crer que aqui também esse compartilhamento de experiências e informações acontecia, de modo a estabelecer redes de solidariedade entre as mulheres lavadeiras. Os cursos d’água se tornam, então, ainda mais significativos para nós entendermos o trabalho e a vida dessas mulheres.

Para saber mais do trabalho das lavadeiras em Florianópolis, também podemos contar com as memórias das mulheres que fizeram a vida lavando roupa. Em 2001, Jaqueline Schmitt fez uma série de entrevistas para sua pesquisa de mestrado sobre as memórias de trabalhadores e trabalhadoras de Florianópolis. Dentre elas, entrevistou D. Hercília Oliveira que contava então 89 anos de idade. Na entrevista, ela relata o seguinte:

Eu nasci e morei toda a vida em Capoeiras. Lavava para a cidade, passava aponte a pé, buscava a roupa uma vez por semana, ia buscar na segunda-feira, com meu filho e levava na sexta-feira. Quando chovia eu não ia [...] De noite a gente não trabalhava, porque também era dona de casa, tinha marido, filhos, tinha que cuidar da casa também. Eles mandavam a roupa com sabão, eu tinha uma que me ajudava a passar, porque eu não gostava de passar. Eu tinha que lavar, passar, mas era muita roupa (...) pagavam bem não, já viu lavadeira ganhar bem...¹³

O relato de D. Hercília mostra as relações de classe e gênero que permeavam o trabalho das lavadeiras: ela, mulher pobre e que vivia em bairro afastado do centro, buscava a roupa que ia lavar “para a cidade”, provavelmente se referindo assim à famílias com melhores condições econômicas do que a dela e que moravam na região central de Florianópolis. Além disso, conta do trabalho paralelo como dona-de-casa e como era responsabilidade sua, como mulher, o cuidado com a casa, o marido e os filhos.

Nesse caso, o trabalho de D. Hercília já não era realizado em riachos fora de casa, o que também demonstra as mudanças operadas ao longo do tempo com o trabalho das lavadeiras, o que será discutido mais adiante no texto.

13 Entrevista realizada por Jaqueline Schmitt com D. Hercília Oliveira, em 2001 com 89 anos: SCHMITT, Jaqueline A. M. Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis** (As práticas de trabalho e as memórias de Trabalhadores e Trabalhadoras) 1900 – 1920. Dissertação de mestrado na área de História pela Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2001. P.140-142.

As lavadeiras “em reforma”

O discurso sanitarista operado na medicina no século XIX já havia chegado em Florianópolis muito antes da realização das reformas urbanas. No ensaio do médico João Riberiro de Almeida, datado de 1864, a vida das lavadeiras é tratada com o tom “higienizador”, fator considerado imprescindível para o progresso da sociedade. Falando sobre os bairros pobres do centro de Florianópolis ele conta que:

A toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma proflítica população de pescadores. Entre as casas que habitam, algumas há, que podendo em rigor abrigar 2 pessoas, acomodam o quádruplo ou quántuplo. As mulheres são lavadeiras (em geral) e consequentemente tem de guardar em casa roupa molhada, sua ou alheia. (...) Resulta disto, que a umidade, que pouco a pouco se vai evaporando, satura o ar e impregna tudo até a própria cama. Além da roupa lavada, guarda-se nessas casas peixe e os utensílios de pesca, tudo molhado e exalando cheiro característico de maresia. (...) Este bairro habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimada por todas as epidemias que aqui aparecem.

(...) Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da Toca) reside uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres, outras escravas (mas com permissão de residir fora de casa) e outras escravas que só vem lavar; este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Desta união bem se pode prever o que deva resultar¹⁴.

O olhar da medicina científica trazido pela burguesia passa a se preocupar com a higiene do corpo e da sociedade. Como consta no ensaio, uma grande preocupação da época era a associação do ar com as moléstias. A concentração de pessoas, o ar carregado de umidade, o mau cheiro de dejetos jogados nos rios, praias, ruas e fundos de quintais, cenários da vida das pessoas mais pobres, eram ligados diretamente à causa de doenças. As lavadeiras fazem parte desse grupo e como mostra o ensaio são objetos de análise e projetos de sanitização.

Entretanto, é no começo do século XX que esse desejo se expressa em inúmeras políticas de segregação social aplicadas junto às reformas urbanas. Araújo relata que junto a esse processo, houve a implementação de instituições públicas com o objetivo de promover melhores condições sanitárias para a capital, tais como a instalação na região central das

14 ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a Salubridade, Estatística e Pathologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da Cidade de Desterro (1864). In: **Enciclopédia do Almirante Carneiro** – Setor de Santa Catarina, Biblioteca Central UFSC, apud Hermetes Reis de Araújo, op. cit., p. 85, 86.



primeiras redes de água encanada em 1909, em 1910 a iluminação pública através de energia elétrica e a construção da rede de esgotos entre 1913 e 1917¹⁵. Além disso, houve o calçamento de ruas, jardins foram construídos para embelezar o centro, algumas áreas da cidade foram aterradas e drenadas e edifícios públicos foram construídos. Conforme aponta Araújo, a elite de Florianópolis se manifestava nos jornais contra os dejetos acumulados em becos e córregos, a criação de animais soltos, o lixo de toda a vizinhança. Os bairros pobres do centro - Pedreira, Figueira, Toca e Tronqueira - eram visados a ser transformados, o que significava a demolição dos casebres e cortiços e a retirada dos seus moradores para a instalação de instituições de acordo com o projeto modernizador¹⁶.

Nesse ínterim, em relação às mulheres trabalhadoras, de acordo com Joana Maria Pedro as reformas “tornaram difícil, especialmente, a permanência de dois tipos de trabalho feminino, muitas vezes executado simultaneamente: a lavagem de roupas e a prostituição”¹⁷. Como já comentado anteriormente, os cursos d’água tinham grande importância na vida das lavadeiras, assim é que no esforço do governo para retificar, aterrar, sanear e urbanizar bairros do centro o espaço de trabalho das lavadeiras foi sendo cada vez mais delimitado.

Segundo Joana Pedro, uma das consequências da restrição do espaço de trabalho das lavadeiras é a disputa pelos córregos que ainda restavam e os conflitos entre elas que chegavam a ser motivo de prisão. Segundo a autora, durante as reformas, os registros policiais ficaram repletos de ocorrências envolvendo as lavadeiras. Contudo, as informações são escassas, pois os registros não trazem descrições sobre essas mulheres, os motivos e a permanência na prisão, apenas apontam em forma de quadro os nomes, a idade, o sexo, a profissão e o motivo da prisão. Sendo assim, temos os casos de prisão por “desordem pública”, de Florinda Joana em 1911, de Herminia Maria de Castro 1916¹⁸ e de Maria do Nascimento e Isabel Antunes dos Santos em 1918. Também as brigas podiam resultar em ferimentos o que levava as lavadeiras a serem presas por motivos mais graves, caso de Antônia Lopes dos Santos presa em 1914, e eventualmente por homicídio como foram acusadas as lavadeiras Maria Gonçalves Martins em 1911 e Marcolina da Conceição em 1914¹⁹.

15 Ibidem. p. 17.

16 Ibidem p. 21.

17 PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 157.

18 Relatório do Chefe de polícia Ulyses da Costa ao Secretário Geral do Estado, 1916. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

19 Ibidem, p. 158. A pesquisa de Joana Pedro foi realizada nos relatórios dos chefes de polícia – Mapas de Inquéritos Policiais – outubro de 1910 a maio de 1911; Idem para 1918, 1914, 1911 e 1914, respectivamente.



Ademais, muitas outras prisões de mulheres consideradas “sem profissão” bem poderiam envolver lavadeiras. Isso acontece, não só porque as mulheres pobres “improvisavam” a sua sobrevivência realizando diversas formas costumeiras de ganho²⁰, como também, segundo Jaqueline Schmitt, porque no início do século XX era considerado trabalhador apenas aquele ligado ao trabalho formal, ou seja, em fábricas, empresas e no comércio. Portanto, para as mulheres os diversos trabalhos que por ventura viriam a realizar não eram assim reconhecidos pelas instituições, de modo a serem identificadas como “sem profissão”²¹.

As justificativas para os aprisionamentos ditos corretivos, que geralmente duravam uma noite, giravam em torno de desordem pública, vagabundagem e embriaguêz. A polícia da época compartilhava dos valores dos segmentos burgueses e elitizados da sociedade, nos quais as mulheres eram destinadas naturalmente ao lar, ao casamento e à maternidade²². Assim, essas mulheres acabavam por ser duplamente desqualificadas, como mulheres que não estavam cumprindo seu destino natural e como transgressoras da ordem pública.

Talvez uma das obras realizadas nas reformas de Florianópolis mais interessantes para pensar a higienização social e urbana e as mudanças operadas na vida das lavadeiras seja a construção da Avenida do Saneamento, mais tarde chamada Avenida Hercílio Luz, em homenagem ao governador que deu ensejo à sua realização.

O caso é que a atual Avenida Hercílio Luz era no começo do século XX um dos pontos considerados mais sujos da cidade, pois era aonde passava o Rio da Bulha, o mesmo que Oswaldo Cabral aponta como o “mais caudaloso e o mais temível” curso d’água que cortava a vila. Também chamado Fonte Grande, nascia nas fontes do Morro do Antão e recebia as águas de numeros córregos pelo seu caminho, percorria um longo percurso em inúmeras voltas, passava por baixo da Ponte do Vinagre e desaguava ao lado do Forte de Santa Bárbara²³. O Rio da Bulha cortava muitos bairros pobres – como o da Pedreira e Beco Sujo – e além de ser o local de trabalho das lavadeiras que moravam ao redor, também recebia os dejetos das casas e cortiços construídos no seu entorno. Por isso mesmo, o Rio da Bulha era visto como fonte de infecções, miasmas e epidemias, além de empecilho ao progresso e civilização, conforme relata Oswaldo Cabral:

20 PEDRO, Joana M. op. cit., p. 157.

21 SCHMITT, Jaqueline A M. Zarbato, op. cit. p. 05.

22 PEDRO, op. cit., p. 157.

23 CABRAL, Oswaldo R. op. cit., p. 188-190.



O Rio da Fonte Grande criou – está visto – nome. Ficou célebre. Junto às suas margens surgiam os primeiros casos das epidemias que reinaram. As zonas que ele cortava, à medida que ia avançando a seu curso, iam-se tornando as piores da cidade. A Pedreira, a zona por ele flanqueada, foi “sem desconsiderar a Figueira nem a Tronqueira) o bairro mais sujo que jamais existiu em Nossa Senhora do Desterro.

Do outro lado, o Beco do Pedro Soares, as casinhas do Campo do Manejo, os casebres do Beco Sujo, vizinhando com o quartel, completavam a paisagem. Cortiços baratos e sem conforto. Lavadeiras. Marinheiros. Soldados. Mendigos. Mulheres de má vida. Gente de má fama. Toda uma favela a marginar um rio imundo²⁴.

Desse modo, o Rio da Bulha será um dos principais alvos de políticas higienistas vindo a ser aterrado para a construção da Avenida Hercílio Luz, iniciada em 1919 e inaugurada em 1922. Ao mesmo passo que a construção da avenida era vista como a pedra angular pelos entusiastas do projeto modernizador, para a sua instalação foram levadas abaixo muitas casas dos moradores pobres do entorno do Rio da Bulha²⁵.

Em relação às lavadeiras que ali moravam seu trabalho foi dificultado. Não só perderam suas casas como também o local de trabalho, tendo que se apinhar com outras mulheres noutra riacho mais longe para continuar a lavagem de roupas. Diante disso, além dos conflitos já comentados anteriormente, é possível presumir que entre estas lavadeiras, muitas diminuíram a quantidade de roupa que podiam lavar ou mesmo se ocuparam de outras atividades. Afinal, eram mulheres pobres. Deixar de trabalhar é que não podiam.

Ademais, muitos dos moradores que tiveram suas casas derrubadas, no caso da construção da Avenida Hercílio Luz ou em outras reformas urbanas de Florianópolis, sem condições de se estabelecer em outro local, passaram gradativamente a habitar os morros próximos. Nestes casos, já despejados e coibidos de circularem no centro, certamente as casas levantadas na “pressa” não deveriam dispor de água encanada para o trabalho das lavadeiras, nem condições para diversas outras atividades.

Há de se lembrar ainda que era dos morros que o montante de água das chuvas descia e formava os córregos da vila. Assim, podemos afirmar que a ocupação desordenada dos morros e junto o desmatamento da áreas afetadas contribuíram para processos de assoreamento de rios e mesmo diminuição do fluxo de água. Foi isso que aconteceu com o Rio Itacorubi, vertente oeste do morro da Lagoa da Conceição, que no processo de ocupação do morro do Quilombo

24Ibidem, p. 193, 194.

25ARAÚJO, Hermetes Reis de. op. cit. p. 20-21.



acabou por perder o volume de água que tinha e passou a ser ponto de despejo de esgoto²⁶. Assim, o rio que foi local de trabalho para as tradicionais lavadeiras do Morro do Quilombo, hoje encontra-se poluído devido a degradação ambiental e falta de saneamento básico, frutos de uma ocupação desordenada e similar a que estamos debatendo²⁷.

Considerações finais

No projeto de modernização de Florianópolis do início do século XX, as reformas urbanas aplicadas acabaram por segregar a população pobre que não constituía o perfil de pessoas desejadas a circularem nos espaços centrais da cidade. Assim, trabalhadores e trabalhadoras pobres que moravam e realizavam as suas atividades nas regiões centrais, passaram paulatinamente a ser objetos de políticas higienização urbana e sendo literalmente empurrados para fora desses espaços.

Para as lavadeiras, além do seu trabalho e sua vida serem mal vistos pelo olhar higienista das reformas de Florianópolis, sua atividade foi especialmente dificultada por processos como a canalização da água para as casas, que antes tinham como fonte os rios que cortavam a vila, assim como o aterramento de diversos rios e córregos, caso do célebre Rio da Bulha. Desse modo, estas mulheres vão tendo seus espaços de trabalho reduzidos, de modo a ter que dividir o mesmo córrego entre mais trabalhadoras, o que ocasionava disputas e conflitos entre estas. Esse processo possivelmente também contribuiu para quebrar as redes de sociabilidade estabelecidos pelas mulheres nos locais de lavagem de roupa.

Assim, as lavadeiras foram mulheres que constituíram um alvo das políticas sanitárias de Florianópolis das primeiras décadas de República. Tiveram que reorganizar seu modo de ganhar a vida ou deixar para trás esse trabalho nas páginas de sua história.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

AZEVEDO, Aluisio. **O cortiço**. 28. ed. São Paulo: Ática, 1995.

26 Jornal Notícias do Dia. Afastadas pela poluição, lavadeiras do Rio Itacorubi testemunham crescimento desordenado do bairro. Edson Rosa, Florianópolis, 02/03/2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/afastadas-pela-poluicao-lavadeiras-do-rio-itacorubi-testemunham-crescimento-desordenado-do-bairro>. Acesso em 26/01/2017.

27Idem.



CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro, Memórias I**. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

_____. **Nossa Senhora do Desterro, Memórias II**. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1972.

FOUCAULT, Michel. (1978). A governamentalidade. In FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. pp. 277-293.

PEDRO, Joana Maria. Imagens femininas na formação da elite de Desterro. In: **Mulheres faladas, mulheres honestas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMITT, Jaqueline A. M. Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis** (As práticas de trabalho e as memórias de Trabalhadores e Trabalhadoras) 1900 – 1920. Dissertação de mestrado na área de História pela Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis, 2001.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n 3, 1994.

Fontes

Jornal Notícias do Dia. Afastadas pela poluição, lavadeiras do Rio Itacorubi testemunham crescimento desordenado do bairro. Edson Rosa, Florianópolis, 02/03/2014.

Relatório do Chefe de polícia Ulyses da Costa ao Secretário Geral do Estado, 1916. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Recebido em 27 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 04 de janeiro de 2019.



Antes reinar em Desterro do que servir na Europa: Possíveis aproximações entre magia e bruxaria na Europa moderna e na atual Florianópolis

Better to reign in Desterro, than to serve in Europe: Possible comparison between magic and witchcraft in the modern Europe and in contemporary Florianopolis

Santiago Colombo Reghin¹

santiago_tj96@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nesse artigo pretende-se apresentar os principais traços da bruxaria na Europa moderna, principalmente na região de Açores, utilizando uma aproximação da história cultural focando no imaginário e como o mesmo articula a imagem da bruxa e a dinâmica da magia. Em seguida é esboçado como vários elementos contemporâneos das histórias bruxólicas trazem os traços antigos europeus, mas com novas dinâmicas e misturas. No decorrer, apresentar-se-á debates teóricos sobre a bruxaria para defender uma noção ampla de magia, o qual é interno ao próprio sistema religioso católico, assim defendendo a posição de que não eram meras imposição dos inquisidores, e já estava no imaginário dos colonizadores de Florianópolis.

Palavras Chave: História comparada; bruxaria e magia; Florianópolis-SC; Açores-PT.

Abstract: This article aims to present the main features of witchcraft in modern Europe, especially in the Açores region, using an approach of cultural history focusing on the imaginary and how it articulates the image of the witch and the dynamics of magic. Then it is sketched out how various contemporary elements of the witchcraft stories bring the old European traits, but with new dynamics and mixtures. In this way, theoretical debates on witchcraft will be presented to defend a broad concept of magic, which is internal to the Catholic religious system itself, thus defending the position that they were not mere imposition of the inquisitors, and was already in imaginary of the colonizers of Florianópolis.

Keywords: Comparative History; witchcraft and magic; Florianópolis-SC; Açores-PT.

Iniciação

É comum referir-se a Florianópolis como “ilha da magia”, isso devido aos grandes incentivos de *marketing* nos anos 1980 que perpassavam a venda da imagem de uma cidade turística misteriosa e encantadora, utilizando-se principalmente das narrativas de Franklin Cascaes e do documentário “Ilha das Bruxas”. Todavia, o objetivo desse artigo não é explorar tal fetiche de uma construção mercadológica, mas seria investigar as origens do feitiço que correm as narrativas dos

¹ Graduando do curso de bacharelado e licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina.



locais. Tal proposto mostra-se como desafiadora, pois pouco foi pesquisado sobre as ligações das crenças presentes nos discursos sobre a bruxaria na ilha com o imaginário europeu da magia. Logo, isso força a cometer viagens temporais aparentemente tão absurdas e fantasiosas quanto a viagem das bruxas de canoa do Brasil às Índias, mas ao longo do artigo procurar-se-á mapear tal salto fantástico com figuras do imaginário que continuam a povoar as histórias locais, assim como as suas rupturas.

Para realizar tal empreitada o artigo seguirá a seguinte estrutura: O primeiro tópico discorrerá sobre alguns conceitos básicos para entender o que é magia, sem empregar uma definição que esgotará o conceito, mas permitirá toma-lo como paradigma de pesquisa; em seguida apresentarei as ideias principais do belo livro *Encontros Noturnos*², escrito pela antropóloga Sônia Maluf. Feito isso, darei um salto para a idade moderna; isso para percebermos quais traços estão presentes no imaginário da bruxa de Florianópolis e por quais motivos históricos eles se desenvolveram, em seguida, tratarei da inquisição no Brasil e como a magia era vista (e utilizada) pela população. O que irei tratar na última parte, em que utilizando como fonte os relatos no livro da Sônia, relacionando os mesmos com alguns processos inquisitórios de Açores, acessados através do site da Torre do Tombo³, buscar-se-á comparar as narrativas recentes com as narrativas feita na Europa pouco tempo antes da mesma cultura vir alojar-se na ilha (os primeiros grupos de açorianos chegaram em 1748), resta saber se ela já era mágica nesses tempos.

1 - Bruxas na Ilha: O que são? O que fazem? E onde habitam?

Uma boa (porém humilde) aproximação básica do conceito de magia seria tomar a concepção como interna mesmo à religião, só que vivendo em uma margem/fronteira, que dependendo do caso pode estar mais perto da ortodoxia ou condenada pela mesma. O ato mágico seria aquele feito visando algum benefício ou malefício, tais atos são intrínsecos aos sistemas religiosos e não apenas fora deles⁴. Com isso pretendesse passar a ideia que os atos mágicos trabalham com signos

2 MALUF, SONIA WEIDNER. **Encontros noturnos**. Bruxas e Bruxaria na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993.

3 O arquivo nacional de Portugal, o qual contém arquivos riquíssimos, dentre eles os processos inquisitoriais. <http://ant.dglab.gov.pt/>

4 A exemplo tem-se o exorcismo, sendo hora utilizado e hora condenado pela igreja católica na Inglaterra: THOMAS, Keith. **Religião eo declínio da magia**: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII. Companhia das Letras, 1991. p.394.



religiosos, e os rituais religiosos envolvem atos mágicos; a visão pejorativa do “mágico” não pode ser universalizada pois em diferentes épocas e espaços (assim como por diferentes posições sociais) o mágico pode ser muito mais a “regra” do que a religião ortodoxa.

Entrando no livro *Encontros Noturnos* (2012), a antropóloga realiza diversos relatos etnográficos por meio de entrevistas com objetivo de expor como as narrativas bruxólicas da ilha de Florianópolis seriam parte de um imaginário social não revelado em outros planos. A bruxaria seria:

Mais do que fragmentos que sobrevivem ao tempo, ou uma explicação para os mal-estares e conflitos da vida cotidiana, a bruxaria se configura em uma verdadeira cosmologia, uma forma de os lagoenses falarem de seu mundo e de si mesmos. As narrativas de bruxaria mostram uma dimensão do imaginário nativo subjacente às manifestações mais explícitas de sua cultura e não tornado visível pelos discursos e modelos conscientemente manipulados⁵.

As narrativas bruxólicas expressão um poder feminino que embate uma “dominação masculina”; tal poder, por não ser legitimado, exhibe-se por meios fantásticos. Ou seja, a bruxaria fala do real, mas por meios latentes envolvendo estruturas profundas - as origens desse “dialeto” simbólico e seus signos é que buscaremos ao longo do artigo. Para chegar a tal conclusão, Sônia mapeia as principais formas narrativas e quem as conta. O tipo um é geralmente contada por homens, expressando assim um medo pela ameaça que as bruxas fazem à sua identidade, assim penetrando seu espaço (os barcos de pesca). O tipo um representa o conflito feminino, estabelecido no campo doméstico sendo uma metáfora para uma realidade inconciliável. Em ambos os casos o que afasta a bruxa seria sua identificação, tanto pelo olhar (tipo um) ou pela palavra (o nomear ocorrido no tipo um)⁶. O objetivo da autora não é ter uma visão histórica e sim quis expor funções sociais que uma cosmologia bruxólica dinamiza. Todavia, a análise morfológica pode ser preciosa para perceber dinâmicas que podem desencadear um estudo diacrônico⁷.

2 - Bruxas na modernidade: Um sobrevo da Europa à Terra de Santa Cruz

5 MALUF, SONIA WEIDNER. *Encontros Noturnos: Bruxas e Bruxaria na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993. p.173.

6 MALUF, SONIA WEIDNER; NOTURNOS, op. cit., p.162-168.

7 Ginzburg também reconhece (e utiliza) tais potencialidades no seu livro *História Noturna*: GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Editora Companhia das Letras, 2012. p.32



No início da idade moderna europeia, tanto o catolicismo quanto o protestantismo não perseguiram mais os magos e bruxas que faziam os malefícios, mas sim qualquer herege. Ou seja, aqueles que sabem o “caminho correto” (cristianismo), mas escolheram desrespeitar o primeiro mandamento, amando outros ídolos, ídolos estes que na maioria das vezes seria apenas várias formas diferentes de referir-se ao demônio. Para garantir que os fiéis seguissem o caminho “correto” foram criados os tribunais do Santo Ofício, onde seu objetivo salvar a alma pela adequação ao dogma, evitar a heresia; tal visão de um novo discurso onde o malefício seria universalizado para todo ato mágico e de bruxaria, assim como a bruxaria envolveria um pacto com o demônio, tem que ser relativizado. É preciso enxergar tanto a diversidade entre os escritos, e principalmente como tais escritos foram recebidos nos diversos lugares. Será necessário ver as bases teóricas dos autores contemporâneos para perceber como viam os atos mágicos das regiões que trabalham.

Uma boa obra para servir como guia é o livro *História Noturna*⁸, onde o Ginzburg foca nas crenças italianas envolvendo o sabá. Primeiramente é necessário dividir de forma didática os autores entre os que acreditam efetivamente na existência do sabá (assim como de outras práticas mágicas (grupo um), e aqueles nos quais acham que o mesmo seria majoritariamente uma criação dos discursos de poder do santo ofício, que por meios de questionamento e tortura acabariam por impor no camponês tal discurso (grupo dois). No grupo um temos o clássico trabalho de Michelet, os estudos de Margaret Murray, escrevendo na década de 30 do século atual (junto com a formação de toda uma escola de seguidores). Contrapondo tal visão, temos o segundo grupo, que grande parte adviria da primeira leva de uma renovação da história cultural nos anos 60, como Keith Thomas, Alan Macfarlane, Norman Cohn e Hildred Geertz. O segredo para mediar tal debate em que ambos os lados apresentam posições válidas seria saber isolar a incrustação de antigas práticas que permanecem das doutrinas dos juízes. Assim, ao perceber que as vozes do documento chegam sufocadas, caberia o historiador continuar contando a história do seu enforcamento (como faz o segundo grupo), ou procurar métodos e práticas metodológicas para impedi-lo? Ginzburg e o autor do presente artigo, ficamos com a segunda; com isso seria preciso ver laços que rompem a unidade do discurso dos inquisidores e permite aflorar estrato profundo que de modo lento e imperfeito foi

8 GINZBURG, Carlo *op. cit.*



introjando o discurso intelectual demonológico, sendo que tal extrato sobrevive e expressa-se pelo sabá⁹, tendo ele como paradigma, Ginzburg destaca que seu surgimento de forma estereotipada, no século XIV, já vem de modo ambíguo expressando ao mesmo tempo elementos folclóricos estranhos à imaginação inquisitorial.

Todavia, o que quero explicar é a importância de perceber que os conceitos de bruxaria vão além de um discurso mercadológico. O estrato profundo (e presente) que Ginzburg quer expor é a base simbólica para a produção de imagem e fronteiras sociais que está expresso nos relatos da Sônia Maluf. Agora resta continuar a investigação numa análise da formação desse ateliê simbólico europeu que os açorianos trouxeram. Para expor mais propriamente o contexto ibérico, utilizarei o livro de Bethencourt¹⁰, que em grande parte segue com a opinião de Ginzburg¹¹. O autor foca em Portugal, tendo uma repressão muito menor do que o resto da Europa. Seu pensamento era de um ceticismo pragmático, combatendo suas principais ameaças herética no momento: os cristãos novos¹². Também é válido analisar a visão erudita, pois essa também não é homogênea. Prevalencia uma ortodoxia neotomista da segunda escolástica¹³, onde Deus tinha poderes totais e o Diabo seria seu subordinado. Os mágicos, feiticeiros e bruxas seriam aqueles que sabem se aproveitar, obtendo vantagens para si ou para outrem, da mesma maneira que um padre, mas com fins e acessos diferentes.

Analisando a instituição da inquisição¹⁴ no Brasil no final do século XVIII as primeiras visitas já ocorriam, com planos de começar no Nordeste e descer até o Rio de Janeiro, todavia com as incríveis heresias encontradas não foi possível o plano mais amplo¹⁵. As dinâmicas das vistas

9 GINZBURG, Carlo *op. cit.* p.25.

10 BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. Editora Companhia das Letras, 2004.

11 No fundo tratava-se de compreender dois polos de nossa análise, por um lado a visão mágica do mundo subjacente a uma grande diversidade de práticas aparentemente fragmentárias e compartimentadas, por outro uma visão demonológica construída pela igreja cristã entre os séculos XIII e XVI, destinada a reduzir o homo magus a mero intermediário do demônio e a transformar as feiticeiras em bruxas seduzidas pelo Maligno: BETHENCOURT, Francisco *op. cit.* p.12

12 BETHENCOURT, Francisco *op. cit.* p.16.

13 Isso difere principalmente da Inglaterra de Keith Thomas, onde uma visão mais dualista de herança maniqueísta do protestantismo colocou, tendo o uma imagem tão forte (e talvez até mais presente) que Deus. Tal recepção intelectual altera a importância relegada aos depoimentos popular, consequentemente diminuindo a repressão, onde mesmo sendo difícil de perceber sua cultura nos processos, ainda era mais acessível que na Itália e na Inglaterra: THOMAS, Keith *op. cit.* p.384.

14 Curioso notar que Vainfas coloca que percebendo tal imprevisto dos visitantes, vários “hereges” fogem para o sul do país *Idem* p. 227

15 *Idem* p.234



continuam com objetivos repressivo e pedagógicos, onde mesmo quando a inquisição decaí sua atividade em meados do século XVII, as dioceses continuam a fazer papéis análogos, colhendo testemunhos e recebendo denúncias¹⁶. Laura de Melo colabora colocando o interessante ponto que apoia o debate inicial sobre magia no início do artigo, no qual a bruxaria e magia não seria apenas a religião do outro. Sendo assim, o fenômeno não se resume a acusação das práticas africanas, mas também a tradições locais já trazidas pelos portugueses (e no caso desse artigo, mais especificamente pelos açorianos) que não obedecia a ortodoxia católica e expressa um extrato mais profundo da cultura. A autora expõe duas igrejas: a católica e a diabólica, esta última sendo expulsa para as américas, com ela o diabo e seus seguidores tentaram os índios locais¹⁷. Apesar de dar noções efetivas da bruxaria, o relatado aqui não abarca de modo satisfatório o sul do país, que não apresenta uma bibliografia tão desenvolvida sobre o tema. Visto alguns traços da inquisição no Brasil e do pensamento intelectual dos teólogos, resta ver como esse diabo e seu convênio bruxólico que “fugiu” da Europa vindos para as Américas, saíram do Nordeste e podem ter instalando-se na ilha da magia, onde se encontram até os tempos de hoje.

3 - Caldeirão de Narrativas: Ingredientes modernos e receitas contemporâneas

A investigação aproveitar-se-á dos traços colocados anteriormente para tentar achar compatibilidades e diferenças nos relatos coletados por Sônia Maluf (tópico um) e alguns casos de processo em açores (tópico dois), sendo essa a ilha em que em 1748 iniciou migrações para a ilha de Florianópolis, tendo influências culturais presentes atualmente. Claro que o *gap* temporal é relevante e perigoso, todavia aqui pretende-se levantar pontos iniciais para futuras investigações mais rigorosas.

Porém tal recurso impreciso também foi usado por Ginzburg¹⁸, em que tenta ver conexões entre fontes sem uma cronologia necessária, buscando captar elos internos na morfologia, sem uma hipótese evolutiva. Isso com o objetivo de deixar o olho sensível a conexões formais. Todavia isso

16 *idem* p.29

17 Por isso, com a chegada dos europeus, aos poucos vão ligando a cultura dos índios locais aos sabás demoníacos, pois projetavam uma visão que já estava em seu horizonte de expectativa. No caso do Brasil, tal analogia foi feita de modo menos maniqueísta e mais devagar, através de uma demonologia assimétrica (negada quando em frente a vias mais pragmáticas) e fluida. MELLO E SOUZA, Laura. **Inferno Atlântico: Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.27.

18 GINZBURG, Carlo *op. cit.* p.32.



seria apenas um passo inicial, tendo o historiador, percebidas tais conexões, deve-se procurar evidências concretas das mesmas, agora sim buscando uma diacronia (caso ela exista, obviamente).

Primeira Comparação

Relato 1A: Itália (Idade Moderna)

O filho do moleiro Pietro Rotaro fora enfeitado pelas bruxas, mas (...) no momento do malefício, chegaram os andarilhos e retiraram-no das mãos das bruxas. Os benandanti, com efeito, reconhecem imediatamente as vítimas de um sortilégio; ‘percebe-se logo’, diz Gasparutto, ‘porque se vê que (os feiticeiros) não lhes deixa nenhuma carne no corpo, (...) e ficaram secos, secos, secos, só pele e osso’. E, se acorda a tempo, pode-se tentar salvar o menino enfeitado; basta pesá-lo três quintas-feiras consecutivas¹⁹.

Relato 1B: Nordeste do Brasil (século XVIII)

O bebezinho, que era pagão e estivera sempre são e lhe tomava bem a mama, começou a chorar alto, e acudindo a criança a acharam embruxada, com a boca chupada em ambos os cantos, tendo em cada canto da boca uma nódoa negra com sinal de dentada, e assim nas virilhas, em cada uma outra chupadura e nódoa negra. Nunca mais tomou a mama, ‘nem pôde levar pela boca coisa alguma;’ batizaram-na em casa, a criança chorando sempre, até que não mais conseguir abrir a boca, e morreu²⁰.

Relato 1C: Florianópolis (contemporâneo)

Entravam dentro das casa onde tinham as criança pequena, pela fechadura da porta, e atacavam as crianças, chupando o céu da boca. Depois iam embora e deixavam ali a criança embruxada²¹.

Um elemento comum que temos nos três relatos (vindos da Itália, norte do Brasil e sul do Brasil consequentemente) seria a criança como alvo, em que geralmente uma mulher conta a história de uma invasão de seu espaço doméstico. O objetivo da bruxa era sugar o sangue das

19 MALUF, Sonia *op. cit.* p. 154 *apud* Ginzburg 1988, p.48

20 MELLO E SOUZA, Laura *op. cit.* p.203

21 MALUF, Sonia *op. cit.* p.55



crianças (em outros relatos, diversas vezes é destacado o gosto pelo sangue humano). A nódoa deixada pela bruxa aparece nos relatos do Brasil, pois possivelmente era causada por insetos mais comuns à região tropical. Outro traço compartilhado seria a secura da criança, a bruxa suga seu sangue e sua vitalidade, no processo de embruxamento os choros são constantes. No relato da Itália é curioso observar a participação dos *benandanti* como salvadores dos malefícios, ou seja, também possuem poderes mágicos, mas usam para a benevolência – como foi comentado, havia uma fonte de poderes sobrenaturais que poderia ser usado para vários fins, sem implicar necessariamente na heresia do pacto diabólico. Uma função análoga a tais *benandanti* (porém com muitas reservas) seria a benzedeira, segundo Sônia, ela teria um poder que viria da mesma fonte mágica que as bruxas malévolas, mas era usada para salvar as crianças²².

Segunda comparação

Relato 2A: Nordeste do Brasil/século XVIII

Em meados do século XVIII, Luzia da Silva Soares foi acusada de entrar pelo buraco de uma janela para chupar o sangue de uma criança, metamorfoseada em borboleta. Conseguiu a proeza como bruxa que era²³.

Relato 2B: Florianópolis/contemporâneo

Dizem que elas têm o couro que nem nós e passam o ‘único’ (unguento) no corpo para voar²⁴.

Relacionando o relato 2A com o 1C percebe-se o clássico caso de metamorfose, com o intuito de entrar em lugares entroncados ou para viajar mais rápido. Os casos mais clássicos seriam o de transformar-se em morcego, borboleta e mosca. Isso poderia ser feito abruptamente pela bruxa,

22 Para saber mais sobre as benzedeira, o capítulo IV do livro de Sônia é dedicado ao assunto. Interessante acrescentar que um fato que corrobora para a evidência que a fonte do poder do benefício e do malefício eram iguais, seria que em raros casos a bruxa e a benzedeira eram a mesma pessoa, revelando um incrível plot-twist manézinho.

23 MALUF, Sonia *op. cit.* p. 153 *apud* Mello e Souza, 1986

24 MALUF, Sonia *op. cit.* p.152



mas geralmente o processo era auxiliado pelo uso dos famosos unguentos²⁵ (presente numa ampla gama de relatos nos mais diversos lugares da Europa) que engendrariam uma metamorfose. Um padrão seria que os animais ou formas humanoides em que se transformam é constantemente apresentada como um ser alado (até mesmo em Ginzburg, quando saiam voando em espírito). Bethencourt faz uma interessante semelhança retomando dicionários da idade média que ligavam o termo bruxaria com criaturas aladas da mitologia grega chamadas *Strinx*, uma ave noturna com características humanas misturadas com traços de corujas, um outro ponto seria a característica de chupar sangue humano. As semelhanças com traços que ultrapassam um cânone Europeu são inegáveis, todavia essas características interagem em forma de bricolagem com o contexto local, tendo tal criatura mítica grega passando pela inquisição com a assimilação à bruxa, e ainda depois relacionado às doenças de países tropicais.

Terceira Comparação

Relato 3A Florianópolis (Contemporâneo, coletado em meados do século XX). Na história narrada por Franklin Cascaes:

Um homem após ouvir barulhos estranhos no cais se esconde no barco para averiguar, quando bruxas entram na lagoa em que estavam e remam de maneira sobre-humana para um lugar distante. O home aproveita quando a canoa embarca numa praia para pegar a areia e um ramallete de rosas que estava à mão. [Depois do ocorrido, mostra para um amigo que responde]... Companheiro, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramallete de rosas é a Índia. Eu aprendi, na minha escola de iniciação à bruxaria, que lá nos açores, a terra de nossos antepassados, as bruxas também costumavam a roubar embarcações e fazer estas viagens extraordinárias entre as ilhas e as Índias, em escasso minuto marcados pelos relógios do tempo²⁶.

Relato 3B Açores/1742

25 Seria um óleo para uso tópico, com fins aromáticos ou medicinais. Isso poderia estar relacionado com o fato de a bruxa ou curandeira manipularem elementos da natureza para fins próprios ou curar os outros.

26 CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Universidade Federale de Santa Catarina, 1979.



Pesquisando nos arquivos da torre do Tombo, é possível perceber que a maioria das denúncias e processos levados a diante são de Cristãos-novos acusados de heresia por atos que remetem ao judaísmo, todavia também aparecem relatos bruxólicos. Mas um interessante caso é o de Margarida das Chagas (mulher já de idade), sobrando apenas vestígios de denúncias à mulher e outros poucos pedaços do processo. Foi presa em 1742, as averiguações foram feitas em Ponta Delgada pelo reitor do Colégio da Companhia de Jesus. Segundo ela

Tinha pacto com o demônio que a levava do Brasil e à Índia, sendo algumas vezes acompanhada por Cristo. Essas viagens tinham por fim salvar algumas almas e, para esse efeito, ela andava de noite com uma cruz às costas em companhia de Cristo²⁷.

Entre essas e outras histórias contadas, a mulher foi condenada a açoite e cinco anos de degredo para Castro Marim.

Tal caso é de longe o mais curioso. A intencionalidade desse artigo pode ser expressa de forma mais evidente nessa comparação, onde no primeiro tópico procurou-se apresentar elementos contemporâneos que somado a uma concepção de magia nos dão uma receita, um conjunto de componentes possíveis para relacionar com a antiguidade e procurar sua origem. Já a segunda parte são os ingredientes para tal receita, sendo os principais elementos e características da inquisição portuguesa. Com isso temos que saber manipular os indícios e símbolos apresentados, como eu falei, ainda de modo muito experimental, mas com potencialidade de revelar novas conexões.

Interessante começar lembrando a primeira definição de magia, é algo que está na fronteira, isso foi expresso pela Margarida, os dois “opostos” fronteiros do mundo (que espelham o estranho e exótico no imaginário) o extremo oriente (as Índias), e o extremo ocidente (o Brasil); onde no globo se expressam juntos, no lugar fantástico em que a magia é relegada a descanteio por uma introdução da ortodoxia, porém ainda permanece viva e não isolada, pois as viagens são recorrentes. Uma concepção não tão maniqueísta²⁸ se expressa em sua fala ao colocar o diabo ao lado do próprio cristo, como seu acompanhante, lembrando o que foi relatado no segundo tópico

27 Portugal, Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, **Inquisição de Évora**, proc. 7972-1.

28 Bethencourt localiza diversas narrativas em que as feitiçeras portuguesas não opõem diretamente os poderes de Deus com os de Satanás, mas que manipula suas potencialidades de acordo com a ocasião, que pode pedir forçar ligadas a algo divino, diabólico, ou uma combinação; isso reflete muito mais um pensamento utilitário e pragmático sobre a magia do que um respeito a uma ortodoxia. BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feitiçeras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. Editora Companhia das Letras, 2004. p. 108.



sobre em Portugal um pensamento não tão dicotômico que remete ao medievo e até a extratos mais profundos da antiguidade (na concepção de Ginzburg). No relato 3B (contemporâneo), vemos que muitos elementos continuam, mas agora os personagens estão no próprio lugar onde se acreditava ser a fronteira mágica, que continua em contato com o outro extremo oriente que seriam as Índias, as bruxas presentes na ilha invadem os espaços masculinos da pesca (como foi destacado pela Sônia no primeiro tópico), estão vivamente presente, como se as bruxas expulsas da Europa, junto com a magia fosse para a fronteira, como destaca Laura de Melo e Souza apontado no segundo tópico, como uma igreja de Satanás que vai para extremos não alcançados pela igreja católica, sendo o sul, que recebe muito menos visitas que as áreas do norte (como o apontado por Vainfas, também no segundo tópico), e também as Índias. Interessante notar que no diálogo é ressaltado que as bruxas já abitavam Açores e já costumavam fazer tal viagem, logo a crença mágica não é algo tão exótico que chegou com os Africanos ou era adotada somente pelos Índios locais, ela já habitava o próprio sistema religioso católico, pois faz parte (mesmo que de escanteio) de sua dinâmica e formação de imagens. Tais dinâmicas muito antigas ainda são articuladas atualmente, como foi demonstrado pela Sônia no livro exposto no primeiro tópico, mas com funções sociais diversas.

Considerações Finais

Os passos seguidos aqui foram claros, apresentou-se a tese do livro de Sônia e suas interessantes percepções sobre o fenômeno da bruxaria. Em seguida foi realizado um debate teórico para explicar as perspectivas que considero mais adequadas para aproximar-se dos fenômenos da bruxaria (que precisam ser revisadas com cuidado para não continuar caindo no erro de silenciar o imaginário popular), conjuntamente foram expostos traços de inquisição em Portugal em comparação com a Inglaterra e Itália, isso para perceber as diferenças que o contexto provocam nos processos (desconstruindo a perspectiva de uma instituição coerente e homogênea que impunha um discurso ortodoxo). Para finalizar a parte dos debates mostrei como eram realizadas as visitas no Brasil, tendo a bibliografia prezado o norte do país.

Na última parte quis fazer comparações e diagnosticar traços constantes (que como disse permitiu Ginzburg um olhar privilegiado para eles). Temos a pergunta clássica se as práticas de bruxaria seriam realmente efetivadas – como encontros e afins- (A), imaginação popular (B) ou



criação católica (C). Ainda não pode ser respondida de forma categórica, mas com o investigado aqui, é seguro afirmar que a resposta deve ficar entre A e B; se tomarmos o ponto de Bethencourt que “o historiador não tem que se pronunciar sobre a ‘realidade’ da magia, competindo-lhe apresentar uma visão de mundo que modelou os comportamentos e crenças de grandes partes da população”²⁹. Se tomarmos tal lema, as brechas diminuem onde tais visões de mundo são expressas por tal extrato profundo que exploramos.

Um último breve ponto para tocar é sobre a preciosidade dos relatos contemporâneos. Ginzburg desenvolve um complexo e interessante método indiciário para chegar em vozes ocultas nos processos inquisitoriais. Talvez se Ginzburg faria vários sacrifícios à Clio para ter contato e analisar tais narrativas coletadas pela antropóloga. Todavia ainda não se tem um acesso “direto” a tal substrato imaginário. Como Ginzburg tinha que buscar traços velados pelos inquisidores, nós temos que buscar traços velados pela modernidade. Todavia esse velamento não é algo que esconde um fenômeno puro, mas que já faz parte da dinâmica do mesmo, resta aproximar-nos da rica cultura local que temos e procurar os nós mais evidentes desse véu, para quem sabe traçar uma genealogia mais precisa dessas relações; o objetivo desse artigo é ser o catalizador desse processo.

Referências

- BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. Editora Companhia das Letras, 2004.
- CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Universidade Federale de Santa Catarina, 1979.
- CHARTIER, Roger et al. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- EURIPEDES. **As Bacantes**. Tradução de Mário de Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o sabá**. Editora Companhia das Letras, 2012.
- GLARE, Peter GW. **Oxford latin dictionary**. Clarendon Press. Oxford University Press, 1982.
- LIDDELL, Henry George et al. **Greek-English lexicon... with a supplement**. 1968.
- MALUF, SONIA WEIDNER. **Encontros Noturnos: Bruxas e Bruxaria na Lagoa da Conceição**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993.

29 idem. P.15



MELLO E SOUZA, Laura. **Inferno Atlântico: Séculos XVI-XVIII.**São Paulo:Companhia das Letras, 1993.

MELLO E SOUZA, Laura. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

OGDEN, Daniel et al. **Bruxaria e Magia na Europa:** Grécia Antiga e Roma. São Paulo: Madras, 2004.

PEREIRA, Isáfas da Rosa. **A Inquisição nos Açores** : subsídios para a sua história II. Instituto Universitário dos Açores, 1980

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. O pecado do historiador: para uma leitura d'A Feiticeira, de Jules Michelet. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, n. 27, p. 440-455, 2013.

THOMAS, Keith. **Religião eo declínio da magia:** crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII. Companhia das Letras, 1991.

PORTUGAL, Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, **Inquisição de Évora**, proc. 7972-1.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. 1989.

Recebido em 08 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 18 de dezembro de 2018.



Balanço das narrativas historiográficas catarinenses sobre a história da escravidão e a possibilidade da História Global, 1960-2017

Balance of the historiographic narratives of Santa Catarina on the history of slavery and the possibility of Global History, 1960-2017

Victor Vilmar Alexandre¹

victor.a.99@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Esse trabalho tem como proposta, em primeiro lugar, efetuar um balanço das diferentes narrativas que passaram o tema da escravidão em Desterro e adjacências, sobretudo dos anos de 1960 até 2017. Em seguida, busca-se realçar os pressupostos historiográficos presentes nos trabalhos do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o intuito de realçar os tratamentos historiográficos do tema da escravidão em Santa Catarina. Por fim, será investigado de que forma a História Global pode configurar um campo a mais de possibilidade para o estudo do escravismo catarinense.

Palavras-chave: Historiografia; Escravidão; História Global.

Abstract: This work has as its purpose, firstly, a balance of the different narratives that went through the theme of slavery in Desterro and its surroundings, especially from the years 1960 to 2017. Then, it is sought to highlight the historiographic assumptions present in the works of the program (PPGH) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) and the State University of Santa Catarina (UDESC), with the aim of highlighting the historiographic treatments of the subject of slavery in Santa Catarina. Finally, it will be investigated how the global history can configure an additional possibility in the studies of the slavery in Santa Catarina.

Keywords: Historiography; Slavery; Global History.

Introdução

O presente estudo tem como objeto a historiografia da escravidão em Santa Catarina (SC), desde os estudos considerados como clássicos até a produção mais recente, exemplificada pelos estudos da PPGH/UFSC. Um balanço anterior foi realizado pelo historiador Fabiano Dauwe², que examinou a produção acadêmica sobre a escravidão em SC num livro organizado para comemorar os 35 anos do programa de Pós-graduação em História da UFSC. O autor fez um levantamento das maiores influências teóricas aos pesquisadores da UFSC relacionados à

1 Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (org.). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis (SC): Ed. Letras Contemporâneas, 2010, p. 44-59.



escravidão e de como estavam sendo os estudos sobre a escravidão na PPGH até o ano de 2009. Tendo a mudança da área de concentração do PPGH/UFSC em 2017 para História Global torna-se importante realizar um novo balanço dos trabalhos de 2010 até 2017 e expor suas linhas historiográficas nos estudos do escravismo catarinense.

As obras escolhidas para a pesquisa são as que se tornaram momentos de mudança na concepção de escrita da história – neste caso da escravidão em SC – não que sejam rupturas, mas que invocam diferentes métodos e questões sobre o tema da escravidão. Por isso, não se presa somente os trabalhos produzidos em SC. Também não se tem a pretensão de abarcar todas as obras que puderam acarretar uma outra perspectiva sobre o escravismo catarinense, mas aquelas que foram se tornando clássicas e com isso revisitadas e criticadas com as novas gerações de historiadores que trataram da escravidão em SC.

A pesquisa nos PPGH da UFSC e UDESC em seus bancos de dissertações e teses disponíveis online foi rápida, e visa as preocupações dos historiadores em suas linhas de pesquisa sobre a escravidão. Essa exposição de dissertações e teses foi para prestigiar esses estudos que se propuseram a tratar da temática de alguma forma em SC.

Seguindo essa proposta o texto visa refletir acerca da historiografia sobre a escravidão nas obras ponderadas como clássicos e os estudos sobre SC de 2010-2017 na PPGH/UFSC e UDESC. Para então apresentar a História Global como um campo a mais de possibilidade de escrita da História em SC acerca da escravidão.

Para explorar, as diferentes narrativas historiográficas que pensaram a escravidão em SC, utilizaremos da sistematização realizada pela historiadora Cristina Scheibe Wolff³ e o trabalho realizado⁴ pelo historiador Rafael de Bivar Marquese⁵ sobre o conceito de capitalismo e seu balanço da historiografia sobre a escravidão brasileira.

As obras que são referências sobre a escravidão em SC de Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza nos possibilitam vislumbrar como esses intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de SC (IHGSC) abordaram a História da escravidão em seus livros.

3 WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, v. 3, n. 1, p. 52-61, 2010. A historiadora diferencia as principais características das narrativas históricas de SC com base teórico-metodológica em Peter Burke. Além disso, identifica “obras que se pretendem estaduais e geralmente dão grande importância a eventos políticos de âmbito municipal, local, enquanto o terceiro grupo produz uma história centrada em temas e questões-problemas.” p.53.

4 Sabe-se do risco que é tentar enquadrar historiadores em certas chaves historiográficas, mas para mostrar as diferentes formas que houve sobre a escrita da história da escravidão em SC precisa-se encaixá-los em certas tendências.

5 DE BIVAR MARQUESE, Rafael. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 169, p.223-253, 2013.



Depois, avançamos para os estudos de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso e algumas repercussões de suas obras nos historiadores de SC. E o livro colaborativo “Negro em terra de branco” organizado pela historiadora Joana Maria Pedro da UFSC que foi resultado de novas perguntas/problemas nos estudos sobre escravidão em SC. Essa apuração busca introduzir a historiografia de SC sobre a escravidão e realçar o debate sobre o tema.

A historiografia catarinense sobre a escravidão

Os autores do IHGSC, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza são grandes construtores de narrativas sobre Desterro. Fazendo-os um enquadramento de suas vertentes historiográficas, de acordo com Wolff os autores estariam escrevendo dentro de uma perspectiva da História tradicional⁶. O primeiro autor escreveu vastas obras de SC, a exemplo do livro “Nossa senhora do Desterro”, obra considerada como monumental sobre a História dessa região. Nesta obra às vezes que o autor mencionou a escravidão possibilitou identificar o cotidiano dessas pessoas da cidade de Desterro. Porém Cabral ainda via com “estranhamento” aos males nas relações dos senhores e dos escravos e, seu enfoque maior foram as grandes autoridades nesse entrelaçamento, ou seja, não prestava destaque aos afrodescendentes, escravos ou libertos⁷.

Mesmo sendo rico em dados de jornais da época e documentos, a professora Joana Maria Pedro em um artigo sobre “Escravidão e preconceito em Santa Catarina: História e historiografia” criticou a obra de Cabral e a de Piazza, e salienta a sua falta de crítica as fontes, sendo considerado como uma análise neutra⁸. Todavia, o objetivo maior de Cabral era traçar o desenvolvimento de Desterro do séc. XVIII-XIX; enaltecendo grandes políticos e eventos; por certo, seus livros buscavam de alguma forma construir a memória de Desterro pelo lócus hegemônico.

Os estudos econômicos do historiador e membro do IHGSC Walter Fernando Piazza geraram repercussão nos estudos da escravidão em SC. Como na obra “O escravo numa economia minifundiária”. Uma História que visa comparar a economia escravista de Desterro

6 WOLFF, Cristina Scheibe, op. cit. p.55. Embora Piazza não se encaixe totalmente nessa classificação, haja vista, que há obras relacionadas à economia, por exemplo.

7 CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**: memória. Editora Lunardelli, 1979. Ver também: CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Editora Laudes, 1970.

8 PEDRO, Joana Maria. **Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia**. LEITE, Ilka B. et. al. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

com a dos grandes centros do Brasil. No entanto, esta análise influenciou certas características de “província periférica” e de “pouca importância”, isto é:

E deve-se aqui considerar que foi a existência da pequena propriedade, predominantemente, que mais acelerou o alijamento do braço escravo do cenário agrícola catarinense, *pois a família do agricultor – quase sempre muito numerosa-, prescindia do auxílio escravo (...) no planalto (...) condiz com a existência de escravos naquela região catarinense, mas, sem ser exageradamente importante*⁹.

Colocou-se Desterro em relação ao contexto mais amplo para dizer que a produção não se equivalia às do café e do açúcar de outras regiões do Brasil, pois de fato não havia grandes *plantations*, entretanto, corroborou-se Desterro como uma economia voltada para a subsistência. Também reforçou uma semelhança entre o trabalhador livre europeu com o escravo por sua pobreza, mas, na verdade isso camufla as relações de poder entre eles e, portanto, suas assimetrias, e na formação da História de SC deixa os escravos como agentes sociais e históricos menos “importantes”. Levando isso em conta Piazza argumenta que o tráfico de cativos na província minimizou, conseqüentemente a economia escravista não teve impacto em Desterro. As críticas de Joana M. Pedro¹⁰ novamente cabem, para a autora Piazza ao tratar da escravidão deixa-a “irrelevante” em razão da imigração europeia. E ao mesmo tempo que o contingente de africanos no litoral se tornou obsoleto.

Piazza em sua obra “A escravidão negra numa província periférica” ao tratar da história da escravidão em SC busca também remontar um passado comum dessa escravidão ao longo do tempo, “Na História da Humanidade, desde os tempos imemoriais, se tem a escravidão como forma de sujeição dos vencidos aos vencedores” e continuava “Na mais recuada Antiguidade aos povos derrotados, subjugados, restava a escravidão!”¹¹. Nessa forma de narrar que Piazza por vezes coloca seus argumentos, sem críticas a essa “sujeição dos vencidos” e sua perpetuação de forma linear no tempo histórico.

Já os sociólogos Octavio Ianni e Fernando H. Cardoso no livro chamado “Cor e mobilidade Social em Florianópolis” um estudo das populações de origem africana no Sul do Brasil, tinham como expectativa explicitar mais eficientemente em seus estudos as relações do

9 PIAZZA, Walter Fernando. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo. Resenha Universitária. 1975, p.83. (destaque nosso). Ver também: PIAZZA, Walter Fernando. **A escravidão negra numa província periférica**. Garapuvu, 1999.

10 PEDRO, Joana Maria. op. cit., p.234-235.

11 PIAZZA, Walter Fernando. op. cit. p.33.

racismo na escravidão¹². Ao analisar a escravidão tiveram dificuldades de romper com a narrativa tradicional, não que fossem seus objetivos, na verdade seus estudos também estavam preocupados numa análise econômica da escravidão. Em virtude da questão comparativa com as outras regiões do Brasil, nessa perspectiva econômica e social, os autores configuraram as relações de poder entre senhores (imigrante europeu pobre também) e escravos como se fossem mais brandas. Principalmente pela forte imigração europeia em SC e sua relação com o campo, fazendo-se acreditar que por não haver *plantations*, homens de grandes riquezas, consideraram os trabalhos dos escravos e dos imigrantes europeus semelhantes o que tornou as relações mais harmônicas e menos desiguais, semelhante com as ponderações de Piazza acima¹³.

Na historiografia, esses autores de acordo com Wolff escrevem numa linha da história temática, assim envolvidos em tendências mais estruturalistas, com questões/problemas esses estudiosos marxistas se destacam na história econômica¹⁴. Também se preocuparam com a democracia racial; além de contribuírem com a denúncia ao modo de vida dos afrodescendentes em SC. Mas suas conclusões dialogaram com as tendências tradicionais, principalmente pela leitura dos clássicos de Oswaldo R. Cabral e Henrique Fontes, deixou-os presos também nas classes mais hegemônicas e, como resultado, tiveram dificuldades em se distanciar da democracia racial¹⁵.

Em pesquisa conjunta de estudantes da graduação e pós-graduação em História da UFSC no início dos anos 90, escreveu-se um livro organizado por Joana Maria Pedro chamado “Negro em terra de branco”. Assim, levados a problematizar os autores descritos acima, procurando dar destaque aos afrodescendentes libertos ou escravos, e buscando questionar os preconceitos nas fontes e o racismo, que esse livro foi dedicado a confrontar.

Com efeito, essa obra já está relacionada ao campo historiográfico que se tornou frutífero aos futuros historiadores da escravidão em SC – principalmente com a nova história – a História Social¹⁶. Uma obra iniciante nessa temática, ainda mesclava aspectos estruturais e

12 IANNI, Octavio; CARDOSO, Fernando Henrique. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.

13 DAUWE, Fabiano. op. cit., p. 50.

14 WOLFF, Cristina. op. cit., p.59. Também se destacam pela “(...) interdisciplinaridade com relação a outras ciências sociais, a atenção a fontes muitas vezes desdenhadas pelos historiadores tradicionais, tais como a iconografia e a literatura, bem como a possibilidade de centrar os estudos em temas e processos antes colocados à margem da história, foram algumas das modificações instituídas”. p.58.

15 FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Univ. of California Press, 1986. Democracia racial é uma crítica de alguns historiadores e sociólogos que interpretam a obra de Gilberto Freyre, mas, também de outras obras do período. E em São Paulo havia um projeto, encabeçado por Florestan Fernandes, que buscou sair dessa percepção da escravidão brasileira, Octavio Ianni e Fernando H. Cardoso estavam relacionados, mas ao analisarem SC não conseguiram romper totalmente esses lócus.

16 WOLFF, Cristina. op.cit., p.60.



sociais. Na questão econômica os autores conseguem desenvolver olhares para o excedente econômico de Desterro para além das fronteiras Nacionais:

Santa Catarina se integrou ao processo geral de colonização do país, que visava a exportação para o mercado internacional (...) a pesca da baleia, pelos altos lucros que proporcionava (...) tal ocupação exigia maior concentração de capital e, conseqüentemente, a participação de maior número de escravos¹⁷.

Diferentemente de Piazza, que rotula geralmente a economia na forma de subsistência. Na verdade, concordam que Desterro não estava efetivamente “ao mesmo nível” das *plantations* e, de certa maneira, não se equivalia às demais partes do Brasil. No entanto, souberam compreender os alcances internacionais dessa economia, e identificaram a sua integração a um sistema mais abrangente da escravidão¹⁸. Também, percebe-se que os autores estão mais interessados nas relações sociais de poder, os preconceitos em fontes como jornais, o que evidencia a profissionalização do historiador em SC e sua proximidade com as tendências historiográficas do momento. Por exemplo, ao verem os jornais “num meio social concreto” que também leva as visões da elite, “(...) a questão do preconceito, uma das características marcantes destes jornais é a racialização de suas notícias e informações. Ou melhor, a racialização das notícias e informações pelo lado do negro”¹⁹.

Ademais, os olhares desses historiadores começaram a sair dos aspectos macro políticos (de grandes autoridades e eventos), contrapondo-se aos autores descritos acima. Marquese identifica essa questão com a “crise das grandes narrativas” que foram causadas pelas críticas ao estruturalismo e o marxismo nos anos 1970²⁰. No entanto, sabe-se que essas mudanças não ocorrem ao mesmo tempo em todos os centros universitários, em SC essas mudanças foram mais progressistas, até mesmo no livro supracitado.

Esse mapeamento de diferentes perspectivas e autores que, de alguma forma, trataram da escravidão em SC, é para destacar que com o passar do tempo as preocupações dos historiadores foram se alterando em relação aos seus contextos, surgindo novas perguntas. Por isso, tratarei das pesquisas de pós-graduação em História da UFSC e UDESC de 2010-2017 com o intuito de mapear também as suas linhas de pesquisa.

17 PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Mercado Aberto, 1988. p.15-17.

18 PEDRO, Joana Maria. op.cit. p.9-18.

19 PEDRO, Joana Maria. op. cit. p. 38.

20 DE BIVAR MARQUESE, Rafael. op. cit. p. 228-229.

PPGH da UFSC e UDESC dos anos de 2010-2017, e suas linhas historiográficas sobre a escravidão em SC

Nos anos 2000, o campo de pesquisa sobre a escravidão em SC se expandiu de forma significativa. Isso, se dava também em outros aspectos da História da escravidão que começaram a ser investigados²¹. Relacionados às mais novas tendências historiográficas, os professores e os estudantes da PPGH da UFSC²² aumentaram consideravelmente as pesquisas, até o ano de 2009, tratavam dos seguintes temas: à abolição dos escravos, seus costumes, e suas efetivas participações em Desterro²³.

Sobre as dissertações e teses da PPGH/UFSC do ano de 2010-2017²⁴, percebe-se a continuação da História social e cultural que embasou os avanços dos temas acima. Como na dissertação de 2011 da Fernanda Zimmermann²⁵, que destaca uma estrutura econômica local, mas seu olhar é para os escravos e sua real participação nas fortunas, relações de trabalho e estratégias para sobreviver num processo de desbravar as questões subjetivas desses sujeitos. Em 2014 mais uma dissertação com a pesquisa relacionada aos africanos em SC, de Fernando Bartholomay Filho²⁶ cuja preocupação gira em torno da memória da abolição da escravidão nas imprensas de SC. Também explica sobre as diferentes narrativas que influenciaram esse momento histórico, através de intelectuais e jornais, também com os membros do IHGSC etc. e seu estudo visa problematizar esses discursos, e eventos comemorativos que a partir da abolição se tornaram festivos, como 13 de Maio.

21 Quando se pensa sobre a ampliação dos estudos de escravidão em SC, quantitativamente e qualitativamente, deve-se falar sobre a professora e historiadora Beatriz Galloti Mamigonian que em grande parte dos trabalhos dos pós-graduandos neste artigo passaram por sua orientação. Adiante veremos um pouco do trabalho dessa historiadora e sua contribuição também para a História global.

22 Na nossa pequena pesquisa sobre dissertações e teses que tratavam da escravidão na PPGH da UDESC só encontramos um trabalho de 2011. Bom, cabe lembrar que a pesquisa na plataforma foi com a palavra “história da escravidão em SC”. Mas a dissertação também se encaixava à essas novas tendências.

23 DAUWE, Fabiano. op. cit., p.50-54.

24 Ou seja, o levantamento foi baseado nas titulações das dissertações e teses, portanto as que tratavam do tema escravidão, mas não estava em seu título não foi relacionada a pesquisa. Porque não buscamos esgotar as pesquisas dos pós-graduandos que tratam desse tema, mas apenas elucidar algumas tendências maiores nesse campo de pesquisa.

25 ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme-SC: 1800-1860**. 2011. 142f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

26 BARTHOLOMAY, Fernando Filho. **A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)**. 2014. 145f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Já em 2015 o trabalho do Jaime José dos Santos Silva²⁷, exhibe uma preocupação com a cultura afro-brasileira em SC, por isso, ele quer traçar o contexto histórico da dança Cacumbi, suas distintas repercussões a variados autores. De forma diacrônica Jaime percebe as disputas, os jogos de interesses nessa memória e, de modo geral, como o Cacumbi foi sendo visto desde “incivilizado” a uma grande celebração. Por fim, já no ano de 2016, mas sem ser SC o alvo de discussão, Ariana Moreira Espíndola²⁸ escreveu sua dissertação baseada na lei de matrículas de escravos nos anos de 1871, assim a autora visa historicizar essas matrículas, com a sua efetividade na prática e como os escravos e senhores a utilizaram, como expressão para a liberdade ou para a escravidão²⁹. Na UDESC encontrou-se a dissertação da Janaina Amorim da Silva de 2011 que buscava no pós-abolição na cidade de São José em SC as trajetórias dos afrodescendentes, suas memórias, resistências, trabalhos e espaços que frequentavam; também a agência desses afrodescendentes e suas redes de sociabilidade que permitiram “burlar as dificuldades do pós-abolição”³⁰.

Sobre as pesquisas expostas pode-se tirar algumas considerações dos trabalhos que tratam da escravidão em SC nos anos de 2010-2017. Espacialmente buscou-se um maior conhecimento do local em que afrodescendentes, escravos e libertos se relacionavam, resistências e, portanto, sua esfera de ação no campo social e cultural. Temporalmente também se percebe uma maior concentração de trabalhos realizados sobre o século XIX e XX. Já a escravidão no período colonial em SC ainda não foi explorada nas dissertações e teses. Em relação a tendência historiográfica nesses últimos 7 anos, mostra-se a inserção do pensamento thompiano, a micro-história e a história cultural francesa, por exemplo, que são bases historiográficas da área de concentração que esses trabalhos se envolveram, isto é, na linha de História Social e Cultural. Embora os pressupostos teóricos se alterem de uma pesquisa para outra, por suas escolhas temáticas e seus recortes espaciais e temporais muitos de seus objetivos se conectam.

A nova historiografia da escravidão pretende compreender os demais sujeitos também como atores sociais que não se reduzem às relações de dominação e exploração. As linhas de

27 SILVA, Jaime José dos Santos. **Memórias do cacumbi**: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX. 2015. 197f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

28 Mostrou-se essa dissertação para evidenciar o campo teórico e metodológico que foi utilizado para tratar da escravidão. Mesmo não sendo um trabalho que envolve Santa Catarina diretamente.

29 ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. **Papéis da escravidão**: a matrícula especial de escravos (1871). 2016. 251f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

30 DA SILVA, Janaina Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição**. 57f. Dissertação (em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

pesquisa que os PPGH da UFSC e UDESC buscaram desenvolver seus estudos da escravidão em SC com essa perspectiva nos últimos 7 anos³¹. A contraponto dos avanços obtidos na historiografia brasileira a partir dessa perspectiva da “agência”, extraído do marxismo de Thompson, há uma linha da historiografia que crítica essa ênfase na agência histórica. Principalmente pelo abandono e um descaso com “os processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos (...) as forças estruturais do capitalismo histórico”³².

A historiografia precisa dialogar com esse debate entre o foco da agência e das longas durações. A história global é uma perspectiva que possibilita a articulação entre essas duas tradições historiográficas. Jacques Revel considera que o jogo de escalas pode ser uma via de acesso ao passado onde possamos verificar as especificidades do cotidiano juntamente com os processos de longa duração. Sebastian Conrad traz a perspectiva da história global como uma forma de integrar o micro e o macro, seja temporalmente ou espacialmente, onde atores históricos se integram a dinâmicas globais, por exemplo³³.

Neste sentido, com a mudança da área de concentração da PPGH/UFSC para História Global, far-se-á uma abordagem que espera contribuir para futuras pesquisas do tema, mais especificamente em SC.

Escravidão em Desterro e a História Global?

No que perpassa os estudos atuais, a História Global configura-se de diferentes caminhos ao estudo da História. Para as pesquisas sobre a escravidão a abordagem da História Global pode servir para novas perguntas as fontes, hipóteses e abertura de possibilidades em locais onde a escravidão é vista como menos intensa. O argumento sugerido por Marcel Van der Linden para a História global do trabalho, por exemplo, cabe nesses casos específicos, a história global não precisa ser entendida apenas para explicar questões históricas em grandes

31 Com as suas especificidades nas áreas de concentração dos seus PPGH.

32 DE BIVAR MARQUESE, Rafael. op.cit., p.228-230. Seguindo essa perspectiva crítica, mas também reconhecendo os avanços para a história do trabalho com os estudos de E.P. Thompson ver o artigo: VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do trabalho**, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009. O historiador Marcel Van der Linden quer avançar nos estudos sobre trabalho para além das fronteiras nacionais, isto é, a História Global do trabalho. Pois como lembra o historiador holandês, Thompson não se preocupou com as conexões transatlânticas na formação da classe operária inglesa, seu estudo ficou insular. Por isso, se apropriando das renovações dos estudos de Thompson, a História global do trabalho quer ir contra o eurocentrismo metodológico e mostrar os processos de integração da classe trabalhadora e da história do trabalho em escala global.

33 REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, No. 45 (set./dez. 2010). p. 434-444. CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2016.



escalas. Locais, famílias e indivíduos na escala da micro-história também cabem nessa perspectiva, como veremos mais adiante, e tornaria mais enriquecedor para a historiografia da escravidão, ou seja,

a história global do trabalho é um tipo de experimento intelectual que convida os historiadores a reconsiderarem os contextos mais amplos onde escrevemos nossas histórias, tentando prestar atenção nas dimensões comparativas de nossos temas e, de modo mais importante, nas conexões e entrelaçamentos que estão silenciosamente presentes em qualquer pesquisa histórica³⁴.

Por isso, a exposição da História global neste trabalho não quer esgotar e definir um método específico para trabalhar com essa perspectiva, mas colocar mais uma possibilidade de escrita da História³⁵. Não que ela seja totalmente nova, como Sebastian Conrad mostra há diferentes vertentes que escapam as fronteiras nacionais e possivelmente o eurocentrismo metodológico, como as histórias comparadas, entrecruzadas, transnacionais e outras³⁶. Mas para o historiador alemão a história global se diferencia um pouco dessas vertentes por possibilitar a identificação de processos históricos integrados. Seja entre indivíduos históricos em sistemas econômicos e jurídicos de longa duração, como também espaços – locais – com as dinâmicas do capitalismo, por exemplo, e, em diferentes escalas de observação³⁷.

Assim, para colocar essa abordagem em debate é importante elucidar que não se trata de excluir outras tendências historiográficas, haja vista, o que Serge Gruzinski diz é que “muitas foram as críticas formuladas em relação à natureza totalizante das chamadas ‘grandes narrativas’, tipicamente caracterizadas por uma qualquer forma de verdade transcendente ou universal”³⁸. Em outras palavras, com o retirar dessas grandes narrativas e focalizar nas abordagens em determinados locais sem suas possíveis integrações, pode-se gerar estudos historiográficos isolados, que ao máximo comparam nas esferas nacionais³⁹. E ao contrário, enfatiza-se a História Global para romper as fronteiras nacionais e conseqüentemente criticar o eurocentrismo que se carrega desde o século XIX⁴⁰.

34 VAN DER LINDEN, Marcel. The Promise and Challenges of Global Labor History. **International Labor and Working Class History**, v. 82, p. 57-76, 2012 apud LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**, v. 16, n. 31, p. 571-595, 2015.

35 Para uma introdução a História Global é interessante os trabalhos de Sebastian Conrad citado acima. Ver também: SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

36 CONRAD, Sebastian. op. cit., p. 37-62.

37 CONRAD, Sebastian. op. cit., p. 60-65.

38 GRUZINSKI, Serge. Até que ponto a história nos torna mais humanos? **Ler História**, n. 70, p. 185-197, 2017.

39 Portanto, o problema não é a História Local em si, mas o perigo de tornar o estudo ilhado.

40 CONRAD, Sebastian. op. cit. p.6-10.



Assim, recentemente, o historiador Henrique Espada Lima, trabalhou com duas perspectivas históricas: a da micro-história e a História Global, para contar a vida de Augusto Mina um escravo em Desterro. Antes de serem conceitos excludentes, viu-se ser possível adentrar na vida do sujeito e do sistema que o insere:

Podemos começar com a longa história do trabalho escravo: Augusto foi transportado para a costa brasileira por rotas tradicionais de intercâmbio de bens e mercadorias que a conectava às distantes margens da África, Europa e além. (...) Ele foi ilegalmente transportado para o Brasil, onde tratados internacionais e a lei local haviam tornado o comércio negreiro ilegal desde 1831. Capturado em 1850 em uma daquelas raras ocasiões em que aquela lei foi realmente colocada em prática, como resposta parcial à pressão britânica, Augusto foi colocado em uma nova categoria jurídica que foi criada pelas mesmas leis internacionais responsáveis pela abolição do tráfico no longo prazo (...) Augusto estava envolvido na infraestrutura das conexões mercantis entre a costa brasileira e o resto do mundo (...) Se Augusto estava consciente da natureza das suas relações com os outros, tanto as solidariedades quanto as hierarquias, então ele também entendeu as possibilidades de mobilidade social e reconhecimento abertas a homens como ele. A despeito da sua reputação, provavelmente acurada, de ser muito cioso do seu dinheiro e pouco afeito a gastos, ele certamente prestava uma atenção considerável na sua autoapresentação, e em seus raros momentos de lazer ou de apresentação pública fora do trabalho, podemos facilmente imaginá-lo vestindo seu costume preto, com sapatos, gravata de cetim e outros itens finos encontrados entre os pertences avaliados em seu inventário⁴¹.

Visto isso, o autor consegue trabalhar com a “agência” de Mina no seu espaço de relações, explicita-se sua vida material e social, seu espaço de trabalho, o seu inventário etc. na escala da micro-história. E, além disso, soube relacionar as estruturas do sistema da escravidão, envolvendo os limites e acessos de sua personagem, ou seja, num nível de integração da História de Augusto Mina com o sistema estrutural da escravidão, conseguiu-se sair do Baú de Mina até suas conexões além-mar.

Esse caminho que se abre para a História com a abordagem da História Global, também como processo, está imbricado a complexas escalas de integrações cuja sua explicação deve considerar como horizonte a História desse mundo conectado. E, portanto, pensar a História de SC, nesse caso mais especificamente a escravidão nela como parte integral do todo, é antes de mais nada retirar esse rótulo de não pertencimento a História “maior”.

Como expoente em muitos trabalhos sobre a escravidão em SC, a historiadora Beatriz Galloti Mamigonian (2006), de diferentes formas, mostra desde as distintas etnias africanas que

41 LIMA, Henrique Espada. op. cit, p.585-589.

chegaram a Desterro e seus conflitos entre si, e o processo de mestiçagem nesses embates culturais e sociais as conexões possíveis de Desterro com outras partes do globo. O fluxo econômico de Desterro e sua efetiva participação nas compras de escravo, também do tráfico, seja diretamente ou indiretamente, faz-se clara a sua ligação a instituição escravista⁴². Sendo assim, com esse e os outros caminhos apontados acima, torna-se perceptível o quão possível é escrever efetivamente a História de Desterro e adjacência numa perspectiva da História Global. Não somente como coadjuvante nessa temática, por suas especificidades, mas como integrada a uma longa duração da instituição escravagista.

Referências

BARTHOLOMAY, Fernando Filho. **A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)**. 2014. 145f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Editora Laudes, 1970.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro: memória**. Editora Lunardelli, 1979.

CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2016.

DA SILVA, Janaina Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição**. 57f. Dissertação (em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (org.). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis (SC): Ed. Letras Contemporâneas, 2010, p. 44-59.

DE BIVAR MARQUESE, Rafael. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 169, p.223-253, 2013.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. **Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos (1871)**. 2016. 251f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Univ. of California Press, 1986.

GRUZINSKI, Serge. A Amazônia e as origens da globalização (sécs. XVI-XVIII): Da história local à história global. Belém: **Estudos Amazônicos**, 2014.

42 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. **Nas rotas do Império**. Vitória: EDUFES, 2006, p. 609-643.



GRUZINSKI, Serge. Até que ponto a história nos torna mais humanos? **Ler História**, n. 70, p. 185-197, 2017.

HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global. **História, Histórias**, v. 1, n. 1, p. 164-179, 2013.

IANNI, Octavio; CARDOSO, Fernando Henrique. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi**, v. 16, n. 31, p. 571-595, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)* In: FRAGOSO, João et. al. **Nas rotas do Império**. Vitória: EDUFES, 2006, p. 609-643.

PEDRO, Joana Maria. Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. In: LEITE, Ilka B et al. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo. Resenha Universitária. 1975.

PIAZZA, Walter Fernando. **A escravidão negra numa província periférica**. Garapuvu, 1999.

REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. **Revista Brasileira de Educação**, V. 15, N. 45 (set./dez. 2010). p. 434-444.

SILVA, Jaime José dos Santos. **Memórias do cacumbi: cultura afro-brasileira em Santa Catarina, século XIX e XX**. 2015. 197f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Mundos do trabalho**, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. **História Crítica**, 2009.



WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, v. 3, n. 1, p. 52-61, 2010.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme-SC: 1800-1860**. 2011. 142f. Dissertação (em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Recebido em 06 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 17 de dezembro de 2018.



We know you won't like it, but who cares?': impressões da cena de rock underground na Grande Florianópolis (1992-1999)

We know you won't like it, but who cares?': impressions of the underground rock scene in Florianópolis metropolitan area (1992-1999)

Gustavo Steinmacher

steinmacherg@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este trabalho, entendido como um exercício de análise que mistura pesquisa musical e pesquisa histórica, busca descrever alguns elementos que formaram a cena de *rock* alternativo da Grande Florianópolis na década de 1990. A partir da análise da coleção de fitas-demo das bandas Euthanasia, Loveless Compound, Back Woods, Gutta Percha e Victoria X, além do site da Feedback Club, são revelados, por um lado, as estéticas globais que influenciam suas sonoridades, e por outro, as relações dessas bandas na cena local entre elas mesmas e entre elas e bandas de outras cenas brasileiras.

Palavras-chave: História e Música; cena musical *underground*; década de 1990; Grande Florianópolis.

Abstract: This work, understood as an analysis exercise that blends musical and historical research, aims to describe some elements of the alternative rock music scene in Florianópolis metropolitan area during the 1990s. Through the analysis of the collection of demo-tapes of the bands Euthanasia, Loveless Compound, Back Woods, Gutta Percha and Victoria X, and also the Feedback Club website, it is revealed, on the one hand, the global aesthetics that influence their sounds, and on the other hand, their relations in the local scene between themselves and between them and bands from other brazilian scenes.

Keywords: History and Music; underground music scene; 1990s; Florianópolis metropolitan area.

Introdução

Brasil, década de 90. Após duas décadas de ditadura militar, o processo de democratização do país abria espaços e possibilidades que eram impedidos pelo fechamento político e pela censura. Velhas vozes, antes reprimidas, passaram a alcançar novos espaços, novos ouvidos. Na política, isso representou-se na defesa da organização partidária e sindical e na primeira eleição direta da nova democracia. No plano cultural, essa descentralização expressou-se evidentemente na profusão de novas formas artísticas, possibilitadas pelo fim da censura estatal e pelas novas técnicas de circulação e produção de arte.

1 “Sabemos que você não vai gostar, mas quem liga?” (tradução minha), título da primeira fita-demo do Euthanasia, de 1993.



O cenário musical, tradicionalmente reprimido e controlado pelo Estado e pelas mídias hegemônicas, vivia na redemocratização² novidades técnicas e estéticas. Mídias como a fita K7 e o CD-ROM permitiam a produção e reprodução de música de forma caseira, reduzindo os custos. Além disso, a abertura tornou mais acessível a importação de equipamentos, discos, revistas, etc. Outro avanço importante foi a expansão dos canais alternativos de comunicação ligados a música, como fanzines (formato produzido no Brasil pelo menos desde 1965³), *sites* (em uma internet ainda incipiente no país), e mesmo em um meio tão tradicional como a televisão, com a difusão dos videoclipes (inicialmente no programa “Fantástico”, da TV Globo) e a criação da MTV Brasil, em 1990⁴.

Esse contexto possibilitou que toda uma camada de artistas – subterrânea, *underground* – emergisse em novas redes de cultura, através de circuitos de shows e festivais e na forma de fanzines e fitas-demo⁵. No Brasil, pode-se dizer que esse processo teve início com o movimento *punk*⁶, já no fim dos anos 70: em 1977 foi lançada a coletânea “Revista Pop apresenta o *punk*

2 Entendido aqui como um período de transição entre a ditadura militar e a democracia liberal dos anos 1990, abrangendo assim desde o interior da própria ditadura (governo Figueiredo) até o fim dos anos 90. Isso é relevante neste trabalho pelas implicações dos fenômenos culturais do período para a definição de meu objeto de pesquisa. O movimento *punk*, por exemplo, data do fim dos anos 70 (a banda Restos de Nada, considerado a primeira de *punk rock* nestas terras, formou-se em 1978, e os primeiros compactos do gênero foram publicados por aqui já em 1977), enquanto o CD-ROM foi desenvolvido apenas em 1985 e a internet só passou a ser comercializada no Brasil em 1996.

3 Ao passo que o termo “fanzine” (*fanatic + magazine*, literalmente “revista de fã”) foi criado em 1941 e acabou servindo para designar toda publicação caseira, e a primeira produção desse tipo no Brasil tenha sido a revista de ficção científica feita em 1965 por Edson Rontani, o formato fanzine definiu-se mais propriamente por sua estética nos anos 1970, com as produções *do-it-yourself* no contexto do movimento *punk*. Para ler mais: NEGRI, Ana Camilla. Quarenta anos de fanzine no Brasil: o pioneirismo de Edson Rontani. In: **NP–Histórias em Quadrinhos (V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom), XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, setembro de 2005.

4 NEUMANN, Ricardo. **A cena musical alternativa norte-nordeste catarinense entre 1990 e 2010: das ruas aos espaços virtuais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, pp. 131-132.

5 Segundo Ricardo Neumann: “Fita demo é uma gravação musical demonstrativa amadora, feita em estúdio ou não, sem vínculo com gravadoras, para estudos musicais, ou primeiras propostas do que futuramente pode vir a ser um álbum de música. As fitas demo (ou apenas demos) são usadas como um portfólio para as bandas. O material é apresentado para as gravadoras, para um futuro contrato. Caso possa surgir um contrato de gravação e venda, as músicas podem ser sujeitas a modificações, pelos músicos e produtores do álbum.” In: NEUMANN, *ibid*, p. 175.

6 Movimento cultural surgido em meados dos anos 70 em resposta ao estado do rock *mainstream* na época, que valorizava a virtuosidade dos instrumentistas e a erudição das composições, com bandas como Yes e Genesis que, em termos de subgênero musical, configuravam o rock progressivo. Esse tipo de arte limitava a experiência musical ao acesso a equipamentos (sintetizadores, mesas de som, estúdios, etc) e ao conhecimento musical formal (harmonia, teoria, etc), e é nesse ponto que se localiza a oposição do *punk*. Através de uma filosofia de criação baseada na autonomia (*do-it-yourself*: faça você mesmo) e de uma estética simples, agressiva e suja (músicas com três acordes e sem solos instrumentais, vocais gritados e ríspidos, guitarras distorcidas, cabelos arrepiados, *piercings* de alfinete, colares de cadeado, roupas rasgadas, etc) o *punk rock* definiu-se como importante marco na história da música popular, redefinindo os critérios da criação musical a partir de então. sobretudo a partir dos importantes álbuns lançados em 1977 (as estreias dos Ramones, do Sex Pistols e do The Clash, tríade clássica do movimento, mas também os primeiros discos do The Damned, The Buzzcocks, Wire, entre vários outros). Para ler

rock”, primeiro registro do gênero no Brasil, trazendo bandas fundamentais do movimento, como Ramones e Sex Pistols. Em 1982 saiu o primeiro LP de *punk rock* brasileiro, o *Grito Suburbano*, compilando canções das bandas paulistas Olho Seco, Inocentes e Cólera. Sendo assim, o *punk* consolidou-se, em meio ao conservadorismo do regime militar, como a forma ideal para os jovens manifestarem seu repúdio à ordem dominante, através de letras de rebeldia e uma estética marcada pela simplicidade e pela agressividade. Assim, surgiram cenas de *punk rock* em diversas partes do Brasil⁷, cada qual com suas particularidades – tanto do *punk* nacional em relação ao internacional, quanto entre as cenas regionais.

A partir do terreno preparado pelo *punk*, no decorrer dos anos 80, surgiu o que Will Straw define como *rock* alternativo, um processo de apropriação e diversificação das formas estabelecidas pelo *punk*, além de uma simplificação da estética visual (muito marcada no *punk*, com seus moicanos e ganguismos). Segundo Ricardo Neumann:

O *rock* alternativo é caudatário do *punk*, tem características de organização parecidas, inspiradas no conceito de *do it yourself* ou faça você mesmo, que consiste no trabalho independente, onde as bandas se organizam por conta própria, sem o apoio de gravadoras, muitas vezes com trabalho voluntário. No entanto, as cenas alternativas ao contrário do *punk* tem uma gama maior de possibilidades sonoras como o *hardcore*, *hardcore* melódico, *guitar*, *skacore*, *metalcore*, além de terem características locais fortíssimas⁸.

Isso se mostrou no Brasil com bastante força. Por um lado, houve um volume massivo de experimentações com hibridismos na música independente brasileira, produzidos especialmente através da mistura de ritmos regionais com os gêneros da música internacional, especialmente os ligados às cenas *underground* (não só de *rock*). Em Pernambuco, como o exemplo mais marcante desse processo, floresceu o *manguebeat* – de bandas como Chico Science & Nação Zumbi, Mundo Livre S/A e Mestre Ambrósio – misturando ritmos como maracatu, ciranda, côco e embolada com *hip hop*, *rock*, *funk*, *dub* e música eletrônica. Já em Santa Catarina, esse processo de hibridização local/global se expressou com mais evidência em algumas das bandas do chamado “mané beat”, um “movimento musical articulado em

mais sobre o tema, recomendo: MCNEIL, Legs; MCCAIN, Gillian. **Mate-me por favor:** A história sem censura do punk. L&PM, 2014.

⁷Além das bandas paulistas, pode-se citar a cena gaúcha (com bandas como Cascavelettes e Replicantes) e brasiliense (com Plebe Rude e Aborto Elétrico) como relevantes para o contexto nacional. Sobre o movimento *punk* no Brasil, vale assistir ao seguinte documentário: MOREIRA, Gastão. **Botinada:** a origem do punk no Brasil. DVD (75 min). St2, 2001.

⁸ NEUMANN, *ibid.*, p. 47.

Florianópolis por sete bandas locais entre os anos de 1997 e 2000”⁹ que propunha a valorização estética dos elementos ligados à “tradição açoriana” e à vida na Ilha, misturando ritmos como o boi-de-mamão e a capoeira com *rock*, *reggae* e *funk*, entre outros¹⁰. Algumas das bandas ligadas a esse movimento, como Dazaranha, Iriê e John Bala Jones, estão hoje entre os grupos catarinenses mais reconhecidos nacionalmente. Isso se deu em partes graças ao apoio que a proposta do movimento recebeu de meios mais tradicionais de comunicação – o *mainstream*, em oposição ao *underground* – com apoio de grupos como RBS¹¹ e Warner¹².

Dessa maneira, considerando o relativo sucesso das bandas desse movimento, a cena do mané beat acaba sendo um alvo primário das produções sobre a história da música de Santa Catarina nos anos 90, sejam elas científicas – como as teses de Rodrigo de Souza Mota e Kátia Maheirie¹³ e as dissertações de Marco Antônio Ferreira de Souza¹⁴ e Guilherme Gustavo Simões de Castro¹⁵ – ou não – como os documentários “Sete mares numa ilha” (1999), de Kátia Maheirie e André Gassen, “Caldo de peixe com música” (2013), de Caio Figueiredo, e “Soul da caixa d’água” (2017), de Marcelo Mancha.

A intenção deste trabalho, todavia, é traçar alguns apontamentos iniciais para a descrição de uma cena *underground* de *rock* na região de Florianópolis que não parta daquilo que se tornou *mainstream* para compreender retroativamente suas origens na cena alternativa. Ao contrário, decidi limitar meu objeto de pesquisa a bandas que não chegaram ao mesmo

9 MAHEIRIE apud MOTA, Rodrigo de Souza. **Mané Beat** – Coletividade e identidade musicais em Florianópolis (1994-2016). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p. 16; Esta tese de Mota, citada aqui em diversas ocasiões, ainda não foi publicada na página do PPGH-UFSC, porém tive acesso a ela através da professora Dra. Roselane Neckel, membra da banca examinadora, logo após ter sido feita a leitura e avaliação pelos professores envolvidos no processo de doutoramento do autor, e por isso a agradeço.
10 MOTA, *ibid*, p. 20.

11 Rede Brasil Sul, principal rede midiática de Santa Catarina, dona de 12 emissoras da TV Globo, da Rádio Atlântida (organizadora do festival Planeta Atlântida) e de jornais de grande circulação como o Diário Catarinense e A Notícia. O selo musical da rede, RBS Discos, lançou o primeiro álbum do Dazaranha e da John Bala Jones.

12 A Warner Music Group, que lançou o quarto álbum da banda de *reggae* Iriê em 2007, foi em 2017 o terceiro maior selo musical dos EUA (que é, por sua vez, o maior mercado fonográfico do mundo), conforme o seguinte relatório de mercado: BuzzAngle Music. **2017 U.S. Music Industry Report: a report on 2017 U.S music industry consumption**. 2018. Disponível em: <http://www.buzzanglemusic.com/wp-content/uploads/BuzzAngle-Music-2017-US-Report.pdf>.

13 MAHEIRIE, Kátia. **Sete mares numa ilha: a mediação do trabalho acústico na construção da identidade coletiva**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

14 SOUZA, Marco Antônio Ferreira de. **Entre a cantoria e a nossa barulheira: Florianópolis nas canções do grupo Engenho e da banda Dazaranha (1980-2004)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

15 CASTRO, Guilherme Gustavo Simões de. **A BANDA DAZARANHA: circuito musical e espaço cultural de Florianópolis na década de 90**. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.



sucesso comercial – tanto que apenas uma delas continua na ativa: a Euthanasia, hoje chamada Eutha – mas cujos vestígios, disponíveis *online*, lançam luz sobre esse processo.

Minha fonte central foi o conjunto de nove fitas-demo lançadas por cinco bandas diferentes – todas de Florianópolis, exceto a Euthanasia, de São José. Além dessas, trato também da banda Feedback Club, porém usando não diretamente suas fitas, mas seu *site*. Selecionei as fitas buscando por elementos sonoros, gráficos e/ou textuais que, formando uma rede de referências, me permitissem perceber dois aspectos: por um lado, desvendar influências estéticas globais; por outro, mapear as relações entre as bandas da cena local.

Tabela – Fitas-demo analisadas.

Banda	Nome da fita-demo	Gravadora	Data
Back Woods	<i>Save our Souls</i>	Proaudio	Jan. 1996
Euthanasia	<i>We know you won't like it, but who cares?</i>	Encantarte	Jul. 1993
	<i>Pensei que fosse Deus</i>	Master Sound	1995
	<i>Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar</i>	Prolapse	1997
Gutta Percha	<i>Advanced Fuckin Tape</i>	Prolapse	1997
	<i>Mimusops Balata Gaertner</i>	Verso Livre	Jan. 1993
	<i>DISCO+nnnection</i>	Master Sound	Mai. 1995
Loveless Compound	<i>Loveless Compound</i>	Estúdio C	Jun. 1994
Victoria X	<i>Going to the Park</i>	Master Sound	Ago. 1994

Fonte: Os dados foram retirados dos encartes das fitas e organizados por mim na tabela.

É possível agrupá-las em 3 categorias que representam as sonoridades propostas: bandas de metal (Back Woods e Euthanasia), de *hardcore* (Victoria X e Loveless Compound) e *guitar* (Gutta Percha e Feedback Club), sendo esse último o termo utilizado no Brasil à época para categorizar bandas que no mercado internacional passavam a ser chamadas de *indie rock* (abrangendo bandas com sonoridades distintas entre si, como Sonic Youth, Pavement, Blur e The Jesus And Mary Chain, por exemplo).

É interessante também notar os períodos de existência dos grupos. A Euthanasia, sendo a única dessas bandas que ainda está em atividade, coexistiu com todas as outras citadas. As bandas Victoria X e Gutta Percha coexistiram na primeira metade do período, com registros de 1993 a 1995, e em 1997 dois membros (Beto, da primeira, e André, da segunda) formaram a Feedback Club, que existiu pelo menos até 1999, data de sua última fita. Já a Back Woods só

possui um registro a meu alcance, limitado ao ano de 1996, já no meio do processo analisado. Quanto à Loveless Compound, também fez parte do início do processo (sendo formada por membros de uma banda *punk* do fim dos anos 1980, chamada Sobreviventes do Aborto), lançando sua primeira demo em 1994. Apesar de ser meu único contato fonográfico com o grupo, existe uma segunda fita que até o momento não foi compartilhada na internet, sugerindo assim uma sobrevida à banda que não é possível desvendar apenas pela primeira demo.

Além disso, evidencio as limitações impostas a este trabalho, primeiramente em relação ao acervo consultado. O fato de existirem tantas relações entre as bandas aqui tratadas, conforme demonstrarei mais à frente, não indica exatamente uma coesão total da cena no recorte espaço-temporal selecionado. Isso se dá, a meu ver, pelo fato de eu ter retirado todas as fontes de um único acervo, constituído a partir da própria vivência do colecionador – Edson Luís de Souza – no interior de determinadas cenas da região. Assim, o acervo diz mais respeito à experiência musical de Souza, envolvendo as bandas com as quais este teve contato o suficiente para receber as fitas-demo, do que à cena florianopolitana como um todo. Isso explicita-se, por exemplo, na ausência completa de mulheres nas gravações analisadas¹⁶. Há também uma relativa proximidade entre as sonoridades das bandas (que, apesar de identificarem-se com rótulos distintos, estão todas sob o guarda-chuva do *rock*), que justificam-se pela mesma razão de personalidade do acervo, apesar de corresponderem a tendências estilísticas bem mais amplas, relativas à circulação desses gêneros por circuitos de alcance massivo como as rádios e os canais de televisão.

História e barulho – Considerações sobre o método

Antes de partir para a análise das fontes, tratarei de me localizar, enquanto sujeito inserido em um lugar social¹⁷, em um contexto específico de pesquisa e produção historiográfica. Sendo músico antes de ser historiador, sempre me interessei pelo conhecimento a respeito dessa

16 Nas fitas da Feedback Club há a participação de Sabrina, da banda Sleepwalkers, mas estas não foram analisadas por mim quanto fontes sonoras.

17 Segundo conceito de Michel de Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.”. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 55-56.

arte, e a formação em História fez com que eu atentasse às relações entre pesquisa histórica e pesquisa musical e às possibilidades analíticas que esses dois campos lançam um sobre o outro.

A pesquisa que resultou neste ensaio foi, portanto, um exercício de união dessas duas perspectivas em uma perspectiva histórico-musical¹⁸. A temática partiu, portanto, de pesquisas informais sobre bandas *underground* em geral (sem recorte, uma investigação com fins puramente estéticos), através das quais cheguei a conhecer os diversos *blogs*¹⁹ administrados por Edson Luis de Souza²⁰, um colecionador jaraguense que digitaliza e disponibiliza para *download* e audição online (via YouTube) sua coleção de aproximadamente 900 fitas-demo. Todavia, o *blog* que me chamou mais a atenção e de cujo acervo coletei a totalidade das fontes fonográficas deste trabalho é o “Demo-tapes Brasil”²¹, dedicado exclusivamente ao compartilhamento de fitas-demo de bandas brasileiras, incluindo não apenas o áudio (tratado digitalmente por Souza) mas também encartes e informações sobre a produção das fitas.

18 Cabe aqui deixar evidente o que entendo por uma perspectiva histórico-musical e como isso aplica-se a meu trabalho enquanto método. Para tanto, recorro à descrição do Dr. Paulo Castagna das múltiplas vertentes metodológicas da musicologia. Me localizo, a meu ver, dentro da tradição da “nova musicologia”, iniciada nos anos 1970 como uma proposta de reflexão e interpretação crítica sobre as atividades e objetos tradicionais da disciplina. Essa virada tem aproximações com a “nova história”, proposta da mesma época com objetivos similares em relação à disciplina histórica. É justamente com a nova história que passam a ser apresentadas questões como as que me preocupam aqui: como recriar o cotidiano social que envolve a experiência musical através do reconhecimento dos indivíduos que a compõem? Mais que isso, como utilizar a musicologia como ferramenta na operação historiográfica? Tal cruzamento de conhecimentos das ciências humanas com aqueles próprios aos estudos musicais deve ser observado com precisão, para compreender até onde podem ir as contribuições de cada área para a análise da fonte e em que elementos cada uma sobressai em importância. Segundo as categorias de Castagna, baseada por sua vez na de Vincent Duckles, acredito que meu método mescla elementos da investigação histórica com a pesquisa arquivística (ao considerar o arquivo musical em suas particularidades em relação às coleções ou mesmo arquivos de naturezas distintas, à qual se somam algumas reflexões na recente área de Estudos do Som, particularmente às de Jonathan Sterne em relação ao formato mp3), das práticas performáticas (tratada como “interpretativas” por Castagna para tratar das formas de execução das obras, porém o termo original “*performing practices*” me serve melhor pois acredito que abranja mais elementos da experiência musical que envolvem relações sociais, não só estéticas, como a dimensão gráfica e a circulação das fitas-demo) e da crítica estética (reconhecer os elementos estéticos das gravações e compreendê-los perante o lugar social de sua produção e circulação, o estado das formas musicais no contexto estudado, a relação dos indivíduos deste com a música e os sons em geral, etc). Por fim, acredito que minha pesquisa aproxima-se da etnomusicologia em meus usos das ciências sociais, porém rejeito a necessidade de distanciamento em relação a meu objeto, mantendo-me como observador participante (com a distância sendo aquela do historiador, o tempo, não as do etnólogo tradicional) e interessado pela reaproximação da etnomusicologia e da musicologia, por muito tempo tidas como disciplinas estritamente separadas (a primeira trataria da “música na cultura”, enquanto a segunda ficaria com o fenômeno musical isolado de suas variáveis sociais e históricas). Para mais informações sobre as relações metodológicas entre musicologia e história, ver: CASTAGNA, Paulo. A musicologia enquanto método científico. **Revista do Conservatório de Música**, v. 1, p. 7-31, 2008.

19Entre eles estão o “Joinroll” (dedicado à cena musical de Joinville), o “Histórico-Curupira” (com material relativo ao Curupira Rock Club, em Guarimirim, polo do rock alternativo em SC) e o “Disco Furado” (com LPs e CDs completos de bandas do underground brasileiro).

20Segundo Ricardo Neumann, “Edson Luis de Souza participou da banda Camisa de Força e The Power of the Bira, foi também organizador de shows no Curupira [Rock Club] e dono da loja Abrigo Nuclear. Hoje toca na banda Os Fritz da Puta e trabalha com manutenção industrial.”. In: NEUMANN, *ibid.*, pg. 50.

21Blog Demo-Tapes Brasil. Disponível em: <http://demo-tapes-brasil.blogspot.com>. Acesso em 30 jun. 2018.



Já em termos historiográficos, este trabalho foi inspirado fortemente por duas produções bastante recentes que ajudaram a traçar algumas linhas na narrativa – ainda incipiente – da história musical de Santa Catarina. O primeiro é a tese de doutoramento do professor Rodrigo de Souza Mota chamada “Mané Beat – coletividade e identidade musicais em Florianópolis (1994-2016)”, produzida no programa de pós-graduação em História da UFSC e entregue à banca em 2018. Essa é a produção mais profunda sobre seu tema até agora, oferecendo uma discussão muito rica sobre aspectos identitários relativos às cenas musicais locais nesse período de hibridismos regionais da música popular no Brasil, e ajudando a construir uma percepção de Florianópolis em tal contexto.

A outra pesquisa referida é a tese doutoral de Ricardo Neumann, defendida no mesmo programa de pós-graduação que Mota em fevereiro de 2017, intitulada *A cena musical alternativa norte-nordeste catarinense entre 1990 e 2010: das ruas aos espaços virtuais*. O trabalho de Neumann também me foi importante por tratar do mesmo fenômeno cultural que tratarei aqui, com a diferença no recorte sendo apenas geográfica. Trazendo debates sobre a definição de ideias como a “cena musical alternativa” dos anos 90 e aplicando-as sobre a realidade do norte-nordeste catarinense, esta tese é outra boa peça da narrativa na qual procuro inserir minha análise.

Por fim, os dois aspectos que decidi ressaltar na análise – as influências estéticas globais das bandas e as relações entre estas na cena local – justificam-se por serem, a meu ver, dois bons exemplos da dinâmica entre local e global que é essencial ao conceito de “cena” conforme proposto por Will Straw. Segundo Straw:

(...) “cena” descreve unidades de escalas e níveis de abstração altamente variáveis. “Cena” é usado para circunscrever grupos de atividades bastante locais e para dar unidade a práticas dispersas pelo mundo. Funciona para designar socialização em carne e osso e como um sinônimo preguiçoso para comunidades virtuais globais baseadas em gosto comum. (Tradução minha)²².

Todavia, distancio-me de Straw (e Neumann, que compartilha a ideia) no uso do conceito “alternativo”, usado para referir-se tanto à cena (dimensão social) quanto às sonoridades (dimensão estética, usada como subgênero do *rock*). Associado a esse, e limitando-

22 “Here, as elsewhere, ‘scene’ will describe unities of highly variable scale and levels of abstraction. ‘Scene’ is used to circumscribe highly local clusters of activity and to give unity to practices dispersed throughout the world. It functions to designate face-to-face sociability and as a lazy synonym for globalized virtual communities of taste.”. In: STRAW, Will. Scene and sensibilities. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, ago. 2006, p. 6.

o, proponho a utilização de outro termo: *underground*. Ao passo que “rock alternativo” veio a ser utilizado como categoria mercadológica abrangendo as múltiplas possibilidades sonoras que surgiram a partir do movimento *punk* – sendo, assim, uma categoria estilística ampla que funciona em uma análise como esta, por não deter-se a subgêneros – *underground* não descreve as sonoridades. Todavia, a antinomia *mainstream/underground* revela dinâmicas das cenas como fenômenos sociais e históricos que “alternativo” não alcança, a meu ver. Isso por se tratarem de duas estratégias distintas de consumo de música, com configurações midiáticas e formas valorativas particulares, que transcendem as categorias de gênero musical²³. Enquanto o *mainstream* representa uma forma de produção eficiente e de amplo consumo que acaba por determinar o padrão da indústria, o *underground* constrói-se a partir da negação desse outro. Essa separação parte deste em relação àquele. Logo, ambos os conceitos são internos ao *underground*. Além disso, o fato de o *mainstream* se mostrar permeável às sonoridades do *underground*, que *a priori* o rejeitam, demonstra o dinamismo não apenas das relações de produção e consumo de música, em que certas características antes rejeitadas passam a se tornar aceitáveis para o “grande público” à medida que vão se mostrando viáveis à indústria fonográfica massiva, mas também das relações da sociedade com o audível, ou seja, de nosso regime de escuta hegemônico.

Sonoridades caiçaras – a estética do *underground*

Como já dito, a sonoridade do *rock* alternativo segundo a definição de Straw não possui uma unidade e é, pelo contrário, definida pela sua própria diversidade. A análise das fitas-demo escolhidas revela essa diversidade em suas diversas camadas (textual, gráfica e sonora), conforme a proposta de Marcos Napolitano²⁴ para uma metodologia de análise fonográfica que abranja todos os aspectos envolvidos (performáticos, líricos, visuais, estruturais, etc). Acredito que esse tipo de análise destrinche as fontes para uma melhor confrontação com a teoria, revelando aspectos de diferentes naturezas que se cruzam no interior do objeto e que explicitam a multiplicidade das experiências musicais em suas dimensões estéticas e sociais. São esses

23 JANOTTI JUNIOR, Jeder; CARDOSO FILHO, Jorge. A música popular massiva, o mainstream e o underground: trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. **Comunicação & música popular massiva**. Salvador: Edufba, p. 11-23, 2006.

24 NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.



dois caracteres de minhas fontes que busco demonstrar neste texto, e é pelo primeiro que começarei.

No encarte da demo *Save our Souls* o trio Back Woods afirma que “a melhor definição do seu som é o *crossover*. São influenciados por Crowbar²⁵, Kyuss²⁶ e Helmet²⁷”. Dessa maneira, o grupo identificava-se com vertentes mais pesadas do *rock* alternativo dos anos 90, tanto se definindo enquanto uma banda de *crossover*²⁸, quanto admitindo a influência de três bandas estadunidenses ligadas a novas formas de *heavy metal* baseadas em afinações graves, andamentos mais lentos e pesados e guitarras com pedal de *fuzz*²⁹, identificada hoje com rótulos como *stoner rock*, *doom metal* e *sludge metal*.

Também seguindo a linha mais pesada da cena, nas fitas do Euthanasia (atual Eutha), banda que mistura *hardcore*, metal e *rap*, uma das influências diretas pode ser vista no verso do encarte da segunda demo, “Pensei que fosse Deus (1995)”, uma fotografia na qual um dos membros aparece com um boné do Biohazard, banda novaiorquina que fazia sucesso na época com a mesma mistura de ritmos. Tratando de elementos sonoros, a faixa instrumental “Haxixe”, que fecha a terceira demo da banda (Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar, de 1997), é um ótimo exemplo do hibridismo de que venho falando: intercala sessões de guitarra limpa e palhetadas de *funk* com interlúdios pesados e distorcidos, tudo isso por fim sendo acompanhado por um berimbau que encerra a fita. No *release* jornalístico anexado à primeira fita do Euthanasia, *We Know You Won't Like It, But Who Cares?*, no texto que inicia perguntando “Isso é MPB?”, a banda afirmava tocar “sem a intenção de proteger ou agradar alguém” e sem “manipular ou influenciar ninguém, e sim, tentando estimular a formação de consciência”. A banda ostentava com orgulho a agressividade do seu som, utilizando nas capas de duas fitas³⁰ o clássico selo “*Parental Advisory*”, que alerta sobre conteúdo explícito das letras nas capas de discos nos Estados Unidos e no Reino Unido, e identificando-se através de termos como “escangalhacoreband”³¹, “guitarras ensurdecadoras” e “guitarras liquidificadoras”.

Figuras 1 e 2 – Capas da Euthanasia com o selo “Parental Advisory”

25 Banda de Nova Orleans formada em 1990 e ainda em atividade.

26 Banda californiana formada em 1987 e terminada em 1996. Seus membros formaram bandas como Queens of the Stone Age e Fu Manchu.

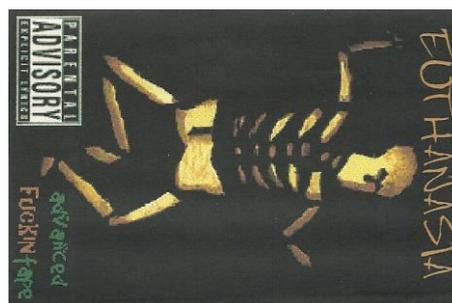
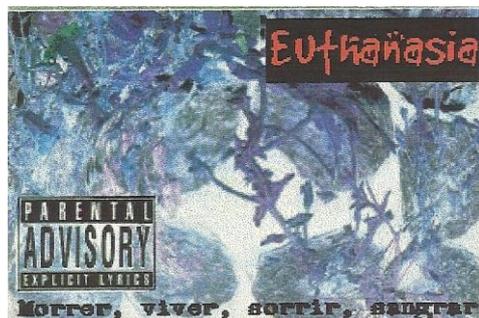
27 Banda de Nova York formada em 1989 e ainda em atividade.

28 Gênero de música extrema baseado na fusão entre elementos do *hardcore punk* com os vários subgêneros de metal. Originalmente surge da cena de *thrash metal*, com bandas como D.R.I. e Suicidal Tendencies. No Brasil, a banda de maior expressão no gênero é o Ratos de Porão.

29 Efeito modificador de áudio, tipo de distorção muito suja e densa.

30 *Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar* (1997) e *Advanced Fuckin Tape* (1997)

31 *Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar* (1997)



Fonte: Capa das fitas de 1997, *Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar* e *Advanced Fuckin Tape*, ambas acompanham os arquivos mp3 disponibilizados por Edson Luís de Souza.

O som da banda Loveless Compound está descrita no *release* de sua demo homônima, de 1994, como a fusão de “doces melodias com guitarras distorcidas” que “nos transporta para o mais ébrio campo nublado” no qual “sentimentos, sonhos e prazeres perdidos ecoam em seu mundo lírico”. Ao ouvir a demo, pode-se identificar sonoridades próximas às bandas mais obscuras do pós-*punk* britânico, como Bauhaus e Joy Division, e de partes da cena independente (ou *indie*) que seguem essa linha, em gêneros como o *emo* e o *shoegaze*. Esse último, inclusive, tem como álbum-símbolo o disco *Loveless* (1991), da banda irlandesa My Bloody Valentine, definidor em grande medida da estética do gênero e possivelmente referenciado no nome da banda florianopolitana.

Na única fita do Victoria X, *Going to the Park*, a sonoridade noventista fortemente baseada em guitarras – presente em bandas como Sonic Youth e Pixies – é citada no encarte ao agradecerem às “*guitar bands* de Floripa”. Essa influência apareceu também na identidade do trio *indie* Feedback Club. No seu *site*, admite-se a influência de “Pixies, Sonic Youth, Blur, Smashing Pumpkins, Beck, Superchunk, Pavement, etc”³².

É interessante notar, de maneira mais geral, como a maioria dessas bandas cantavam em inglês – exceto a Euthanasia, na qual a mensagem das letras importava mais à estética – mesmo sem domínio da língua, com vocais mais interessados nas sonoridades das palavras do que nos seus significados. No encarte da Back Woods, por exemplo, é explicitamente dito que “as letras são cantadas em inglês e não abordam tema algum”. Já em entrevista publicada no site do Feedback Club, o vocalista Gutta afirmou que “até hoje não existe uma música do feedback que tenha surgido em função da letra”, além de expressar uma percepção de que o uso do inglês

32 Release. **Feedback Club**. Disponível em: <http://www.oocities.org/feedclub/release.html>. Acesso em 30 jun. 2018.

seria importante para o sucesso: “nós gostaríamos bastante de nos dedicarmos a estudar inglês e assim aumentarmos as chances de realizarmos os sonhos do feedback”³³.

Figura 3 – Autodefinição da banda Back Woods.

BACK WOODS
BANDA FORMADA EM JANEIRO DE 1995.
A MELHOR DEFINIÇÃO DO SEU SOM É O
CROSSOVER. SÃO INFLUENCIADOS POR CROWBAR,
KYUSS E HELMET. AS LETRAS SÃO CANTADAS EM
INGLÊS E NÃO ABORDAM TEMA ALGUM.

Fonte: Verso do encarte da fita *Save Our Souls* (1996), que acompanha os arquivos mp3 disponibilizados por Edson Luís de Souza.

Assim, me parece que essa fração da cena da Grande Florianópolis concorda com a afirmação de Ricardo Neumann, em relação à mesma cena no norte-nordeste catarinense, de que:

foi a música acelerada e distorcida que impulsionou muitos dos participantes da cena em direção a cultura alternativa, e não as mensagens das letras das bandas ou questões de classe. A simplicidade de execução da maioria das músicas punk e alternativa, a forma espontânea de tocar, certamente influenciou muitos jovens da cena a querer fazer acontecer, a ser parte de algo, como explanou Moraes em entrevista no ano de 2014. Segundo o entrevistado, as mensagens, os discursos, eram vistos como parte de uma moda maior, que vinha junto com a música, o que demonstra como a importância do gosto pela musicalidade, da adesão a uma moda, era muito mais importante do que quaisquer questões políticas ou determinações de classe³⁴.

Redes de som – interações entre as bandas da cena

Quanto à dimensão social das experiências musicais, a sessão de agradecimentos é um espaço presente em vários encartes de fita-demo e que se faz bastante relevante para desvendar as conexões entre os diferentes atores da cena musical. Na fita *Save our Souls*, por exemplo, a banda Back Woods agradece “a toda a rapaziada de Floripa”, citando diretamente a Loveless Compound e a Euthanasia. Esta última, em *Pensei que fosse Deus*, agradece também à Loveless

33 Entrevistas. **Feedback Club**. Disponível em: <http://www.oocities.org/feedclub/entrevistas.html>. Acesso em 30 jun. 2018.

34 NEUMANN, *ibid.*, p. 108.

Compound e à Gutta Percha. Já na demo *DISCO+nnection* o grupo Gutta Percha agradece a “BETO and CAROLINA (victória x)”.

Essa última ligação, entre Gutta Percha e Victoria X, veio a consolidar-se quando em 1997 os vocalistas Beto (da Victoria X) e André/Gutta (da Gutta Percha), juntamente com a baixista Sabrina (da extinta banda Sleepwalkers), formaram a Feedback Club e gravaram três fitas-demo de forma caseira no mesmo ano, desenvolvendo suas influências de *indie rock*. A banda chegou a tocar no programa “Lado B” da MTV Brasil³⁵, possibilitado através da mediação do guitarrista Zé Antônio, fundador da banda paulista Pin Ups³⁶.

Sobre a relação com bandas de outras cenas, dentro ou fora do estado, as fitas analisadas revelam que havia circulação e contato entre bandas de locais distantes. Nos agradecimentos de *Pensei que fosse Deus* (1995), o Euthanasia agradece a bandas importantes do *underground* nacional como Gangrena Gasosa (RJ) e D.F.C. (Brasília). Anexa à fita do Loveless Compound, por outro lado, há alguns recortes de jornal que citam a banda ao lado de alguns outros nomes do *rock* alternativo brasileiro, sendo o principal deles Little Quail & The Mad Birds (de Brasília), com quem os florianopolitanos e a banda gaúcha Crushers tocaram no bar Estaleiro (“embaixo da Ponte Hercílio Luz”) em um show promovido pelo fanzine Futio Indispensável, principal divulgador da banda de Florianópolis. Em outros dois recortes há referências a dois shows no Berro Bar (“no trevo da UFSC para o Córrego Grande”), um com a curitibana Intruders e outro com a Fish Men, de Imbituba.

O único registro sonoro de interação entre as bandas da cena está na terceira faixa da fita “Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar”, da Euthanasia, chamada “Dias Piores Virão”, cujos primeiros segundos são a reprodução de um *sample*³⁷ inalterado do refrão de “*Unlucky Man*”, música da fita *DISCO+nnection* da Gutta Percha. Todavia, a canção “Qual é seu nome?”, presente na mesma demo, foi regravada pelo vocalista carioca BNegão em seu primeiro disco pós-Planet Hemp, chamado “Enxugando Gelo” (2003).

Ainda sobre o Euthanasia, o documentário (analisado por Mota) “Soul da caixa d’água”, de 2017, sobre a fase mais recente do Dazaranha (após a saída do vocalista Gazu), foi dirigido

35 Feedback Club - Happiness (Mtv Brasil - Lado B - 1999). **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNJCqRFOOLU>. Acesso em 30 jun. 2018.

36 Entrevistas. **Feedback Club**. Disponível em: <http://www.oocities.org/feedclub/entrevistas.html>. Acesso em 30 jun. 2018.

37 “Amostra” em inglês, termo referente ao uso de trechos de áudio recortados de suas fontes e utilizados em outras produções. É a base da produção de *hip hop* desde seus primórdios e até hoje traz à tona questões polêmicas relativos a políticas de direitos autorais e liberdade de expressão. Para maior aprofundamento no tema: SCHLOSS, Joseph G. **Making Beats: The art of sample-based hip-hop**. Middletown: Wesleyan University Press, 2014.

pelo jornalista Marcelo “Mancha” Rocha, vocalista da atual Eutha. Segundo o texto de lançamento do documentário escrito por Daniel Silva no site Rifferama, Mancha “é amigo dos membros do Daza e um profundo conhecedor da trajetória da banda”, além de revelar que “muita gente não sabe, mas o baterista [do Dazaranha] J.C. Basañez foi um dos fundadores da então Euthanásia”³⁸. Outro fato que liga as duas bandas é que a primeira demo da Euthanasia foi produzida por Gringo Starr, figura-chave do mané beat.

Por fim, vale notar que três das fitas analisadas (*Pensei que fosse Deus; DISCO+nnecton; Going to the Park*) foram gravadas no mesmo estúdio Master Sound, revelando um ponto nodal da cena alternativa no espaço da cidade.

Conclusão

As ferramentas que a musicologia, a etnomusicologia e as ciências sociais vêm dispendo, nas últimas décadas, são muito bem-vindas à historiografia preocupada com os fenômenos sonoros, da qual a história da música é apenas uma parte. Além dos teóricos citados no decorrer do texto, destaco ainda as contribuições de Andy Bennett na definição da categoria social de “cena musical”, e de pensadores dos Estudos do Som (*sound studies*) como Emily Thompson e Murray Schafer, que me fizeram atentar às relações das sociedades com os sons, para além daquelas com a música.

Assim, finalizo minhas reflexões reforçando que, apesar da amplitude bastante limitada do escopo deste trabalho, espero que este possa ser mais uma peça na construção da narrativa multifacetada de nossa história musical. Ao passo que reconheço este artigo como um mapeamento descritivo de algumas das bandas do *underground* florianopolitano e suas produções fonográficas, é evidente que tais fontes (e outras que a circundam) merecem uma interpretação mais extensa e aprofundada, considerando as categorias e conceitos aqui apresentados. É nisso que pretendo trabalhar nos meses que se seguem ao presente escrito.

Enfim, é sobretudo importante perceber essa linha de pesquisa sendo desenvolvida por trabalhos relevantes como os de Mota e Neumann e por discussões teórico-metodológicas pertinentes como as que vêm sendo feitas no Laboratório de Imagem e Som (LIS) da UDESC, atualmente sob orientação da professora Dra. Márcia Ramos de Oliveira, que demonstram saber bem misturar interesses e conhecimentos musicais com a prática historiográfica,

38 SILVA, Daniel. Jornalista produz documentário sobre novo Dazaranha. **Rifferama**. Disponível em: <http://rifferama.com/jornalista-produz-documentario-sobre-o-novo-dazaranha/>. Acesso em 30 jun. 2018.



fundamentando e inspirando a escrita de novos capítulos em uma história cujo volume ainda está baixo, mas que tem muito barulho em seu potencial.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

JANOTTI JUNIOR, Jeder; CARDOSO FILHO, Jorge. A música popular massiva, o mainstream e o underground: trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. **Comunicação & música popular massiva**. Salvador: Edufba, p. 11-23, 2006.

JANOTTI JUNIOR, Jeder. Entrevista – Will Straw e a importância da ideia de cenas musicais nos estudos de música e comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v. 15, n. 2, mai/ago. 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2018.

MOTA, Rodrigo de Souza. **Mané Beat** – Coletividade e identidade musicais em Florianópolis (1994-2016). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leituras e questões. **Revista de História**, São Paulo, n. 157, p. 153-171, dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19066/21129>. Acesso em: 30 jun. 2018.

NEUMANN, Ricardo. **A cena musical alternativa norte-nordeste catarinense entre 1990 e 2010: das ruas aos espaços virtuais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

STRAW, Will. Scene and sensibilities. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, ago. 2006.

Fontes audiovisuais

MAHEIRIE, Kátia; GASSEN, André. **Sete mares numa ilha**. 1999. Disponível em: <http://www.rocksc.com.br/2009/10/sete-mares-numa-ilha-documentario-1999.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MOURA, Gustavo. **Curupira: onde o pai cura e o filho pira**. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ocd66r7V5X8>. Acesso em: 30 jun. 2018.



MTV BRASIL. **Feedback Club – Happiness (Mtv Brasil – Lado B – 1999)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNJCqRFOOLU>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Fontes fonográficas

BACK WOODS. **Save our Souls**. Florianópolis: Proaudio, jan. 1996.

EUTHANASIA. **We Know You Won't Like It, But Who Cares?** Florianópolis: Encantarte jul. 1993.

EUTHANASIA. **Pensei que fosse Deus**. Florianópolis: Master Sound, 1995.

EUTHANASIA. **Morrer, Viver, Sorrir, Sangrar**. São José: Prolapse, 1997.

EUTHANASIA. **Advanced Fuckin Tape**. São José: Prolapse, 1997.

FEEDBACK CLUB. **Experience Machine**. Florianópolis: Independente, abr. 1997.

FEEDBACK CLUB. **Cosmic Dance**. Florianópolis: Independente, jul. 1997.

FEEDBACK CLUB. **...Fast**. Florianópolis: Independente, dez. 1997.

FEEDBACK CLUB. **Zoom In, Zoom Out**. Florianópolis: Independente, jan. 1999.

GUTTA PERCHA. **Mimusops Balata Gaertner**. Florianópolis: Verso Livre, jan. 1993.

GUTTA PERCHA. **DISCO+nnnection**. Florianópolis: Master Sound, mai. 1995.

LOVELESS COMPOUND. **Loveless Compound**. Florianópolis: Estúdio C, jun. 1994.

VICTORIA X. **Going to the Park**. Florianópolis: Master Sound, ago. 1994.

Acervos e referências digitais

BANDCAMP. **Music | eutha**. Disponível em: <https://eutha.bandcamp.com>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Blog Eutha HC. Disponível em: <http://euthahc.blogspot.com>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Demo-tapes Brasil. Disponível em: <http://demo-tapes-brasil.blogspot.com>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Feedback Club. Disponível em: www.oocities.org/feedclub. Acesso em: 30 jun. 2018.

SILVA, Daniel. Jornalista produz documentário sobre novo Dazaranha. **Rifferama**. Disponível em: <http://rifferama.com/jornalista-produz-documentario-sobre-o-novo-dazaranha>. Acesso em 30 jun. 2018.



Recebido em 11 de julho de 2018.

Aceito para publicação em 18 de dezembro de 2018.



Memória e identidade: os monumentos Maçônicos de Florianópolis

Memory and identity: the Masonic monuments of Florianópolis

Gabriel Simon Machado¹

simon.gabriel.hst@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Partindo da análise da simbologia, da historicidade e dos processos legislativos que estão por trás de alguns monumentos maçônicos de Florianópolis, este artigo tem por objetivo evidenciar qual a memória e qual o código moral e político que a maçonaria constrói na sua imagem pública. Dessa forma, é passível de percepção alguns fragmentos da relação entre a política de Florianópolis e a maçonaria.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Maçonaria; Política.

Abstract: Starting from the analysis of the symbology, the historicity and the legislative processes that are behind some Masonic monuments of Florianópolis, this article aims to highlight which memory and the moral and political code that Freemasonry builds in its public image. In this way, it is possible to perceive some fragments of the relationship between Florianópolis politics and Freemasonry.

Keywords: Memory; Identity; Masonry; Politics

Introdução

Trata-se de uma instituição orgânica e internacional, repleta de mistérios e desinformações, encharcada em tradições ritualísticas e esoterismo, marcada por uma história de cunho político e ânsias liberais². Um antigo refúgio para os perseguidos em razão de credo; uma rede de sociabilidade; um canal de acordos e comunicação entre elites heterogêneas: a Maçonaria brasileira vem se desenvolvendo no país desde sua instalação oficial no começo do século XIX³, expressando em seus trabalhos e discursos a forte e crucial influência do pensamento europeu de caráter iluminista e liberal, tomando para si a função de proliferar esse ideário na intelectualidade brasileira.

O estudo sobre a instituição maçônica, seja no âmbito da simbologia ou no caráter organizacional e de atuação, tem se desenvolvido, mesmo que lentamente, na historiografia brasileira. A década de 1990 se torna um marco interessante na historiografia profana, que é contemplada com a publicação de obras monumentais e de suma importância para a

1 Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História. E-mail: simon.gabriel.hst@gmail.com

2 O termo aqui empregado é entendido de maneira genérica, referente ao pensamento liberal enquanto um conjunto de ideias políticas baseadas em princípios de liberdade individual, de supremacia da razão que contrapõe absolutismos.

3 COLUSSI, 1998. p.49



compreensão da trajetória da maçonaria no Brasil: refiro-me principalmente à obra de Eliane Colussi (1998), “A maçonaria gaúcha no século XIX”; assim como os trabalhos de Alexandre Mansur Barata (1999, 2002), intitulados “Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)” e “Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)”. Tais publicações alteraram substancialmente o árduo trabalho de se pesquisar sobre maçonaria no Brasil; contexto que é geral, senão pelas avançadas pesquisas do tema na Europa, em contextos e arquivos nacionais de história maçônica, destacando autores como Alex Mellor, Paul Naudon e Maurice Agulhon.

Existe uma problematização dupla, de minha parte, em relação às possibilidades de pesquisa sobre maçonaria brasileira. Ela se manifesta primeiro como um incômodo com a ausência de pesquisas sobre uma instituição que se mostra presente e atuante na história moderna; desenvolvendo-se, em seguida, em direção aos motivos e contextos que podem tornar a maçonaria inócua ou desimportante nas narrativas tecidas na historiografia brasileira. Graças aos trabalhos de Barata e Colussi, por exemplo, temos acesso a muitas informações sobre a maçonaria no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul — em Santa Catarina, por outro lado, a produção intelectual sobre este assunto é escassa.

Primeiramente, verificando o propósito mais explícito da maçonaria, percebe-se “uma espécie de escola de formação humana de caráter cosmopolita e secreto, reunindo homens de diferentes raças, religiões e línguas, com o objetivo de alcançar a perfeição por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação”⁴. Podem fazer parte dessa “comunidade” uma intelectualidade masculina, de bons costumes e com renda suficiente para arcar com as mensalidades das Lojas⁵. Baseando-se no “Manifesto de José Bonifácio”, Barata (1999) verifica que a primeira Loja maçônica foi instalada na cidade de Niterói em 1801, sob o nome de “Reunião”⁶. A atuação da Ordem ainda não se dava nos moldes da organização institucionalizada que poderia se verificar na França e na Inglaterra naquele tempo, mas “assumiu um caráter nitidamente antimetropolitano, ou seja, engajado nas articulações de emancipação da colônia”⁷. É importante apontar que, desde o início da

4 BARATA, 1999

5 Definição de Loja maçônica por Barata (1999): “A base da estrutura organizacional maçônica é a Loja, que deve ser entendida como o local onde os maçons se reúnem. Ela é o ‘templo’ cuja estrutura é uma réplica do ‘universo’ e reproduz o Templo de Salomão em Jersusalém, conforme a tradição bíblica.”

6 Ibidem, p.59.

7 BARATA, op. cit., p.59



consolidação da maçonaria no Brasil, ela se dá por meio de homens letrados, ditos intelectuais, com o auxílio instrumental da imprensa⁸.

Os tons de segredo que compõe a imagem pública da maçonaria carregam uma história de perseguição e intolerância, mas também de exclusividade e identidade. A atuação da maçonaria em âmbito político, cultural e social manifesta-se como um fenômeno moderno: isso implica que suas referências em tempos antigos e medievais tratam-se de uma construção de memória que sustenta sua tradição na contemporaneidade. Essa cultura memorial maçônica é um instrumento pedagógico e de perpetuação dos contratos que regulam as ações das Lojas e dos sujeitos que a compõe num quadro moral e ético específico.

Para aquelas pessoas que os olhos contemplam a paisagem urbana de Florianópolis, é perceptível um número considerável de referências e homenagens a maçonaria como um todo, ou a antigos membros ilustres da Ordem. Nos monumentos, os símbolos talhados em pedra ou moldados em metal são veículos de um código moral e gatilhos de uma memória que evoca uma identidade coletiva, mas particular. Os nomes eternizados em ruas e avenidas carregam a historicidade dos sujeitos considerados referência de conduta maçônica.

O que proponho a desenvolver aqui será uma breve análise do código moral e ético da maçonaria, assim como sua imagem e identidade pública em Florianópolis, que se expressam em seus símbolos em prédios, em objetos, em seus monumentos, nas ruas e nas praças que homenageiam seus membros, visando contribuir para o recente movimento historiográfico brasileiro que tende a retirar tão importante instituição das sombras do misticismo e da ignorância. Deve-se levar em consideração a importância da tradição para o funcionamento dos trabalhos maçônicos e, sendo assim, é inegável a simbiose entre tradição e memória. Aqui verifica-se a perpetuação física e monumental de uma memória construída: além disso, de uma identidade pública que é reflexo dessa memória e que compõe a existência da maçonaria em contraposição a uma identidade privada e secreta. Os limites do tema são grandes, e o silêncio é ao mesmo tempo incentivo e obstáculo; é, portanto, ao mesmo tempo, silêncio e zumbido.

Cultura material maçônica

8 Afirma Alexandra Mansur Barata: “As pressões recolonizadoras das Cortes Gerais e Constituintes de Portugal incentivaram as articulações visando o rompimento definitivo entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, Ilmar R. Mattos e F. Falcon afirmam que a atuação das sociedades secretas, especialmente a da Maçonaria, e da imprensa foi sumamente importante na mobilização e na união das diferentes forças políticas. É interessante observar que o principal jornal engajado na luta pela emancipação, o Revérbero Constitucional Fluminense, possuía como redatores os maçons Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo.” (BARATA, 1999, p.62)



A presença da maçonaria e, conseqüentemente, sua influência nos debates, acordos e projetos políticos na cidade de Florianópolis é uma temática ainda pouco explorada na historiografia, mas que carrega um grande potencial, já exibido brevemente em obras que analisam a política, a imprensa – e sua íntima relação – no estado de Santa Catarina⁹. Os jornais e folhetins publicados no século XIX não carregam nenhum tipo de escassez de informação; pelo contrário, são fontes de vastos e importantes discursos e debates públicos, expressando em muitas vezes tanto a opinião de membros da maçonaria (como é o caso de Jerônimo Coelho), como de lojas maçônicas inteiras (como no caso dos jornais *A Ordem e Oriente*¹⁰).

Aqui, tento explorar em análises da simbologia maçônica o código ético e moral que é petrificado em monumentos, assim como verificar a memória de maçons que é eternizada em ruas e praças da cidade. Para isso, me baseio no trabalho Suely Kofes, “Objetos: trajetória social, política e sentidos” que percebe nos objetos maçônicos um instrumento de identidade e um veículo de código moral maçônico:

Com o desenvolvimento da pesquisa, principalmente depois de visitas – reais – a museus maçônicos e – virtuais – às páginas maçônicas na Internet (inclusive visitas virtuais a outros museus), defrontei-me com a presença frequente de peças de roupas, móveis, joias, brasões, bordados, quadros, esculturas, desenhos e letras, configurando o reconhecimento da maçonaria. Reproduzindo-se e traduzindo-se em locais distintos, estes objetos põem em circulação valores morais e historicidades. Através deles são tecidos sentimentos de pertencimento e redes de socialidade, sustentam-se concepções e relações e demarcam-se distinções no campo maçônico. Portanto, arquitetura e objetos, e arquitetura e objetos em imagens, bem como o embate sobre os seus sentidos, são constituintes e constitutivos do campo da maçonaria¹¹.

Tratando os monumentos e os símbolos de identidade cravados nos objetos que circulam na “cultura material maçônica” como “lugares de memória”¹² por seu caráter inerentemente simbólico, que carrega o passado na sua historicidade, vejo como uma atitude

9 Ver: PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora Ufsc, 1995. 105 p.

10 Acervo disponível no site www.hemeroteca.ciasc.sc.gov.br

11 KOFES, 2007, p.28

12 NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

descuidada não me utilizar, também, de outro conceito que habita a obra de Pierre Nora: *a vontade de memória*¹³,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança¹⁴.

Assim como a simbologia esmiuçada poderá nos dizer o que se expressa nos (nem tão) misteriosos itens da cultura material maçônica, a justificativa da criação desses lugares, a procedência da vontade de lembrar e de fazer da memória um local de identidade no coração urbano de Florianópolis será a ponte que poderá relacionar a política da cidade com os interesses da Maçonaria. Embora a utilização de monumentos, praças, ruas e objetos para a ressignificação da memória e como veículo de uma identidade marcada por um estatuto moral e político não seja particular da comunidade maçônica,

O caso da maçonaria contemporânea é particularmente importante para esta discussão tendo em vista o caráter desta instituição, que sustenta como memória a sua importância política e conserva uma concepção de si mesma como ordem sagrada atuando no profano. Uma análise da maçonaria mostra o seu dilema em ser reconhecida como uma sociedade ritual fundada na manutenção de conhecimentos e de segredos e/ou como uma associação definida por um sistema de moralidade, filantropia e uma rede de ajuda mútua. Os objetos rituais maçônicos concentram os sentidos acima citados, reproduzindo-se assim em uma “cultura material maçônica” como emblemas e churingas – como emblemas, porque oferecem um campo de reconhecimento comum; como churingas, porque guardam uma temporalidade, para os maçons são objetos e lugares de memória e são simultaneamente acionados para expressar e efetuar transformações¹⁵.

Para isso, utilizarei os projetos legislativos que estão por trás da construção de duas praças maçônicas; uma delas ligada ao um estatuto moral e a identidade maçônica de Florianópolis, e a outra que homenageia um ilustre e falecido Irmão¹⁶. É importante dizer que,

13 Ibidem, p.21

14 Ibidem, p.21

15 KOFES, 2007, p.29

16 Termo de tratamento entre maçons iniciados na instituição maçônica.



tratando da capital de Santa Catarina e seus monumentos ou referências maçônicas, é possível encontrar inúmeros exemplos pela cidade. Aqui, selecionei apenas duas praças (uma mais óbvia e rica em monumentos e a outra mais subterrânea e subjetiva) e a rua que carrega o nome do fundador da primeira Loja barriga-verde. São elas, respectivamente, a Praça da Fraternidade, a Praça Jacques Schweidson e a Rua Jerônimo Coelho.

A Praça da Fraternidade

Em Florianópolis, no mês de setembro de 1928 foi inaugurado um novo trapiche para o município, o qual chamou-se Miramar. O lugar era o ponto de entrada da cidade, e inauguralmente funcionava também como um café, para tornar-se um popular bar posteriormente. As risadas e conversas que compunham a trilha sonora do local se afogaram no mar, e viraram terra: em 24 de outubro de 1974 o Miramar foi demolido sem anúncio ou discussão. O discurso do governo era voltado para uma argumentação baseada na modernização do município, na necessidade de renovação de estruturas e de costumes, pois afirmavam que era um local de práticas não muito bem-vistas publicamente, como bebedeiras e prostituição. Trata-se de um discurso não homogêneo e, com certeza, não livre de arbitrariedade. Prova disso foram os vários protestos e publicações em jornais que criticavam a desnecessária demolição do espaço. Enfim, o Miramar e parte da água que fazia frente a Praça Fernando Machado tornou-se um grande aterro, e deste aterro cria-se o espaço necessário para o surgimento da Praça da Fraternidade.

Para tanto, o logradouro público localizado na confluência da Rua Deputado João Bertoli com a Avenida Paulo Fontes, no bairro central da cidade, transforma-se em monumento maçônico e, conseqüentemente um símbolo identitário da política maçônica, a partir da aprovação da Lei nº 7231, do dia 27 de setembro de 2006, onde os documentos da Câmara Municipal de Florianópolis exibem a assinatura do ex-prefeito Dário Elias Berger,

A implantação da Praça da Fraternidade vem atender antiga reivindicação da comunidade maçônica do Município, e tem o propósito de homenagear um expressivo segmento da sociedade cujos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento social e político da nossa gente são reconhecidos por toda a sociedade florianopolitana. Como o próprio nome destaca, a Praça da Fraternidade se propõe a ser um espaço comunitário de integração de diferentes segmentos sociais onde a amizade e o respeito sejam a tônica das relações humanas. Por outro lado, a urbanização daquele espaço situado entre duas importantes vias de circulação central propiciará o

embelezamento e a humanização de uma área antes deteriorada e que agora passará por um processo de qualificação da zona central da cidade¹⁷.

A “antiga reivindicação da comunidade maçônica” não pode ser expressada neste trabalho por palavras da própria maçonaria de Florianópolis, dada a ausência de respostas que obtive ao contatar o Grande Oriente de Santa Catarina (GOSC) através dos endereços eletrônicos disponíveis em seu site¹⁸. Contudo, a presença da Ordem na cidade se faz perceptível desde o século XIX, e é existente em diversos debates e projetos políticos da cidade, mostrando que sua presença histórica e suas “contribuições” (seja à própria ordem ou à cidade) culminam em uma demanda por memória, evidenciando a vontade de lembrar (e de ser lembrada). Em visitas a sites das próprias Lojas, a comunidade profana¹⁹ pode ter acesso à visão que os maçons têm sobre si mesmos, sobre a Ordem e relatos da sua história. Reproduzo aqui palavras do site da Loja Regeneração Catarinense que elucidam essas relações, ligações entre o discurso que funda o Miramar, os princípios “progressistas” e modernizadores da maçonaria e a simbologia de seus monumentos, para trilhar um caminho direcionado ao entendimento das “reivindicações da comunidade maçônica”:

A Maçonaria em Santa Catarina

Em 1831, com a chegada de Jerônimo Coelho na bucólica cidade de Nossa Senhora do Desterro, teve início a Maçonaria Catharinense com a Loja Concórdia por ele “fundada”, da qual participavam também, João Pinto Luz, Feliciano Nunes Pires, dentre outros. Quando seu fundador retornou para o Rio de Janeiro, em 1854, a mesma abateu colunas. Na década de 50 do século XIX, a cidade de Nossa Senhora do Desterro vivia um clima de decadência dos costumes. Havia uma degeneração da sociedade. Uma grande parte da população se dedicava às jogatinas, bebedeiras e brigas, até mesmo ao furto, desde galinhas até objetos de mais valor. Artigos dos jornais da época conclamavam para a necessidade de haver uma regeneração dos costumes. Diante deste cenário, Cypriano Francisco de Souza, e seis amigos (Augusto Galdino de Souza, Francisco Antônio Cameu, Manoel Francisco Pereira Netto, José Theodoro da Costa, Senhor Dutra e José Carlos Galdino) Fundaram, em 1859, a ASSOCIAÇÃO REGENERAÇÃO CATHARINENSE, imbuídos do desejo de se organizarem para participar do processo de regeneração dos costumes. Em 24 de junho de 1859, o Jornal Argus comunica a sociedade da Fundação da ASSOCIAÇÃO REGENERAÇÃO CATHARINENSE. No discurso de fundação, José Carlos Galdino comentou que são três os objetivos principais da Associação: *regenerar os costumes, combater o descrédito que assolava a sociedade e*

17 FLORIANÓPOLIS, Câmara Municipal de. Mensagem nº. 041, 30/08/2006.

18 Ver página de contato em: <https://gosc.org.br/>. Último em acesso em 06/10/2017

19 Dentro da Maçonaria, os profanos são todos os sujeitos que não fazem parte da Ordem Maçônica, que não foram convidados e iniciados nos trabalhos da instituição.



*reagrupar os maçons avulsos. Além de ‘...destruir vícios, combater paixões e fazer viver o que hoje apenas vegeta’.*²⁰

Esse papel da instituição maçônica como aprimorador dos costumes, parece-me, portanto, um dos fragmentos que compõe a memória e a imagem pública da Ordem. A reivindicação da comunidade de maçons florianopolitanos para a construção de seu monumento no centro da cidade deve, então, carregar em sua arquitetura seu código moral e político.

A primeira parte da praça é composta por três jardins de grama esmeralda, onde o centro abriga o monumento em questão. Seu fundamento é um triângulo equilátero, e abriga a base do monumento que são três níveis de pentágonos sobrepostos como degraus feitos em granito. Ali se referenciam os três graus da maçonaria simbólica: aprendiz, companheiro e mestre. Não por acidente, os vértices apontam para as direções Norte, Sul, Leste (representando o Oriente) e Oeste (representando o Ocidente). Da mesma forma, a fundamento triangular tem seus vértices direcionados ao Oriente, Ocidente e ao Norte. No centro do pentágono, uma pirâmide maciça, e sobre ela o mais público símbolo da maçonaria, essencial nos rituais maçônicos: o entrelaçar entre um esquadro e um compasso,

Apesar da complexidade cosmológica da maçonaria, é um símbolo que eruditos maçônicos consideram banal o que é usado para afirmar generalizadamente a presença da maçonaria. O esquadro e o compasso são constantes marcas indiciais da presença maçônica, e são as mais usadas também para tornar pública esta presença²¹.

Ainda que esses símbolos habitem o contemporâneo de maneira ressignificada, pode-se dizer que deitam-se sobre a construção da memória da maçonaria. Existe essa necessidade de envelhecer a Ordem, de forjar a historicidade baseando-se em mitos dos tempos medievais, no resgate (simbólico e inaplicável) da conduta Templária; a construção de uma narrativa sobre os ritos que alegoricamente contam as histórias dos primeiros pedreiros-livres²² e suas Lojas de ofício, da transmissão do conhecimento apenas aos merecedores e a fascinação pela geometria que possibilitou a lapidação de pedras brutas, a construção de templos e o desenvolvimento tecnológico humano. As ferramentas que antes serviam para as grandes

20 MANGRICH, José Bernardino; GONÇALVES, Paulo Roberto Riccioni. **Pequena História da Regeneração Catarinense**. Disponível em:

<http://www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7>. Acesso em: 13/10/2017.

21 FLORIANÓPOLIS, Câmara Municipal de. Mensagem nº. 041, 30/08/2006

22 Membros da maçonaria. Em sua gênese, essa associação secreta era constituída por pedreiros, que eram livres da jurisdição dos bispos.



construções – o esquadro, o compasso, a trolha, a régua, o cinzel, o nível, o avental – agora tornam-se analogias filosóficas para a construção espiritual e social dos maçons

No que o fazem, atualizam a estratégia de tornar visível a maçonaria e conservar, como memória ativa, os símbolos maçônicos e uma estética maçônica, que guardam neles uma densidade histórica e mítica. A política assim efetua uma conjunção entre mistério e publicidade (embora haja também uma política disjuntiva tendo em vista os embates internos), entre laços locais e internacionais, conhecimento e consumo, objeto material e substância histórica e mítica. Como sugestão, pode ser que estejamos diante de algo como uma mais-valia política, um sobre valor que abre para a instituição maçônica a possibilidade de capitalizar a sua estratégia de revitalização contemporânea²³.

O esquadro, em sua resignificação maçônica, representa a união entre uma linha vertical e outra horizontal, um código de conduta voltado para a retidão das ações. Um dos importantes instrumentos para o desenvolvimento da Arte Real das construções. Afirma-se assim que para o trabalho maçônico, para o desenvolvimento de projetos políticos da maçonaria, seria necessário contar com um Irmão que goze das qualidades morais de integridade e retidão. Vale questionar se, de fato, essa integridade é generalizada entre os maçons.

Em rituais maçônicos, a passagem de nível se dá, simbolicamente, pelas diferentes sobreposições do compasso e do esquadro. Sendo o esquadro a representação da matéria e o compasso a ligação com o espiritual, o primeiro nível, o de aprendiz, é representado no ritual com a dominação da matéria sobre o espírito.²⁴ O neófito então, parece não ter conseguido superar e harmonizar seus vícios e atitudes profanas com a retidão necessária. Os níveis se desenvolvem até que, para tornar-se Mestre, o maçom tem sua harmonia, simbolizada pela sobreposição do compasso no esquadro, pela dominação do espiritual sobre o material. Seriam então, os mestres as pessoas com grande consciência e sem apego material. Isso poderia ser exemplificado pela filantropia praticada na maçonaria, em contraste a seus membros que possuem vasta riqueza material.

Evitando ilusões sobre os trabalhos filantrópicos, é importante perceber um possível alinhamento entre a atuação contemporânea de segmentos maçonaria com o desenvolvimento de um projeto neoliberal no Brasil, na função de cristalizar uma imagem pública ligada a caridade, sem evidenciar os benefícios da filantropia empresarial para as instituições

23 KOFES, 2007, p.35

24 Ibidem, p. 33.



maçônicas. A Maçonaria, que já é tratada legalmente como de “utilidade pública” em Santa Catarina, tem suas parceiras com o Estado, e exerce suas contribuições; as mesmas que autorizam suas “antigas reivindicações”:

Na verdade esta parceria fundamenta-se, por um lado, na real redução relativa de gastos sociais; é mais barato que as ONGs prestem serviços precários e pontuais/locais, do que o Estado, pressionado por demandas populares e com as necessidades/condições da ‘lógica democrática’, desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade. Mas, por outro lado, e de forma fundamental, o objetivo da parceria é claramente ideológico; visa mostrar não um desmonte da responsabilidade estatal nas respostas às sequelas da ‘questão social’, a eliminação do sistema de solidariedade social, o esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas no seu lugar quer fazer parecer como um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (o ‘terceiro setor’)²⁵.

Por fim, no topo da estrutura do compasso, percebe-se uma montagem de semi-arcos e semi-elipses para a formação de um globo. No centro desse globo, o formato que lembra um olho, o qual tudo parece enxergar dali. Aqui faz-se uma referência a um requisito importante (mas algo difícil de averiguar, dado o caráter subjetivo da fé) para o ingresso na maçonaria: a crença em um ser superior, um deus que é a proveniência da capacidade humana. O “olho que tudo vê” é o olho do Geômetra, do Grande Arquiteto do Universo, que está na constante vigília sobre a conduta dos maçons. Por mais que seja possível para os indivíduos não pertencentes a Ordem terem o conhecimento sobre os símbolos maçônicos, a Praça da Fraternidade se coloca mais como um local de memória maçônica e sua respectiva identidade coletiva, do que algo que remeta aos profanos.

Assim, guardam a temporalidade, a historicidade da maçonaria, e são traduzíveis em sua circulação. Tais objetos e documentos podem assim ser classificados pela própria maçonaria como identitários, como testemunhos da maçonaria para a sua reprodução, como os selos e os documentos (tais como atas e assinaturas concernentes à criação de Lojas); e objetos considerados como os mais demonstrativos da pessoa maçônica, porque testemunham diretamente a pertença do maçom à comunidade maçônica e porque expressam o grau do maçom na ordem maçônica, como os aventais e as jóias. Tais objetos são designados também como objetos simbólicos e rituais²⁶.

25 MONTAÑO, 2007, p.199-200

26 KOFES, 2007, p.30



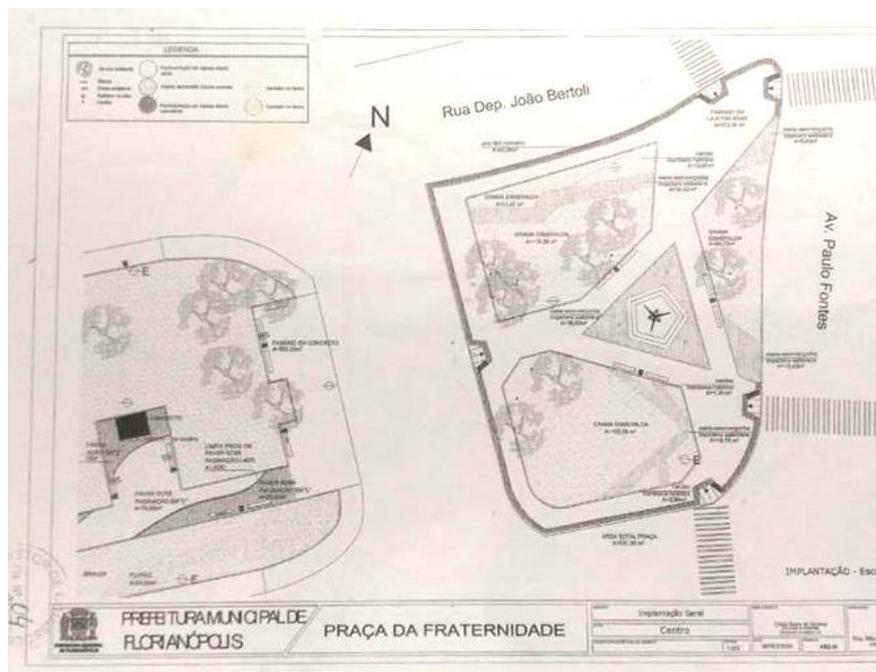
A segunda parte da praça, em seu projeto, é composta por uma área de passeio, com bancos, um gramado maior, na companhia de árvores e flores. Saindo dos bancos, passando pelas calçadas ao redor da praça, percebe-se no chão um mosaico de pedras dando forma a uma corda naval com nós. Uma referência de múltiplas interpretações e significados históricos. As variadas maçonarias e seus diversos representantes se utilizam de muitas explicações no desenvolvimento de artigos para revistas ou para discursos para os irmãos. Um dos exemplos de significado atribuído às cordas com nós, é perceber a constituição da resistência da corda na fraternidade entre fios que a compõe. Também faz referência a um método de marcação de terrenos para a construção, sendo os nós o marco para áreas de sustentação reforçada, como as colunas. Os nós, no formato semelhante ao número 8 ou símbolo do infinito, demonstra um nó que não pode ser apertado sem restringir os laços fraternais das cordas.

Seguindo em frente na calçada dos nós maçônicos, chega-se a último monumento; tem em sua simplicidade um mistério instigante. Trata-se de uma área quadrada de pisos pretos e brancos seguindo um padrão xadrez, assim como é todo chão dos templos maçônicos. Aqui encontramos um monumento que expressa, ao mesmo tempo, a imagem pública que a maçonaria constrói sobre si mesma e a historicidade que cria a identidade dos maçons de Florianópolis. O chão do templo representa a tolerância no contraste, a convivência entre diferentes, quase um acordo geométrico; um espaço de conciliação e concordância. No fim do grande arranjo de piso xadrez, encontra-se uma enorme pedra bruta. Uma grande tarefa é lapidar o espírito bruto. Um monumento que representa as imperfeições que devem ser trabalhadas, mas, mais importante, é o que representa sobre a liberdade do pedreiro-livre. A pedra bruta, então, está à disposição do maçom e de seus conhecimentos; uma vez instrumentalizado o conhecimento, cabe ao maçom dar a forma que preferir a sua obra. Encerro esta análise da disposição do monumento sob as afirmações de Kofes (2007):

Consideremos este elo como uma agency política, compreendendo como política não apenas o controle da distribuição de bens mas o ato de redimensionar sentidos, de marcar coisas como espécies particulares tendo em vista a conexão entre pessoas e a extensão de concepções. O que, eu sugiro, é parte da estratégia da maçonaria em seu processo de continuidade e mudança. Afirmando o princípio da construção moral e política (pessoal e institucional), concentrada na idéia da pedra bruta a ser lapidada; afirmando-se como um sistema de conhecimento, definindo-se pelo segredo iniciático ou como um sistema de moralidade, em ambos os casos a maçonaria se afirma idealmente como uma escola de Formação de Homens e de Cidadãos,

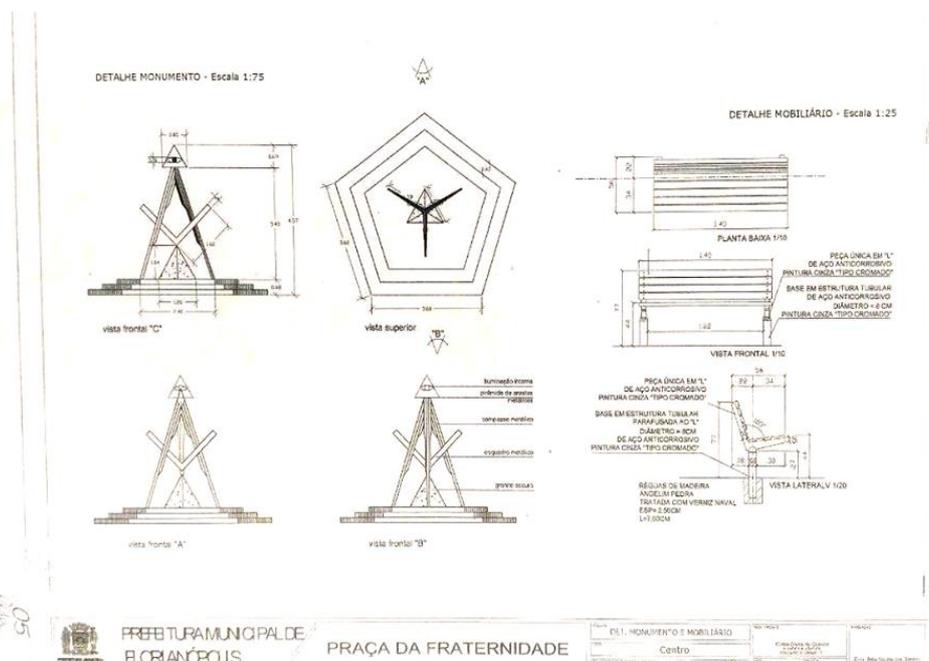
através de uma organização com símbolos e valores concebidos como masculinos²⁷.

Figura 1: Planta do projeto da Praça da Fraternidade, anexada ao projeto da Lei nº 7231.



Fonte: Câmara Municipal de Florianópolis.

Figura 2: Planta do monumento central da Praça da Fraternidade anexada ao projeto da Lei nº 7231.



27 KOFES, 2007, p. 34

Fonte: Câmara Municipal de Florianópolis.

A Praça Jacques Schweidson

No dia nove de julho de 2002, foi publicado no diário oficial (nº16943)²⁸ sobre a Lei nº 6055, que aprovada quatro dias antes, denominou um espaço do bairro Jardim Atlântico como “Praça Jacques Schweidson”, atendendo o desejo de moradores do local e, por que não, da maçonaria de Florianópolis. O homenageado chega jovem na ilha do Desterro, entre 17 e 18 anos, hospedando-se na casa de familiares com intenções visionárias em relação ao seu futuro como comerciante. Parte de sua vida é descrita por ele mesmo em duas obras memoriais: A Saga Judaica no Desterro (1989) e Judeus de Bombachas e Chimarrão (1985). Não há como afirmar como verídicas as intenções quase proféticas que são descritas em sua obra sobre Florianópolis, mas tais textos ainda nos servem para entender um pouco da vivência e do imaginário desse importante membro da maçonaria de Florianópolis:

Entendendo que a franqueza só podia ser útil a ambos, passei a expor os motivos da minha autoconfiança. Possuí uma fé quase mitológica na minha capacidade de ação. Esperava, conhecendo o seu conservadorismo, não encontrar óbices ao meu programa de desenvolvimento. Estava certo de atingir os píncaros da minha arraigada ambição. Atingi-los-ia no Desterro, tal como consegui no início da minha vida comercial no Rio Grande do Sul. O essencial consistiria em ter plena liberdade de ação²⁹.

Ainda que apoiado por seus parentes, irmã e cunhado, não demora muito para o jovem Jacques movimentar-se em direção de sua independência e sucesso econômico tão ambicionado. Contudo, é importante destacar que suas ambições não estavam atreladas somente a uma popularidade comercial, mas eram marcadas por um desejo de se sentir acolhido na cidade nova, de “jamais se ser considerado como alienígena. Um desejo de encontrar hospitalidade fraterna”³⁰. Carregava consigo o sangue judeu e a rica cultura intelectual da religião, assim como o eterno receio por perseguições de cunho étnico-religioso.

Inicialmente já recebe ofertas de sociedade na loja de tecidos de seu cunhado, para em seguida receber propostas semelhantes de dois comerciantes da cidade. Não aceitou nenhuma, pois insistia na sua carreira ímpar, contando sempre com sua voraz confiança, mas prezando sempre pela relação fraternal com seus recém-conhecidos do comércio. Um deles, porém,

28 FLORIANÓPOLIS, Câmara municipal de. Publicação no Diário Oficial nº 16943, 09/07/2002, Lei nº 6055/2002, p.27.

29 SCHWEIDSON, 1989, p.10

30 Ibidem, p.12



mantém-se no desenrolar biográfico de Jacques, e além de amigo íntimo, torna-se irmão na maçonaria. Em sua obra de memórias, Jacques descreve seu nome como Elias Paulo, um libanês:

Contei-lhe então que falhando – o que já considerava como certo – o negócio com o meu cunhado, iniciaria a atividade com mercadorias que me seriam confiadas pelo mesmo. Sua confiança na minha pessoa era completa. Reproduziria no Desterro as atividades que garantiram sucesso em Porto Alegre. Enfrentaria as vendas a domicílio. Conhecendo o ramo, estava certo de, em poucos meses, atingir os degraus ambicionados. Elias levantou da cadeira, o que também fiz, e aí veio o inesperado: um abraço caloroso. Um abraço de irmão. Depois, ofereceu-me o crédito que viesse a necessitar. E não só isso. Prontificou-se a apresentar-me, logo na manhã seguinte, a diversos atacadistas, libaneses como eles. Que não me preocupasse. Podia contar com ele irrestritamente. No meu abraço, ele só podia ter localizado a imensidade da minha emoção. Bem próxima das lágrimas. A amizade do Elias Paulo passou a ser um fator constante na minha vida, além de me tornar “irmão” quando penetrei a maçonaria³¹.

Com apoio de vários comerciantes e parentes na cidade, Jacques partiu com certa plenitude com seus projetos empreendedores. Mesmo em plena juventude, demonstrou sua experiência e conhecimento, criando um projeto que consistia em vendas particulares. Com auxílio de um carregador imbuído de conhecimento sobre os moradores da ilha, levava amostras de tecidos por toda a cidade. Tinha essa visão cheia de esperteza, que objetivava dominar a clientela de elite com sua simpatia e qualidade de produtos, e ainda manter uma constante renda com os pagamentos em prestação em um crediário dos clientes de renda baixa. Trata-se de uma técnica, de uma estratégia de comércio ainda não explorada no Desterro. De fato, o gaúcho “almejava, justamente, a conquista da elite. Ambicionava o entrelaçamento com a alta sociedade”³². Sabia, então, que seu sucesso social e econômico estaria atrelado aos contatos que criaria. Para isso, “pretendia amizades e não apenas o conteúdo dos bolsos”³³. É nessa rede de amizades, de contatos e abraços fraternos entre os homens conceituados na sociedade catarinense do século XX, que abrem-se as portas dos templos maçônicos para Jacques.

Sobre a inauguração de sua primeira Magazine, vale a reprodução das memórias escritas do autor: “a inauguração de A Rainha da Moda (nome depois substituído, em caráter definitivo, pelo de A Modelar) foi um acontecimento social que marcou época”³⁴. A trajetória

31 SCHWEIDSON, 1989, p.25

32 Ibidem, p.49

33 Ibidem, p.49

34 Ibidem p.155

de sua carreira tinha apenas a direção crescente, tanto em popularidade (e, portanto, influência social), quanto no âmbito comercial; uma imagem pública em construção que chamou atenção de um grupo que se interessava pelo perfil liberal e empreendedor de Jacques: a maçonaria.

Luís da Costa Melo foi o responsável pela escrita comercial – o conjunto de registros de todas as operações do comerciante – do negócio construído por Schweidson. Além de trabalhar para A Rainha Da Moda, Luís era primeiro-contador do Tesouro do Estado; um cargo que lhe propiciou o contato com o líder da Loja Maçônica Regeneração Catarinense, o Major Pedro Carneiro da Cunha. Em reuniões fechadas da Loja, foi indicado o nome de Jacques para o ingresso na Ordem. Como de costume, se desenvolveram debates e investigações sobre a vida e o perfil do indivíduo em questão, até sua aprovação e determinada a ordem para seu convite formal. Assim é descrito, por Jacques, o convite:

Terminada a faina do dia, despedidos os funcionários, só permanecera ao meu lado o Luís da Costa Melo, que acompanhou-me até o escritório. Logo depois, chegaram os visitantes: Dr. Nereu Ramos, Major Pedro Carneiro da Cunha, Olívio de Amorim e Vasco Gondim. Só o fato de virem juntos, para o mesmo objetivo, o Major Pedro Carneiro da Cunha e o Dr. Nereu Ramos, pertencentes a partidos políticos opostos, já em si recomendava os princípios maçônicos. No atendimento aos seus fins, desapareciam as divergências partidárias. Depois de uma conversação sobre generalidades, veio a pergunta: se gostaria de pertencer à Ordem Maçônica, filiando-me à Regeneração Catarinense. Obviamente minha resposta foi afirmativa. Entendia, perfeitamente, que a entrada na maçonaria constituiria a oportunidade para associar-me a trabalhos que estavam em concordância com os meus princípios³⁵.

Os apontamentos sobre o “desaparecimento das divergências políticas”, contudo, devem ser pensados com cuidado. Embora, em alguns momentos e por alguns segmentos da maçonaria, se afirme que a atuação da Ordem não se dá pelo âmbito político, é necessário lembrar sempre da importante atuação que essa instituição tem na independência brasileira e na abolição da escravidão. Além disso, é inegável a instrumentalização dos jornais desterrenses por parte da maçonaria diante de conflitos de interesses essencialmente políticos. Portanto, a convivência de políticos de partidos “opostos” dentro de uma instituição que debate e projeta/planeja ações políticas, além de apoiar ou não candidaturas em eleições, sugere outras explicações que não se findam nos “princípios maçônicos” de tolerância e respeito. Tratam-se, então, de acordos políticos que tratam de assuntos públicos em âmbitos exclusivos, seletivos e privados. Sugere também, que a disputa partidária desterrense tem sua

35 SCHWEIDSON, 1989, p.163



imagem pública (de disputa), e seu desenrolar privado e particular (de acordos e conciliação de interesses). Para tanto, ainda seguindo os escritos memoriais de Jacques, temos um sólido exemplo da influência da sociabilidade maçônica para/com os maçons:

Decorridos alguns anos, nos quais o país viu-se agitado por levantes e revoltas, quer em São Paulo, sob a chefia do General Isidoro Lopes, quer no Rio Grande do Sul, onde – além da permanente luta entre federalistas e republicanos – deu-se a eclosão, histórica, do movimento chefiado pelo intrépido Luís Carlos Prestes. Em Santa Catarina, Nereu Ramos e Henrique Rupp passaram a organizar seus partidários para qualquer emergência, já pressentida através da efervescência revolucionária no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de deposição do governo federal. [...]. Informado o governo federal da atividade de Nereu e Rupp, veio uma ordem telegráfica para sua imediata prisão. Foi quando evidenciou-se a solidariedade e o cumprimento dos deveres maçônicos. A ordem de prisão foi omitida até a maçonaria poder providenciar a fuga dos líderes.

Um grupo expoente da maçonaria, do qual participaram o Major Pedro Carneiro da Cunha, Olívio de Amorim, Oswaldo Melo, Galdino Vieira e o autor dessas linhas, tomou imediatas providências para hominizar, com segurança, os dois indiciados até a noite, quando, disfarçados, foram levados num automóvel de inteira confiança até o paço de Pelotas, na fronteira do Rio grande do Sul, onde já estavam sendo aguardados. No percurso, tiveram que passar pelas cidades de Bom Retiro e Lajes, cujos delegados de polícia, pertencentes à maçonaria, garantiram sua segurança.

Quando o telegrama contendo a ordem de prisão chegou às mãos das autoridades, no Desterro, a Nereu e Rupp estavam no Rio Grande do Sul³⁶.

São muitas as histórias que habitam as memórias do audacioso gaúcho Schweidson, mas a questão para este trabalho, é, na verdade, qual a memória que é perpetuada na praça do Jardim Atlântico. De 1955 até 1975, o empreendedor maçom foi responsável pela construção de cinco edifícios no centro da cidade, além da construção do loteamento do Jardim Atlântico; posteriormente o local que é a morada dos cidadãos que assinam um abaixo-assinado para viabilizar a homenagem na praça. O perfil que se esboça sobre Jacques nesse trabalho – empreendedor, liberal visionário, indivíduo de expressiva influência e carisma – cria a conexão direta com a imagem pública da maçonaria, aquela que a ordem tem interesse de preservar em caráter monumental. Assim se justifica, na Câmara Municipal, a aprovação da Lei nº 6055:

As razões que me levam a apresentar o referido Projeto tomam em consideração a figura ímpar do Senhor Jacques Schweidson no processo de desenvolvimento da Cidade de Florianópolis. Gaúcho de nascimento, fixou-se em Florianópolis, desde os 17 anos de idade e aqui viveu, trabalhou,

36 SCHWEIDSON, 1989, p.170-171



dinamizou o comércio e implantou empreendimentos imobiliários pioneiros para o seu tempo, era então o hoje bairro Jardim Atlântico. Pela sua singular contribuição ao comércio e ao crescimento urbano da Capital, entendo ser de plena justiça o ato de homenageá-lo, conferindo o seu nome à Praça Central do bairro Jardim Atlântico³⁷.

Rua Jerônimo Coelho

Antes de carregar o nome do patrono da imprensa Catarinense, a Rua Jerônimo Coelho já foi chamada de Rua da Paz e Rua do Propósito³⁸. Entre 1908 e 1929, essa rua, que abriga muitas construções residenciais e comerciais, também era o local onde estava a sede do Tribunal de Justiça do Estado. Ainda, é possível encontrar um busto de Jerônimo na praça XV de Novembro, na parte central da cidade. A localização das homenagens memorialistas – dos “lugares de memória”³⁹ – não está por acaso no centro de Florianópolis, mas ocupa um espaço de grande circulação e de rica historicidade, ligada diretamente ao desenvolvimento da maçonaria na cidade.

Jerônimo foi criado pela mãe, Francisca Lina do Espírito Santo, e por um tio, devido a morte de seu pai, o sargento-mor Antônio Francisco Coelho. Nasceu na cidade de Laguna, mas passou um período de sua infância no Ceará, para então se mudar para a grandiosa cidade do Rio de Janeiro. Sua carreira política em Santa Catarina foi de importância irrefutável, responsável pela implantação das primeiras agremiações partidárias na Vila de Nossa Senhora do Desterro, demonstrando sua aptidão em relação a funções oratórias e comunicativas

Jerônimo Coelho desde cedo revelara possuir palavra eloquente e ser dotado de potência de voz que impressionava a todos, tanto que chegou a ser chamado de *espada falante*, pela facilidade com que se fazia escutar e prendia a atenção do público com seus eloquentes discursos⁴⁰.

Sua atuação política está diretamente vinculada à fundação da imprensa catarinense, da qual é pioneiro e responsável. Instrumentalizando seus veículos de comunicação pública, Jerônimo Coelho contribuiu incansavelmente para o fortalecimento e divulgação do pensamento liberal no Desterro. Cabe destacar que, seus jornais O Catharinense e O Expositor fizeram parte de uma disputa política entre liberais (Partido Judeu) e conservadores (Partido Cristão), que prolongaram inúmeros embates verbais para resolver a questão da construção do

37 FLORIANÓPOLIS, Gabinete da Prefeita Municipal de. Mensagem nº. 09/2002.

38 NICOLICH, 1999.

39 NORA, 1993.

40 MACHADO, 2001, p.101



Mercado Público na ilha⁴¹. Não obstante, Coelho e seus jornais contribuíram para a campanha de modernização da cidade, pauta da Sociedade Patriótica. Estas questões foram comentadas na tradicional historiografia catarinense, nas palavras de Cabral (1979):

A história dessa luta [entre o partido judeu e o partido cristão] já foi contada por José Boiteux e só me resta recordar, aqui, ter a mesma levado, com a questão das barraquinhas, de arrastão, a cadeira de deputado à Câmara Geral, ocupada por Jerônimo Coelho, a maior expressão política de Santa Catarina no segundo Império, condenando-o a dez anos de ostracismo político, depois de haver honrado no Parlamento a sua terra e com dignidade ocupado de incontestante destaque no Ministério do Visconde de Macaé⁴².

Notável personalidade da história da maçonaria catarinense, Jerônimo Coelho foi governador das províncias do Pará (1848-1850) e do Rio Grande do Sul. Tratando do estado gaúcho, tem seu nome eternizado em ruas de Porto Alegre e no 3º Batalhão de Polícia do Exército. Essas prestações memoriais em setores como a da polícia do exército são mais compreensíveis quando expostas à luz dos grupos de pessoas que compõe a maçonaria:

Sintetizando, os dirigentes maçons que foram políticos locais, vereadores e presidentes dos conselhos municipais dedicavam-se, da perspectiva econômica ou profissional, principalmente à atividade comercial, aos empregos públicos e, em menor escala (em razão das poucas informações obtidas), eram proprietários rurais. Um número expressivo deles (localizamos 13 dirigentes) integrou as forças armadas militares da Guarda Nacional, sendo, portanto, também responsáveis, pelo menos até a passagem para o período republicano, pelo policiamento e manutenção da ordem local. O clientelismo e o poder de fazer indicações podem ser observados nas nomeações para cargos de juízes, professores, delegados, subdelegados de polícia e inspetores de quartelão, cargos públicos de nomeação do poder central⁴³.

A popularidade do maçom Jerônimo Coelho foi estendida nacionalmente no início do ano de 1844, assumindo o cargo de Ministro da Guerra, e interino da Marinha. Sua carreira ainda conta com a atuação como “deputado provincial, vice-presidente da província barriga-verde, deputado geral por Santa Catarina e vogal do Supremo Tribunal Militar, nomeado em 18 de dezembro de 1858”⁴⁴. Sua vida também é marcada por uma carreira militar interessante, participando em 1816 do Regimento de Caçadores, setor que é empregado geralmente em operações de defesa interna, e em seguida foi transferido para a Artilharia da Corte.

41 Ver SCHWEIDSON, Jacques. **A Saga Judaica no Desterro**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989.

42 CABRAL, 1979, p. 95

43 COLUSSI, 1998, p. 312

44 MACHADO, 2001, p.102



Posteriormente exerceu atividades militares no posto de 2º tenente e capitão, sendo promovido em 1842 a tenente-coronel e em 1846 a coronel graduado⁴⁵. Tão extensa carreira permitiu, então, que dirigisse a Escola de Aplicação do Exército.

De tantas ruas que evocam e mantêm viva a memória de homens pertencentes a Maçonaria na cidade Florianópolis, destaco a imagem de Jerônimo Coelho por sua participação nos primórdios da Ordem no estado. A memória de Jerônimo é capaz de condensar várias características importantes dessa instituição; seu posicionamento político liberal, calcado em velhos discursos iluministas; sua carreira e influência militar, setor que representa grande importância política na história da Ordem Maçônica e do país; seu papel de intelectual, que defendeu e proliferou os interesses liberais, nacionalistas e modernizadores na Ilha de Nossa Senhora do Desterro; e seu papel histórico de fundador da primeira Loja Maçônica de Santa Catarina.

Conclusão

Tratando dos monumentos maçônicos de Florianópolis (incluindo nessa categoria ruas, praças e lápides) poder-se-ia, de fato, estender o trabalho muito mais. Disso, espreme-se a imagem de uma cidade que não pode separar sua história da maçonaria, principalmente tratando da história política da capital. A memória, assim como a história, é um lugar de conflito, de embates e disputas. Portanto, não se pode ignorar a emergência de lugares de memória. Há de se perceber que cada rua, praça, loteamento nomeado em homenagem; cada monumento erigido é o marco de um conflito. É tanto uma vitória para alguém, como uma derrota para o outro. Os monumentos maçônicos são, então, uma vitória da “comunidade maçônica”, um marco que determina um grau de influência política. Um símbolo de algo além de aceitação dentro da sociedade, como se fosse algo externo procurando um lar; pelo contrário, o lar lhe pertence de um jeito que pode decorar os quartos e pendurar suas fotos nas paredes. A maçonaria de Florianópolis tem de fato seu lugar histórico na cidade.

Procurei aqui, além de mostrar a intimidade que a política da capital catarinense tem com a maçonaria, explorar a imagem pública de uma instituição que parece tão privada. Seu caráter de exclusividade não chega aos cúmulos dos boatos que existem no imaginário profano, mas não pode-se dizer que qualquer pessoa tem ou terá acesso à Ordem. Contudo, embora os maçons não exponham tudo que se passa do lado de dentro das Lojas, eles não

45 MACHADO, op.cit, p. 102.



punderam deixar de investir na construção de uma bela imagem pública. Caracterizo essa imagem pública, construída principalmente sobre discursos, como uma instituição que segue um rigor moral em seu estatuto, que visa o desenvolvimento ético e espiritual de seus membros, além de contribuir para a sociedade injustiçada com suas ações filantrópicas. É essa narrativa, esse discurso, que é perpetuado como veículo de identidade e memória coletiva nos monumentos. Sobre isso, tenho a intenção de deixar as dúvidas sobre esse “rigor” que existe sobre a conduta dos irmãos e problematizar as “boas intenções” e a real efetividade das ações filantrópicas maçônicas, que parece contribuir certamente para a própria instituição.

Referências

AGULHON, M. **Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence**: essai sur la sociabilité méridionale, 2ª ed. Paris: Fayard, 1984.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910). Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1992.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa senhora do Desterro**: 1 Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 515 p.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: Ediupf, 1998. 576 p.

FLORIANÓPOLIS, Gabinete da Prefeita Municipal de. Mensagem nº. 09/2002

KOFES, Suely. Objetos: trajetória social, política e sentidos. **Revista de Antropologia Social**, UFPR, v. 8, n. 2, p.27-50, 31 dez. 2007.

CLAUDIUS, M.. **Nos Bastidores da Maçonaria**: memórias de um ex-secretário. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Limitada, 2000. 129 p.

MACHADO, César do Canto. **Biografia de Catarinenses Notáveis**. Florianópolis: Insular, 2001.

MANGRICH, José Bernardino; GONÇALVES, Paulo Roberto Riccioni. **Pequena História da Regeneração Catarinense**. Disponível em: < www.regeneracaocatarinense.com.br/site/index.php?modulo=conteudo&int_seq_secao=17&int_seq_subsecao=7&int_seq_conteudo=7 >. Acessado pela última vez em 13/10/2017.

MELLOR, A. **Dicionário da Franco-maçonaria e dos francomaçons**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 288 p.



NAUDON, P. **A Maçonaria**. São Paulo: Difel, 1968.

NICOLICH, Adolfo. **Ruas de Florianópolis**: Resenha histórica. 2. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história** – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora Ufsc, 1995, 105 p.

SCHWEIDSON, Jacques. **A Saga Judaica no Desterro**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1989.

Recebido em 02 de outubro de 2018.

Aceito para publicação em 09 de janeiro de 2019.



Gênero e classe: a historiografia da Nova História catarinense a partir das produções do PPGH-UFSC nos anos 90

Gender and class: the historiography of the New History in Santa Catarina, rising from the productions of the PPGH-UFSC in the 90's

Juliana Panchiniak Fernandes

juliana.panchiniak@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Neste artigo buscamos debater e compreender porque a Nova História catarinense, em sua produção historiográfica após a fundação do PPGH-UFSC, não articulou a categoria gênero à categoria classe, partindo da compreensão que as vivências relacionadas ao gênero estão imbricadas às experiências consequentes da classe social a qual as mulheres fazem parte, no caso específico desta pesquisa, a classe trabalhadora foi escolhida por sua atuação sobre a economia. Nossa intenção é refletir sobre a interdisciplinaridade dentro da própria História e seus reflexos nas produções acadêmicas dos anos 90 pelo PPGH – UFSC.

Palavras-chave: Historiografia; Gênero; Classe trabalhadora; PPGH – UFSC.

Abstract: In this article we tried to debate and understand why the New History of Santa Catarina, in its historiographic production after the founding of the PPGH-UFSC, did not articulate the category women and gender into the category of class, starting from the understanding that the experiences related to the gender are imbricated to the consequent experiences of the social class to which the women are part, in the specific case of this research the working class was choose for it's actions over the economy. Our intention is to think about the interdisciplinary within History itself and its reflections in the academic productions of the 1990s by PPGH - UFSC.

Keywords: Historiography; Gender; Working class; PPGH – UFSC.

Introdução

Gostaríamos de iniciar este artigo explicando que o mesmo não se trata de uma crítica à historiografia da Nova História catarinense. Aos grandes mestres e mestras que orientaram, aos historiadores e historiadoras que deram um novo olhar e uma nova forma de escrever a história de Santa Catarina nos anos 90, só temos a agradecer pelas contribuições, dedicação e interesse em mostrar uma história além do factual e apontar outros agentes que até então eram ignorados.

No entanto, entendemos ser de fundamental importância apontar as mulheres como sujeitos sociais carregados por relações de gênero e classe - na perspectiva em que atuam



como força de trabalho e que seus reflexos apresentam-se em uma economia - mundo¹ ao longo dos tempos, sendo seu próprio trabalho² uma mercadoria, algo que percebemos faltar na produção dos anos 90.

Cabe ressaltar que não estamos ignorando que as mulheres da elite também constituem uma classe, assim como destacar que esta pesquisa não se deu pelo intuito de apresentar pautas de um feminismo classista – nosso diálogo é com abordagens que percebem que três condições sociais do sujeito (gênero, classe e raça) estão imbricadas umas às outras, portanto as narrativas e realidades se diferem, não sendo apenas a condição enquanto mulher que coloca estas agentes nos mesmos paradigmas.

Como esclarecemos acima, buscamos conhecer e compreender as produções que articularam (ou não) duas categorias (gênero e classe) para explicar fatos econômicos e entender porque as abordagens utilizadas foram escolhidas. Estamos cientes que uma resposta simples ao nosso problema poderia se dar apenas com “eles e elas não escreveram por esta perspectiva porque não desejavam”, porém, como a própria Escola dos Annales colocava, é preciso um olhar mais atento às histórias, é preciso problematizar³, e aqui consideramos como possível problema a não alocação da categoria gênero fora de suas perspectivas culturais e subjetivas⁴.

A fundação do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina oportunizou a melhor profissionalização dos historiadores e historiadoras, como também trouxe novos ares para a produção historiográfica que passava a flertar os preceitos teórico-metodológicos da escola dos Annales⁵ de 1929. Embora a escola e suas ideias já contassem com as contribuições de Braudel nos anos 80, é perceptível no campo dos estudos de gênero em Santa Catarina a pouca utilização das perspectivas da História

1 Aqui estamos tratando do conceito criado por Fernand Braudel no qual uma economia-mundo se define, entre outras coisas, como um centro, representado por uma cidade dominante que faz parte de um todo econômico e que tem zonas que atuam como agentes sobre este centro, conectando espacialmente as histórias e a economia entre estas zonas e seu centro (BRAUDEL, 1987: 68 – 69).

2 Trabalho enquanto atuação direta na alteração da natureza de algo para outra coisa que se atribua valor monetário.

3 GONÇALVES, Janice, MATOS, Felipe. Entre a colheita e a sementeira: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Catarinense e a historiografia catarinense. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011. Ver os apontamentos dos autores que tratam das contribuições da Escola dos Annales logo nas páginas iniciais.

4 Gilmária Salviano Santos em um levantamento sobre o uso da categoria gênero na História desde os anos 1990, o aloca em diversas abordagens que enquadram inúmeras problematizações, no entanto, em nenhuma das elencadas pela autora aparece a categoria como reflexo de desdobramentos econômico, apenas como consequências sociais. RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011. p. 110.

5 GONÇALVES e MATOS, 2011.



Econômica e a prevalência da História Cultural⁶. Tal falta de uso e sua justificativa, pode ser percebida pelo que diz a historiadora Cristina W. Scheibe:

(...) alguns estudos de história econômica tendem a colocar nas tabelas de dados numéricos toda ênfase, muitas vezes deixando de apresentar outras possibilidades de interpretação dos dados e mesmo de descrever como foram obtidos. Desta forma, embora com um objeto de estudo delimitado tematicamente, muitos estudos acabam por mostrar-se muito semelhantes àqueles que descrevi como *tradicionais*, pois pretendem que os números assegurem sua objetividade e geralmente apresentam uma história *vista de cima*, já que estes números são obtidos normalmente em documentos oficiais⁷.

Porém, para mantermos a integridade e honestidade intelectual, cabe ressaltar que a professora da Universidade Federal de Santa Catarina supracitada, está se referindo à historiografia catarinense de forma geral, não colocando como foco a questão de gênero na produção da escrita da história. No entanto, esta passagem de um artigo de uma das docentes responsáveis por uma das linhas de pesquisa do Programa alvo de nossa pesquisa, nos levou ao problema central da mesma: por que a historiografia da Nova História catarinense não articulou⁸ as categorias gênero e classe⁹ em suas análises e histórias(?).

É certo que podemos falar que estamos considerando a união das duas categorias por simpatia às histórias que atentem à longa duração, ou seja, as estruturas, por nossa aproximação com a História Global e do Trabalho e, também, por acharmos fundamental para a História que quando se fale em gênero na História¹⁰, se fale do reflexo do trabalho das mulheres na economia. Não nos atrevemos a dizer que todos e todas historiadoras devem estudar as histórias e contá-las apenas sob uma perspectiva, muito menos acreditamos que

6 Aqui partimos do que a obra de CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, nos aponta como metodologia e teoria, podendo História Econômica ser resumida como aquela que considera em suas análises as conjunturas e estruturas econômicas, e a História Cultural como aquela que, segundo Francisco Falcon no mesmo livro supracitado, se faz pelo “estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades”.

7 WOLFF, 2009: 59.

8 Estamos utilizando a expressão “categorias articuladas” a partir do livro *Couro Imperial* de Anne McClintock, a qual em seu subtítulo *Gênero, Raça e Classe: categorias articuladas*, nos esclarece sobre a metodologia e a necessidade de trabalhar as categorias de forma unificada. Para melhores informações sobre o assunto sugerimos a leitura de McCLINTOCK, Anne. *Raça, classe e gênero, categorias articulas*. In.: **Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Unicamp, 2010. pp 4 – 9

9 Apontamos que “classe” nesta pesquisa diz respeito à classe social, ou seja, às realidades consequentes das condições materiais, sociais e culturais de um grupo de indivíduos.

10 Nesta pesquisa estamos nos utilizando da ideia de gênero enquanto categoria analítica para a História pelo que nos apresenta a historiadora SCOT, Joan Wallach, em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: **SOS Corpo**, 1991. Para a pesquisadora há uma intersecção de gênero com raça e classe, e as desigualdades de poder social são constituídas com base nessas três condições.



exista um único método correto de análise, somente procuramos entender porque anos após a fundação do PPGH-UFSC a história não se contou também desta forma. Tendo isto posto, partamos para apresentação da história da historiografia catarinense dos anos 90 produzida por estudantes que obtiveram grau de mestre pelo PPGH-UFSC.

A historiografia catarinense dos anos 90 produzida por estudantes do PPGH-UFSC

Nos anos 90 foram defendidas 56 dissertações que focavam Santa Catarina¹¹, porém, como nosso objeto se faz sobre duas categorias, nosso filtro partiu da busca destas. Encontramos dissertações que se utilizaram da categoria “gênero”¹², no entanto não articulada à “classe”, o mais próximo desta junção foi a dissertação de Carlos Renato Carola, pós-graduando orientado pela professora Joana Maria Pedro, mais adiante voltaremos neste caso. Para o momento mostraremos algumas das dissertações elaboradas considerando a categoria “gênero” e/ou “mulher” e daremos também alguns exemplos alheios ao nosso objeto – apenas para mostrarmos um pouco da produção historiográfica da época e entendermos os diálogos entre métodos e abordagens utilizadas.

Em 1997 a historiografia de Santa Catarina sobre a história do Estado e o Programa de Pós-Graduação em História puderam contar com as contribuições de Paulete Maria Cunha dos Santos, Juçara Nair Wolff e Carlos Renato Carola. A primeira, em sua dissertação intitulada “Protocolo do bom cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920 – 1950)”, nos apresenta como uma ‘série de livros (série Fontes) era utilizada nas escolas públicas para “modelar condutas e difundir valores”¹³. Estas condutas eram as desejadas por um Estado que passava por um recrudescimento nacionalista. A pesquisa da autora acaba então por revelar o projeto educacional e social da época, porém sua análise não é feita com utilização da categoria “gênero”, tampouco a de “classe”.

A segunda, como seu próprio título sugere, não se utiliza de “classe” enquanto categoria analítica para desenvolver seus argumentos e metodologia. Sua dissertação, nomeada como “Espaços de sobrevivência e sociabilidade: uma *análise do cotidiano* em São Carlos/SC - 1930-1945” (grifos nossos) expõe as relações sociais e de poder a partir da

11 GONÇALVES, Janice. Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002). ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

12 Cabe lembrar que, conforme entrevista concedida em abril de 2018 pela doutora em História e professora do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Joana Maria Pedro, nos anos 90 a categoria mais utilizada ainda era “mulher” e não tanto “gênero”.

13 SANTOS, 1997.



perspectiva cultural e não houve utilização de fontes que levassem a análises sobre a história econômica, nem o uso de classe enquanto categoria analítica.

Já o terceiro autor daquele ano, nos traz em sua dissertação chamada “Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937 – 1964)”, uma expressão das duas categorias analíticas em soma. A pesquisa contou com a orientação da professora Joana Maria Pedro, a qual atualmente participa da linha de pesquisa Histórias entrecruzadas de subjetividades, gênero e poder.

A elucidativa pesquisa de Carlos Renato Carola não apenas desmistifica as minas de carvão como um espaço de trabalho exclusivamente masculino, como aponta expressões do universo daquelas trabalhadoras, desde a vida no ambiente de trabalho à vida doméstica e as relações de poder que envolvem gêneros, “a hierarquia das diferenças de gênero”¹⁴.

Prezando pelo aspecto social o autor nos conta em pormenores a condição feminina daquelas mulheres como trabalhadoras das minas, porém, não condiciona o trabalho das mesmas a um sistema mais amplo que abrace todas as relações, não as coloca em uma perspectiva econômica. Embora tenha se utilizado de autores como E. P. Thompson e Karl Marx, o “trabalho” entrou apenas como cenário e parte das realidades subjetivas, ou seja, não foi analisado como uma categoria articulada à categoria “gênero” e seu reflexo na economia. Porém o autor considera que as duas categorias possam ser trabalhadas de forma conjunta:

Entretanto, é importante salientar que as relações de classe não são suficientes para explicar o processo de constituição das classes. As relações de gênero, bem como outras questões culturais, precisam ser incorporadas em nosso instrumental de análise¹⁵.

Passando para 1998, temos a dissertação “Lembranças Íntimas de minha Avó: Partos, Parteiras e outras Histórias em Treze de Maio – SC” de Karen Christina Réchia, a qual calca-se na cultura popular para contar uma história. No caso desta dissertação, a pesquisadora se utilizou das memórias das viventes da época recortada e também de fontes impressas. A escolha de fontes já nos aponta os caminhos da pesquisa e da metodologia utilizada, mas basta lermos o próprio resumo da autora para compreendermos que no estudo não há a utilização da categoria “classe”, embora fale de práticas de trabalho. Segue seu resumo:

14 CAROLA, 1997, p. 208.

15 CAROLA, 1997, p. 13.



Este trabalho tem por objetivo dar visibilidade à prática cultural das parteiras, através da memória feminina, entre os anos 1930 e 1960, no município Treze de Maio (SC), bem como analisar a substituição desta prática cultural, por um conhecimento médico-científico¹⁶.

Avancemos a 1999 com a dissertação de José Henrique Nunes Pires chamada de “Cinema e História: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do Cinema Catarinense”. Este estudo cabe a nossa pesquisa devido ao ano de defesa, porém não pode nos auxiliar, uma vez que a referida dissertação não trate de “gênero”, nem de “classe”.

Agora podemos partir às elucidações sobre o debate historiográfico da época e o próprio currículo do curso da pós-graduação e também da graduação¹⁷, para assim podemos ampliar nossa compreensão relativa às narrativas e métodos de análise da produção historiográfica do PPGH-UFSC nos anos 90. Dos anos 80 ao início dos anos 90, boa parte das dissertações teve influência de orientadores estrangeiros, somente a partir de 1994 haverá uma maior participação dos/as docentes locais, como a professora Joana Maria Pedro e Maria Bernadete Ramos¹⁸. É cabível dizer que a formação de orientadores/as e suas linhas de pesquisa têm forte influência sobre seus orientandos e orientandas, o que pode nos explicar as pesquisas desenvolvidas pelos pós-graduandos/as. Conforme Gonçalves

(...) nas dissertações de mestrado defendidas até 1993 predominam as preocupações com a história demográfica, a história econômica e a história política ou político-administrativa, cabendo considerar ainda os esforços de sistematização e disponibilização de dados acerca da documentação de interesse para a história de Santa Catarina, na forma de instrumentos de pesquisa (esforços que são visíveis nos trabalhos orientados pelo professor Aníbal Abadie-Aicardi). *A última década* assinalou a aproximação cada vez mais acentuada do Programa em relação à chamada "história cultural", de tal forma que veio a tornar-se a própria área de concentração das dissertações e teses. (grifos nossos)¹⁹.

Portanto podemos entender a influência da História Cultural e a falta e/ou poucas análises que tratassem da história pela perspectiva da História Econômica a partir dos anos 1993 – De acordo com Gonçalves, não seria recorrente a quem trabalhava com “gênero” na

16 RÉCHIA, 1998, p. 3.

17 Optamos por voltar a uma etapa anterior à pós-graduação por entendermos que muitos dos e das estudantes que participaram do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina foram discentes da mesma universidade e curso de História enquanto na graduação, o que pode nos ajudar a entender melhor as escolhas e influências nas pesquisas de mestrado do PPGH – UFSC.

18 GONÇALVES, 2003.

19 Ibidem, 2003: 4 e 5.



época dos anos 1990, articulá-lo à “classe” para apresentar uma história que tratasse de estruturas de longa duração em Santa Catarina.

Mas isso ainda não responde à pergunta de nosso problema. É preciso compreender mais, afinal, até o fim dos anos 1980 e início dos 1990 a influência da perspectiva braudeliana é percebida, sendo o trabalho “Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII a 1960)”, publicado em 1980 por Américo Augusto da Costa Souto, um dos marcos de ruptura²⁰ com a História Tradicional Catarinense.

Aqui entraremos na discussão acerca do currículo do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, para podermos entender um pouco mais sobre o ambiente da academia, assim como, um pouco mais sobre os debates que circulavam em seus corredores. O currículo²¹ oferecido para o curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina manteve - se o mesmo de 1991 até 2007. Nele percebemos uma grande influência dos estudos de gênero com as diversas disciplinas optativas oferecidas (tópicos especiais e laboratórios de ensino), e poucas disciplinas que fossem permeadas pela História Econômica.

Pelas ementas das disciplinas que ofereciam este novo olhar sobre a História e se preocupavam em contar uma Nova História pela perspectiva dos que antes eram ignorados pela historiografia, podemos inferir que a influência maior vinha da História Cultural, como, por exemplo, o tópico especial “Revolução Sexual e Guerra Fria: os anos 60 e 70 do século XX”, em que movimentos específicos como o estudantil e o feminista eram abordados, ou ainda o tópico especial “História, Gênero, Religião e Teologia Feminina”, que debatia gênero a partir das relações de poder e também discutia o movimento feminista.

Para além do currículo, partindo aos debates, podemos deduzir, pela própria dissertação de Carlos Renato Carola, orientado pela Professora Joana Maria Pedro, que já havia na época a discussão que situava as mulheres ao mundo do trabalho, não havendo apenas sua associação explicativa da esfera econômica e seus reflexos na sociedade.

Pelas vistas do currículo o caminho dos e das estudantes dos anos 90 era traçado de forma a não aprofundar pelas disciplinas obrigatórias nem a questão de gênero, nem a de classe, e nem mesmo História Econômica, a qual também foi relegada a tópicos especiais,

20 Janice Gonçalves no seu trabalho Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002), apresentado no – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003, se utiliza dos entendimentos de Dalbrida e Cristina W. Scheibe sobre a separação entre História Tradicional e Nova História catarinense, assim como também coloca o trabalho de Américo Augusto da Costa e Souto como uma prova do que diferia e separava uma vertente da outra.

21 Conseguimos acesso ao currículo da época através da Secretaria de Coordenação do curso de História da universidade, infelizmente o mesmo não pode ser encontrado on-line.



portanto as pesquisas e interesses só poderiam se dar pela escolha de disciplinas optativas durante a graduação e pela linha de pesquisa que orientasse a pós – graduação de cada. No caso das linhas de pesquisa do PPGH-UFSC, aquela que estuda “gênero” como categoria analítica tem como parte de sua ementa o foco na “*constituição de subjetividades* hierarquizadas e suas interfaces com outras categorias das relações sociais tais como classes, etnias, sexualidades e gerações.”. As abordagens sobre as *vivências dos agentes* ativos que sua história propõe, conforme ementa, se faz de método a apresentar os contextos culturais e as relações de poder a ele inerentes²².

Considerações finais

Após este nosso levantamento de produções e discussões no âmbito acadêmico e por dentro do PPGH-UFSC, podemos constatar que a não articulação de “gênero” à “classe” pelo aspecto amplamente econômico²³ deu-se pelos diálogos internos entre orientandos/as e orientadores/as e externos com autoras como Michelle Perrot, Joan W. Scott e a filósofa Judith Butler, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França. Para além das pesquisas teóricas, também devemos mencionar que o movimento feminista no ocidente experimentava a sua terceira onda, “cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade”²⁴, o que certamente também influenciou as leituras, metodologia e escolha de objetos.

Os estudos de gênero da época escolhida como recorte desta pesquisa, se deram em um momento em que o campo de estudo sobre as mulheres e sobre sexos, se deslocou para o estudo das relações de gênero²⁵, estas passaram a ser interpretadas a partir dos sujeitos e suas

22 Informações disponíveis em: <http://ppghistoria.ufsc.br/linhas/>. Acessado em: 04/04/2018.

23 Novamente voltamos a interpretação que vincula classe a economia - mundo, não sendo o trabalho apenas um cenário e local de vivências subjetivas, mas sim uma atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para alterar a natureza de alguma coisa resultando em algo com valor monetário, como já posto na página 02 deste artigo. Esta força é explorada por um sistema econômico que se enreda em variadas e amplas redes que são interligadas globalmente, sendo por isto a nossa escolha em nos utilizarmos da ideia de “aspecto amplamente econômico”.

24 NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649.

25 As produções mencionadas até então foram elaboradas nos anos 1990. Infelizmente, para nosso recorte, ainda há pouca historiografia que traga mulheres e/ou gênero. Também cabe ressaltar que os estudos de gênero foram se modificando ao longo do tempo, sendo que a predominância antes dos anos 2000 era da categoria “mulher” com maior parte de leituras que expusessem relações familiares e o patriarcado. A partir dos anos 2000 o discurso toma outra forma, a categoria se reconfigura para “gênero” e a sexualidade entra em voga. Para melhores informações da história da historiografia sobre a temática recomendamos a leitura de RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011.



subjetividades, sendo assim, o foco das pesquisas não se dava pelo viés da História Econômica, pois encarava as agentes das histórias de forma mais próxima às suas experiências pessoais e culturais a partir das relações de gênero, não atrelando essas vivências como consequência de suas condições sociais advindas de sua classe social e nem com a estrutura econômica em que as mesmas agiam sobre – a partir de sua força de trabalho e produção, assim como também eram sujeitas – como aquelas que vivenciavam as consequências de uma economia capitalista.

Referências

BOCK, Gisela. História das mulheres, história do gênero. In. **Penélope** – Fazer e desfazer a História. Florença, n. 4, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978

_____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV – XVIII. O Jogo das Trocas**. Vol II. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009.

_____. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURKE, Meter. **A escrita da história**. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

GONÇALVES, Janice, MATOS, Felipe. Entre a colheita e a sementeira: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Catarinense e a historiografia catarinense. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011.

GONÇALVES, Janice. Arquivos e historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002). **Anais da Anpuh – XXII Simpósio Nacional de História** – João Pessoa, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História social, Campinas** – São Paulo, n. 4/5, pp. 135 - 156, 1997/1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol I. São Paulo: Difel. 1985.

Também corrobora com nossa afirmação a entrevista concedida em abril de 2018 pela doutora em História e professora do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Joana Maria Pedro, a qual nos disse que nos anos 90 a categoria mais utilizada ainda era “mulher” e não tanto “gênero”.



McCLINTCOC, Anne. **Couro Imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Unicamp, 2010.

MORGA, Antônio Emílio (org). **História das Mulheres de Santa Catarina**. Argos e Letras Contemporâneas: Chapecó. 2001.

NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**. Vol. 17, No. 1, 2009, pp. 159-189.

PIRES, José Henrique Nunes. **Cinema e História**: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do Cinema Catarinense. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. In. Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs). **Historiografia 35 anos**. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011.

RÉCHIA, Karen Christina. **Lembranças Íntimas de minha Avó**: Partos, Parteiras e outras Histórias em Treze de Maio – SC. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão - Série Fontes**: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SCOT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **SOS Corpo**, Recife 1991.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, v.1, n.1, 2009. Universidade Federal de Santa Catarina.

WOLFF, Juçara Nair. **Espaços de sobrevivência e sociabilidade**: uma análise do cotidiano em São Carlos/SC - 1930-1945. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em 06 de julho de 2018.

Aceito para publicação em 13 de dezembro de 2018.



A utilização da *Spatial History* no estudo da transformação da paisagem no Alto Vale do Rio do Peixe (SC)

Use of Spatial History in the study of landscape transformation at Alto Vale do Rio do Peixe (SC)

Ana Cristina Peron

anacristina.peron@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo é baseado nos resultados do meu primeiro ano de iniciação científica no projeto “Dos vinhedos familiares às grandes empresas: a reconfiguração de paisagens no Brasil através da Vitivinicultura”, que tem como objetivo investigar o processo histórico de alteração das paisagens nos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, localizados no Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, entre as décadas de 1930 e 2000. Também busca demonstrar como o tema da pesquisa é entendido pela História Ambiental e como pode se utilizar da *Spatial History*.

Palavras-chave: Vitivinicultura; Transformação da paisagem; *Spatial History*, História Ambiental.

Abstract: This article is based on the results of my first scientific initiation year at the project "From the home-grown vineyards to the big companies: the landscape reconfigurations in Brazil through the Viticulture", that has the objective of investigating the historical process of the landscape changing in the cities of Videira, Tangará and Pinheiro Preto, located in the Alto Vale do Rio do Peixe, in Santa Catarina, in the period between the thirties and the years 2000. It also attempts to demonstrate how the research theme is understood by the environmental history and how it can use the *Spatial History*.

Keywords: Viticulture; Landscape transformation; *Spatial History*; Environmental history.

Introdução

A vinda de imigrantes italianos e alemães para o sul do Brasil no final do século XIX ocasionou uma série de transformações e construções culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais. Quando aqui chegaram, os imigrantes se depararam com matas fechadas e, muitas vezes, ocupadas por indígenas. A partir de então, o território passou por transformações que envolveram a substituição gradual das florestas nativas pela agricultura, pecuária, centros urbanos, plantações de árvores exóticas e pela fruticultura, sendo que nessa última se destaca o cultivo de uvas. Com o tempo, a produção se expandiu e muitos pequenos agricultores se transformaram em fabricantes e comerciantes de vinho.

É com base nessa premissa que está sendo realizado o projeto “Dos vinhedos familiares às grandes empresas: a reconfiguração de paisagens no Brasil através da Vitivinicultura” sob



orientação da Prof^a Dr^a Eunice Nodari. A pesquisa tem como objetivo investigar o processo histórico de alteração das paisagens nos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, localizados no Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, no período entre a década de 1930 e os anos 2000. Para isso, são utilizadas duas metodologias: a História Ambiental e a *Spatial History* ou SIG Histórico.

Minha proposta nesse artigo é apresentar a história das transformações na paisagem nos territórios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto que está sendo construída pela pesquisa, e como a *Spatial History* aliada à História Ambiental pode proporcionar a integração de fontes de maneira a possibilitar novos olhares e descobertas. Para alcançar estes objetivos, o artigo está dividido em três partes: as metodologias utilizadas na pesquisa, a chegada de imigrantes e o processo de alteração da paisagem, e a pesquisa e uso das fontes para construir um SIG Histórico.

A História Ambiental e a *Spatial History*

Desde a década de 1970, o debate público sobre o meio ambiente vem se desenvolvendo e ganhado espaço. Os impactos do avanço da globalização foram sentidos não só em esferas sociais, econômicas e da comunicação, mas também no meio ambiente. Apesar de a História se preocupar com o espaço desde o século XIX e de autores como Fernand Braudel terem focado em seu estudo, esse movimento visto a partir da década de 1970 apresentou grandes diferenças.

De acordo com José Augusto Pádua, a História foi influenciada pelos questionamentos da época pelo “(...) fato de o historiador não estar isolado do seu tempo e sempre mirar o passado com as perguntas do presente”¹. Isso não quer dizer que historiadores nunca haviam prestado atenção nas relações entre seres humanos e natureza, mas houve uma mudança epistemológica que alterou o fazer historiográfico e o modo como é entendido o ambiente. Pádua afirma que:

Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo².

1 PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados. São Paulo, vol. 24, n. 68. 2010, p.81.

2 Idem, p. 83.



Dessa forma, a História Ambiental não se confunde com ambientalismo, pois representa uma forma de olhar para o passado e enxergar como o espaço e os elementos naturais participaram da constituição de sujeitos e sociedades. Como afirma Donald Worster, “Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”³. É com novas perguntas sobre a relação dos humanos com o ambiente que se volta às mesmas fontes e se buscam novas.

De acordo com essas bases teóricas é que está sendo desenvolvida a pesquisa sobre a transformação da paisagem por meio da vitivinicultura. A busca e análise de fontes segue esses pressupostos para entender as mudanças sucessivas no território de Videira, Tangará e Pinheiro Preto, que passou por um período de desmatamento com posterior implantação de monocultura, depois policultura com cultivos como trigo, milho e cevada, e, por fim, fruticultura.

Aliada a esta metodologia, a *Spatial History* está sendo utilizada como forma de dar enfoque à dimensão espacial dessas alterações. Por meio dela, é possível fazer a união de diferentes fontes em uma nova forma de visualização e, dessa maneira, constituir uma espécie de nova fonte. A visualização de informações de um mesmo espaço em diferentes temporalidades simultaneamente proporciona descobertas que não seriam possíveis de outra forma. Esse recurso só é possível por meio da utilização de computadores.

A *Spatial History* é uma ferramenta que se originou com o movimento das Humanidades Digitais. De acordo com Guerreiro e Borbinha, “Em termos genéricos, as Humanidades Digitais englobam o conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas, tornando-os mais intuitivos e acessíveis”⁴. Elas iniciaram com o esforço de digitalizar fontes para ampliar o seu acesso a pesquisadores. No entanto, percebeu-se que o uso de computadores poderia ser otimizado e, com isso, estão sendo desenvolvidas ferramentas com a finalidade de analisar fontes e disponibilizá-las de uma maneira mais imediata e intuitiva⁵.

3 WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991, p. 2.

4 BORBINHA, José Luís; GUERREITO, Dália. Humanidades Digitais: Novos desafios e oportunidades. **Revista BAD**, n. 1, 2014, p. 64.

5 Idem.



Foi dentro desta perspectiva que os historiadores começaram a utilizar o Sistema de Informações Geográficas (SIG), ferramenta que foi desenvolvida para o uso da Geografia na década de 1960 e se popularizou nos anos 1980. De acordo com Ian Gregory e Alistair Geddes, “Os promotores do novo campo argumentavam que ele tinha potencial para revigorar a geografia como uma disciplina sob um paradigma mais computacional”⁶. Eles definem o que é SIG da seguinte maneira:

SIG pode ser pensado como um tipo de software que fornece uma maneira de representar recursos na superfície da Terra e um conjunto de operações que permitem ao pesquisador interrogar, manipular, visualizar e analisar essas representações. As representações, ou modelos de dados, combinam dois tipos de dados: atributos, que tradicionalmente se mantiveram numa tabela e tendem – ou talvez tendiam – a ser quantitativos; e dados espaciais, que localizam cada dado usando um ponto, uma linha, um polígono (que representa uma área ou uma zona), ou um pixel⁷.

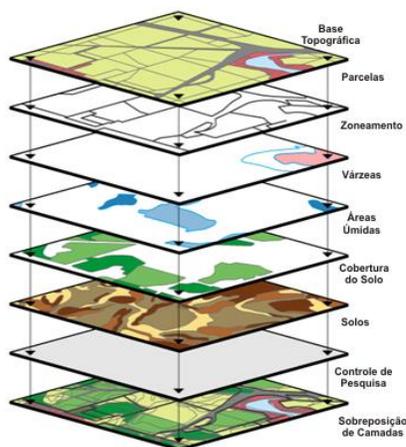
Dados espaciais podem ser mapas, fotos aéreas, imagens de satélite, topografia arruamentos, drenagens, solos, fronteiras, pontos de localização, enfim, uma gama variada de elementos. Cada um deles compõe uma camada que vai se sobrepondo à outra e o resultado disso é uma sobreposição de camadas. Em seu uso na História, o SIG pode integrar mapas antigos com mapas atuais e diferentes fronteiras, por exemplo. Dados de atributo seriam informações textuais sobre os dados espaciais. Enquanto os dados de atributos dizem o que, os espaciais dizem onde⁸.

6 GEDDES, Alistair; GREGORY, Ian N. From Historical GIS to Spatial Humanities: Deepening Scholarship and Broadening Technology. In: _____ (org.) **Toward Spatial Humanities**: [Em linha] historical GIS and Spatial History. Indiana: Indiana University Press, 2014, p.10. Tradução livre para: “Proponents of the new field argued that it had the potential to reinvigorate geography as a discipline under a more computational paradigm”.

7 Idem, p. 11. Tradução livre para: To take this further, GIS can be thought of as a type of software that provides a way of representing features on the Earth’s surface and a suite of operations that allow the researcher to query, manipulate, visualize, and analyze these representations. The representations, or data models, combine two types of data: attribute data, which were traditionally held in a table and tend – or perhaps tended – to be quantitative, and spatial data, which locate each item of data using a point, a line, a polygon (which represents an area or a zone), or a pixel”.

8 Idem.



Figura 1: Exemplo de sobreposição de camadas em um SIG

Fonte: Sistema de Informação Geográfica – SIG, para a Gestão Urbana e Ordenamento Territorial.
Disponível em: <<https://www.urbanlabsc.com.br/single-post/2017/06/28/Sistema-de-Inforna%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-%E2%80%93-SIG-para-a-Gest%C3%A3o-Urbana-e-Ordenamento-Territorial>>

No entanto, a *Spatial History* utiliza outras ferramentas além desses mapas com camadas sobrepostas. De acordo com Richard White, a chave para a *Spatial History* é o movimento. Ele afirma que

Nós produzimos e reproduzimos espaço por nossos movimentos e os movimentos das mercadorias que nós transportamos e informações que nós intercambiamos. Relações espaciais são estabelecidas por meio do movimento de pessoas, plantas, animais, mercadorias e informações⁹.

Dessa forma, é necessária uma maneira de demonstrar a movimentação. Enquanto mapas e textos são estáticos, o movimento é dinâmico¹⁰. Para isso, são utilizados outros recursos, como softwares e sites que permitem fazer séries de imagens organizadas em uma linha do tempo. Também é possível incorporar vídeos mostrando transformações, além de textos e outras imagens, como fotografias. O resultado é um grande sistema de informações com base no espaço e que une diferentes linguagens e temporalidades.

9 WHITE, Richard. **What is Spatial History?** Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29>>. Acesso em 19 de ago. de 2017.

10 Idem.



Zephyr Frank afirma que essa forma de fazer história proporciona descobertas que ampliam e contextualizam determinados conhecimentos históricos. Mas o autor também acredita que a *Spatial History* tem um potencial para contar novas histórias:

Esta maneira de pesquisa pode nos ajudar a perceber novos padrões, novos processos que não perceberíamos utilizando as fontes tradicionais da história: fontes narrativas, governamentais, judiciais, etc. Colocar os dados no espaço e fazer análises de padrões, processos, movimentos dentro do espaço urbano — e aqui eu tenho em mente meu estudo sobre o Rio — possibilita a oportunidade de aprendermos coisas que não saberíamos de outra maneira¹¹.

Assim, também é possível entender um SIG Histórico não apenas como o resultado de uma pesquisa, mas como uma nova fonte a ser consultada, analisada e revisitada. A forma diferente de visualizar informações proporcionada por ela não se esgota em si mesma, mas oferece possibilidades de novas questões e problemas de pesquisa. Richard White aponta que “Essa visualização é difícil para um ‘visualizador casual’ decifrar, e isso é necessário porque a visualização em si é uma ferramenta de pesquisa. É uma forma de analisar informações mais do que uma representação pronta da conclusão”¹².

Outra característica importante a ser apontada é o potencial de divulgação científica contida na ferramenta. A linguagem digital utilizada pela *Spatial History* pode alcançar novos públicos para a pesquisa acadêmica ao passo em que é construída em um formato interativo e que fica disponível online – tanto para ser utilizado por pesquisadores, professores e alunos como, graças a seu caráter aberto, para ser modificado por eles.

A Universidade de Stanford, onde trabalham os autores citados Richard White e Zephyr Frank, tornou-se um dos principais polos de estudos de humanidades digitais nos últimos anos. O *Center for Spatial and Textual Analysis*¹³ reúne uma série de projetos de diferentes áreas do conhecimento que integram e desenvolvem tecnologias que incorporam as ciências humanas às

11 FREITAS, Frederico. *Spatial History e Humanidades Digitais*, uma entrevista com o brasileiro Zephyr Frank. **Revista História e Cultura**. Franca-SP, v.3, n.1, p.375-393, 2014, p. 379.

12 WHITE, 2010, p. 6. Tradução livre para: “This visualization is difficult for a casual viewer to decipher, and this is necessarily so, because the visualization is itself a research tool. It is a way of analyzing information more than a finished representation of the conclusion”.

13 *Center for Spatial and Textual Analysis*. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/index.php>>. Acesso em 6 nov. 2018.

tecnologias digitais. Dentre os projetos está o *Spatial History Project*, ao qual nossa pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está vinculada.

Um último aspecto que precisa ser mencionado é sobre a nomenclatura dessa metodologia em português. Pesquisadores brasileiros apontam que “SIG Histórico” pode ser um nome melhor do que “história espacial” porque o termo pode causar confusões e apontar para outros significados da palavra “espacial”.

Migração e transformações na paisagem

A região oeste de Santa Catarina foi historicamente alvo de disputas. Desde o período colonial, com conflitos entre Espanha e Portugal, até a Guerra do Contestado (1912-1916), ocasião em que se definiram as fronteiras entre Santa Catarina e Paraná¹⁴. A partir deste momento, foi preciso incentivar o povoamento da região para garantir a posse do território para o estado. Como afirma Arlene Renk, era necessário legitimar o domínio daquela localidade:

A região em estudo passou a ser denominada Oeste Catarinense a partir do Estado Novo. Anteriormente nos mapas constava zona desconhecida, zona despovoada. Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas, ora era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com fronteira internacional em disputa)¹⁵.

Entretanto, quando colonos chegaram ao oeste catarinense ele não era desabitado. Índios da etnia Kaingang habitavam o território entre as fronteiras da Argentina e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo Eliseu Paim:

Mesmo após a emancipação político-administrativa de Chapecó e Cruzeiro (atualmente, município de Joaçaba) ocorrida em 1917, a Região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos, por possuírem modos de vida diferente, não produzir excedentes para comercialização, e não possuir títulos de propriedade, eram desconsiderados pelas autoridades¹⁶.

14 PAIM, Eliseu Antônio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **Saeculum** – Revista de História [14]. João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 125.

15 RENK, Arlene. **Identidade comunitária**. Separata. Chapecó: Argos, 2004, p. 2.

16 PAIM, 2006, p. 126.



Empresas colonizadoras promoveram a divulgação e comercialização dessas terras e, quando os colonos – em grande parte italianos, alemães e seus descendentes – chegaram no território, os indígenas foram expulsos. Eles tiveram que migrar para regiões limítrofes, se mudar para as cidades, quando não foram literalmente eliminados¹⁷.

Além disso, os colonos se depararam com matas fechadas, o que para eles era outro sinal de que a paisagem era “selvagem”. A madeira proveniente das matas também era vista como um recurso econômico, pois as terras não estavam preparadas para a agricultura e a pecuária. Susana Cesco aponta que “(...) o corte indiscriminado da floresta, na primeira metade do século XX não era motivo de preocupação, pois ela era vista somente sob seu aspecto econômico, como uma ‘reserva’ de dinheiro a ser administrado”¹⁸.

Estimativas demonstram que a devastação das florestas do Alto Vale do Rio do Peixe reduziu 96% das matas da região¹⁹. Cesco aponta que esse desmatamento “provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio-ambiente, nas práticas e conceitos de progresso”²⁰. Ao mesmo tempo, eram plantadas espécies exóticas como *pinus* e *eucalyptus*, e eram construídas estradas para interligar a região e para transportar a madeira.

Por volta da década de 1950, é possível comprovar a importância de agricultura na região. Dados do IBGE indicam que nas culturas temporárias,

segundo a importância, temos: trigo, milho, cevada, abóbora, alfafa, feijão (grão), batata-doce, linho, palha, mandioca, aipim, cana de forragem, batatinha, arroz, fumo em folha, aveia (grão), linho (semente), melancia, alho, tomate, centeio, ervilha, amendoim com casca, fava; nas culturas permanentes se destacava a uva, seguido de figo, laranja, pêra, maçã, marmelo, pêssego, bergamota, caqui e limão. O extrativismo vegetal ainda tem destaque, interessante é que consta a colheita e venda de 32.000 Kg de pinhão²¹.

Gradativamente, o plantio de frutas foi ganhando espaço graças às condições de solo e de

17 Idem.

18 CESCO, Suzana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. Florianópolis, 2005. 135 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 119.

19 GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.). **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

20 CESCO, 2005, p. 11.

21 ENCICLOPÉDIA apud NODARI, Eunice et. al. (org). **História Ambiental e Migrações**: Diálogos. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 87.



clima da região. A fruta de maior destaque é a uva. De acordo com Eunice Nodari:

Grande parte dos produtores e industriais tem ascendência italiana e que migraram para a região oriundos do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina. Ao se estabelecerem na propriedade, traziam consigo mudas de parreiras que eram plantadas para produção de consumo próprio²².

A produção de vinhos teve um aumento expressivo na década de 1990, quando técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) incentivaram a implantação de vinhedos de uvas finas (espécie *Vitis vinífera*) na região. As condições naturais e culturais eram propícias para a fabricação dos vinhos de altitude, que devem ser produzidos a mais de 900 metros acima do nível do mar²³. Dessa forma, a região se tornou uma das principais produtoras de vinho de Santa Catarina.

As fontes pesquisadas e seu uso no SIG

O início do projeto foi um duplo desafio: tínhamos que, ao mesmo tempo, trabalhar com o objeto de pesquisa e com a metodologia que reúne História Ambiental e *Spatial History*. Para que esta experiência se efetivasse, foi necessária uma simultaneidade no trabalho. Ao mesmo tempo em que buscávamos fotografias, notícias, mapas, gráficos, dados estatísticos, bibliografia e fazíamos leituras teóricas, também procuramos meios de compreender o que significa o SIG Histórico para a pesquisa e buscar ferramentas digitais que nos auxiliassem no processo.

Sobre a pesquisa histórica em si, o primeiro local pesquisado foi o site do IBGE Cidades, que abriu caminhos para termos noção do material existente.²⁴ A partir desta consulta, foi possível verificar que existia muito material em várias partes, tanto do site referente às cidades quanto no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em si. Os dados coletados foram mapas, fotografias de municípios da região e seus históricos. Esses três tipos de fontes foram fundamentais, pois nas últimas décadas vários municípios foram desmembrados e, assim, novos foram criados.

O município de Videira foi o primeiro a ser criado, em 1943, a partir de um desmembramento da cidade de Campos Novos. O nome foi dado por causa da grande quantidade

22 NODARI, 2017, p. 84.

23 Idem, p. 90.

24 IBGE Cidades. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php>>. Acesso em 17 ago. 2017.



de videiras plantadas. Atualmente, o município de Videira tem uma população de 47.188 pessoas e uma área de 377,9 km², mas na época da criação do município ele possuía 938 km². A diminuição da área foi resultado do desmembramento de outros municípios²⁵.

De forma semelhante, os municípios de Videira e Iomerê abrangiam o que hoje é Pinheiro Preto, cujo ano de criação foi 1962. Na época, era considerado “o maior produtor de uva de mesa da região, produzindo ainda uva para vinho”²⁶. No censo de 2010, tinha uma área de 65,7 km² e uma população de 3.147 pessoas. Tangará também é um município que foi desmembrado de Videira em 1943. Na época da sua criação, compreendia uma área de 631 km², mas com o desmembramento de outros distritos, diminuiu para 389,19 km² e atualmente possui uma população de 8.748 habitantes²⁷.

Em seguida, foi feita uma extensa busca no site do IBGE para encontrar os levantamentos agrícolas da produção municipal das cidades pesquisadas. Foram encontrados os documentos referentes ao período de 1974 a 2015. A metodologia utilizada em cada ano de coleta e organização de dados do censo foi diferente em alguns períodos. Em 1974, por exemplo, foram agrupados os municípios do Paraná e Santa Catarina em um mesmo documento. Em 1976, houve uma mudança e os três estados da região sul foram agrupados. Essas alterações exigiram uma maior dedicação na busca pelos censos de cada ano e também na catalogação das informações que nos interessavam. Após ter reunido todos os dados, extraímos e organizamos de forma sistemática a produção de uva e outras frutas ao longo dos anos.

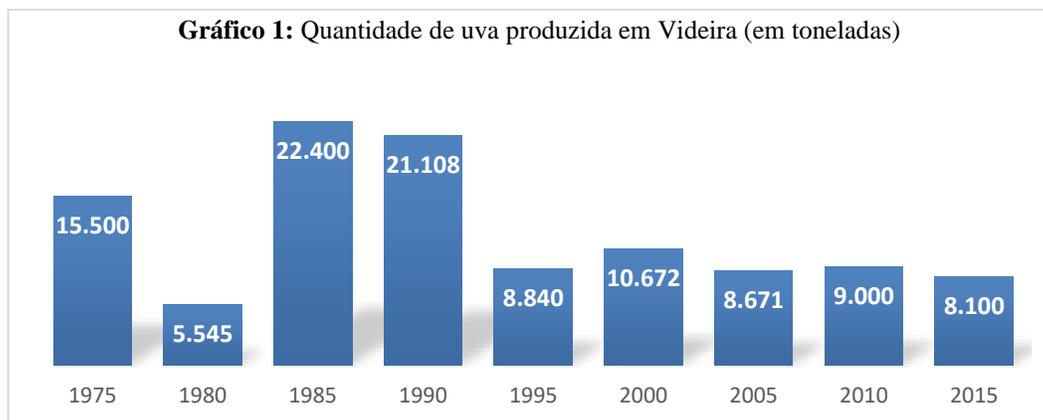
Analisando os dados de cinco em cinco anos, é possível notar a flutuação na produção de uva em Videira. O município é o que tem maior produção entre os três analisados, e o comportamento dos dados de produção é semelhante ao dos outros dois. Por esses dois motivos é que este gráfico foi selecionado como exemplo. Por meio do Gráfico 1 pode-se perceber que segunda metade da década de 1980 houve uma queda na produção de quase um terço. No período posterior, nas décadas de 1980 e início de 1990, a produção cresceu em mais de quatro vezes para, a partir de 1995, decair e continuar estável até 2015.

25 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2011.

26 SILVA, Zedra P. da (Coord.). **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1950, p. 183.

27 IBGE, 2011.





Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE (1975 a 2015).

Em seguida, foi feita uma pesquisa no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que abrangue o período da década de 1930 até os anos 2000²⁸. Foram selecionadas notícias sobre a produção de uva e vinho, de exportações e importações destes produtos, de propagandas, do comércio, do consumo, de técnicas de inovação da produção, de incentivos governamentais, de festas da uva, e outras notícias que tratavam de vitivinicultura. Além dos periódicos de Santa Catarina, também foram pesquisados jornais de outros estados do país.

Uma das informações encontradas nos jornais foi o interesse na produção de uvas e vinhos já na década de 1930. O jornal “A Notícia” publicou uma matéria em que constava que havia sido promovida pelo governador Celso Ramos uma campanha pró-vitivinicultura no oeste catarinense. A notícia afirma que Augusto Dal Cortivo “(...) durante seis meses percorreu os municípios de Cruzeiro, Concórdia, Campos Novos e Caçador fazendo conferências e palestras sobre Vitivinicultura”²⁹.

Após o levantamento de fontes, foi iniciado o aprendizado de como utilizar o software de produção de SIG (QGis), que ocorreu com a participação em minicurso, tutoriais na internet e consultas a colegas de outros cursos que já utilizavam a ferramenta, como Agrimensura e Geologia. Assim, mapas de diferentes décadas foram georreferenciados para que contivessem em si informações de localização que permitiram sua sobreposição. Isso fez com que os antigos e novos limites dos municípios fossem melhor visualizados e proporcionou uma nova visão sobre as transformações no espaço dos municípios pesquisados.

28 Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 17 ago. 2017.

29 Cruzeiro (Do correspondente). *A Notícia*, Joinville, p. 5, 28 nov. 1936.

Outra ferramenta utilizada foi o *Storymaps*, que possibilita o uso dos mapas georreferenciados em conjunto com textos e imagens. Assim, foi possível realizar uma primeira experiência de apresentação dinâmica com os materiais pesquisados e suas respectivas localizações temporais e espaciais³⁰. Além disso, puderam ser inseridas localizações de algumas vinícolas da região juntamente com informações sobre elas. Nas próximas etapas da pesquisa deve ser feito um aprimoramento e novos usos destas ferramentas para obter novos resultados sobre a região em questão.

Considerações finais

A relação entre o mundo natural e os seres humanos examinada pela História Ambiental é uma forma de tornar a área mais inclusiva e de compreender aspectos fundamentais da organização de grupos humanos. O uso da *Spatial History* permite ampliar o olhar para as fontes e os processos em estudo. No entanto, o modo de organizar os documentos em um SIG Histórico ainda é um desafio. Como apontam Geddes e Gregory,

Uma vez que a base de dados do SIG foi criada é muito fácil produzir um grande número de mapas, gráficos, tabelas e resumos. Ir além disso para produzir novo conhecimento ou uma narrativa inovadora requer um conjunto diferente de habilidades. Criar um SIG e analisar as informações que ele contém requer habilidades técnicas. Produzir novas bolsas de estudo requer as habilidades do historiador ou outros estudiosos para transformar a produção de SIG em uma contribuição para a nossa compreensão do passado³¹.

Assim, a criação do SIG é apenas o primeiro passo no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Ele funcionará como uma fonte que altera a forma como são visualizados processos e particularidades históricas. Acredito que a construção e utilização de um SIG que mostre a simultaneidade de transformações na paisagem ao longo do tempo por meio de mapas, fotos, gráficos, tabelas e notícias de jornais proporcionará oportunidades únicas de pesquisa,

30 From Forest to Vineyards: The Changing Landscape in Brazil. Disponível em <<http://arcg.is/1XSiG9>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

31 GEDDES, GREGORY, 2014, p. 12. Tradução livre para: “Going beyond this to produce new knowledge or an innovative narrative requires a different set of skills. Creating a GIS and analyzing the data that it contains requires technical GIS skills. Producing new scholarship requires the skills of the historian or other humanities scholar to turn the GIS output into a contribution to our understanding of the past”.



interpretações e descobertas.

Referências

A NOTÍCIA – Joinville, 28 de novembro de 1936.

BORBINHA, José Luís; GUERREITO, Dália. Humanidades Digitais: Novos desafios e oportunidades. **Revista BAD**, n.º 1, 2014.

CESCO, Suzana. **Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio o Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. Florianópolis, 2005. 135 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FREITAS, Frederico. Spatial History e Humanidades Digitais, uma entrevista com o brasilianista Zephyr Frank. **Revista História e Cultura**. Franca-SP, v.3, n.1, p.375-393, 2014.

From Forest to Vineyards: The Changing Landscape in Brazil. Disponível em <<http://arcg.is/1XSiG9>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

GEDDES, Alistair; GREGORY, Ian N. **Toward Spatial Humanities**: [Em linha] historical GIS and Spatial History. Indiana: Indiana University Press, 2014.

GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em 17 ago. 2017.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php>>. Acesso em 17 ago. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

NODARI, Eunice et. al. (org). **História Ambiental e Migrações**: Diálogos. São Leopoldo: Oikos, 2017.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24, n. 68. 2010.

PAIM, Eliseu Antônio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. **Saeculum – Revista de História** [14]. João Pessoa, jan./jun. 2006.

RENK, Arlene. **Identidade comunitária**. Separata. Chapecó: Argos, 2004,



SILVA, Zedar P. da (Coord.). **Oeste Catarinense**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1950.

WHITE, Richard. **What is Spatial History?** Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29>>. Acesso em 19 de ago. de 2017

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991.

Recebido em 03 de outubro de 2018.

Aceito para publicação em 14 de dezembro de 2018.





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968